



Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 7/2022 - Reunião ordinária de 16 de março de 2022.**
 - 2. Deliberação n.º 3162/2022 – Proposta n.º 26/2022 – GAP – Designação de Encarregado de Proteção de Dados**
 - 3. Deliberação n.º 3163/2022 – Proposta n.º 2274/2022 – DAF – Constituição do fundo de maneió para o Projeto “Festa da Ilustração 2022”**
 - 4. Deliberação n.º 3164/2022 – Proposta n.º 2275/2022 – DAF/DICONT/SERGEF – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 25 – 1.º Dto, em Setúbal**
 - 5. Deliberação n.º 3165/2022 – Proposta n.º 2276/2022 – DAF/DICONT/SERGEF – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Luz, n.º 2 – 1.º C, em Setúbal**
 - 6. Deliberação n.º 3166/2022 – Proposta n.º 2277/2022 – DAF/DICONT/SERGEF – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Gaveto da Rua Pier Baldi, n.º 2 à Estrada Nacional, n.º 252 – 3.º C, em Setúbal**
 - 7. Deliberação n.º 3167/2022 – Proposta n.º 2278/2022 – DAF/DICONT/SERGEF – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.ºs 1 (Torre 5), n.º 2 (Torre 4), n.º 3 (Torre 3), n.º 4 (Torre 2) e n.º 5 (Torre 1) - Torre 4, 2.º Esq, em Setúbal**

8. **Deliberação n.º 3168/2022 – Proposta n.º 2279/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Quinta do Quadrado, Rua Mário Caes Esteves, n.ºs 3 e 3A – 4.º D, em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 3169/2022 – Proposta n.º 2280/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Urbanização Vale de Cobro ou Alto da Cascalheira, Rua Minas da Borralha, n.º 1 – 3.º A, em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 3170/2022 – Proposta n.º 2281/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Largo do Carmo, n.ºs 5, 6, 7, 8 e 9, tornejando para a Travessa do Carmo, n.ºs 1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 3171/2022 – Proposta n.º 2282/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Travessa Jacob Azambuja, n.º 7, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 3172/2022 – Proposta n.º 2283/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Valverde, n.º 6 – 4.º Fte, em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 3173/2022 – Proposta n.º 2284/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta da Sociedade Arqueológica Lusitana, n.º 12 – 5.º A, em Setúbal**
14. **Deliberação n.º 3174/2022 – Proposta n.º 2285/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 1 – 3.º Dto, em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 3175/2022 – Proposta n.º 2286/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 27 – 2.º Dto, em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 3176/2022 – Proposta n.º 2287/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praça de Portugal, n.º 5 – 5.º Dto, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 3177/2022 – Proposta n.º 2288/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Vale de Cobro ou Alto da Cascalheira, Rua Minas da Borralha, n.º 14 – 2.º C, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 3178/2022 – Proposta n.º 2289/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 44 – 5.º Esq, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 3179/2022 – Proposta n.º 2290/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Choilo, Rua Gonçalo Velho Cabral, Lote 227, em Azeitão**
20. **Deliberação n.º 3180/2022 – Proposta n.º 2291/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida da Bela Vista, n.º 10 – 4.º D 51, em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 3181/2022 – Proposta n.º 2292/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Escola e Rua do Pinhão - Moradia Esq., em Azeitão**
22. **Deliberação n.º 3182/2022 – Proposta n.º 2293/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Serração, Lote 90, em Azeitão**
23. **Deliberação n.º 3183/2022 – Proposta n.º 2294/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 103, 103A e 103B – 6.º Esq., em Setúbal**



24. **Deliberação n.º 3184/2022 – Proposta n.º 2295/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de Lisboa, n.º 439 - R/C e 1.º, em Azeitão**
25. **Deliberação n.º 3185/2022 – Proposta n.º 2296/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Alto do Faralhão, Rua Jerónimo Cavaco, n.º 23, em Setúbal**
26. **Deliberação n.º 3186/2022 – Proposta n.º 2297/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Mestre Boitaca, n.º 3 – 3.º Esq., em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 3187/2022 – Proposta n.º 2298/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Travessa Primeiro de Dezembro, n.ºs 7 e 9, em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 3188/2022 – Proposta n.º 2299/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Sítio da Sancha Cega, Azinhaga da Camarinha à Estrada Nacional dos
Montureiros, Avenida Infante D. Henrique, n.º 22 - R/C Dto., em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 3189/2022 – Proposta n.º 2300/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 22, 22-A a 22-O e Rua José Groot Pombo,
n.ºs 6, 6-A, 6-B e 8 – 3.º A, em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 3190/2022 – Proposta n.º 2301/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 18 e 18A – 3.º Dto, em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 3191/2022 – Proposta n.º 2302/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Manuel Maria Portela, n.º 32, em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 3192/2022 – Proposta n.º 2303/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Quinta dos Bonecos, n.º 11 – 2.º Dto., em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 3193/2022 – Proposta n.º 2304/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79 a 85, tornejando para a Rua Jorge
Claro e para o Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 8, 8A a 8D – 3.º F, em
Setúbal**
34. **Deliberação n.º 3194/2022 – Proposta n.º 2305/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Vendas de Azeitão, Rua da Paz, n.º 12, em Azeitão**
35. **Deliberação n.º 3195/2022 – Proposta n.º 2306/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Cegonhas, n.º 18, em Azeitão**
36. **Deliberação n.º 3196/2022 – Proposta n.º 2307/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Abel Salazar, n.º 25 – 2.º Esq., em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 3197/2022 – Proposta n.º 2308/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Choilo, Rua Fernão de Magalhães, Lote 82, em Azeitão**
38. **Deliberação n.º 3198/2022 – Proposta n.º 2309/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Gonçalves Zarco, n.º 2 – 5.º Fte., em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 3199/2022 – Proposta n.º 2310/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua dos Amores, Urbanização Casas de Azeitão, Núcleo Poente I, Lote 47,
em Azeitão**

40. **Deliberação n.º 3200/2022 – Proposta n.º 2311/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n.º 5 – 4.º Esq., em Setúbal**
41. **Deliberação n.º 3201/2022 – Proposta n.º 2312/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Quinta de Santo António, Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 1, 3 e 5 – 1.º Dto., em Setúbal**
42. **Deliberação n.º 3202/2022 – Proposta n.º 2313/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Escola n.º 172 e Rua do Paraíso, n.º 15, em Azeitão**
43. **Deliberação n.º 3203/2022 – Proposta n.º 2314/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praça do Brasil, n.º 4 – 4.º Dto., em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 3204/2022 – Proposta n.º 2315/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Ladislau Parreira, n.ºs 54, 54A e 54B – 2.º Esq., em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 3205/2022 – Proposta n.º 2316/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. Luís Furtado, n.º 37 – 1.º Esq., em Azeitão**
46. **Deliberação n.º 3206/2022 – Proposta n.º 2317/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Estrada da Rasca, Rua José Augusto dos Santos, Lote 11 - R/C Fte., em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 3207/2022 – Proposta n.º 2318/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida António Sérgio, n.ºs 320, 320A, 322, 322A e 322B – 1.º Esq., em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 3208/2022 – Proposta n.º 2319/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 27 com caves para a Rua Bartolomeu Dias, n.ºs 2 e 4 – 1.º Esq., em Setúbal**
49. **Deliberação n.º 3209/2022 – Proposta n.º 2320/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Vasco Soveral, n.ºs 17, 19 e 21, em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 3210/2022 – Proposta n.º 2321/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Manteigadas, Avenida Professor Orlando Ribeiro, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 3211/2022 – Proposta n.º 2322/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 68 – 2.º Esq., em Setúbal**
52. **Deliberação n.º 3212/2022 – Proposta n.º 2323/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Fé, n.º 27 – 1.º Dto., em Setúbal**
53. **Deliberação n.º 3213/2022 – Proposta n.º 2324/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Eletricidade, n.º 5 – 6.º B, em Setúbal**
54. **Deliberação n.º 3214/2022 – Proposta n.º 2325/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Mário Sacramento, n.º 42 – 3.º Esq., em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 3215/2022 – Proposta n.º 2326/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 11 – 5.º Fte., em Setúbal**

56. **Deliberação n.º 3216/2022 – Proposta n.º 2327/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.ºs 49, 51, 53 e 55 - R/C, em Setúbal**
57. **Deliberação n.º 3217/2022 – Proposta n.º 2328/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Fazenda da Bonita, Moitas, em Setúbal**
58. **Deliberação n.º 3218/2022 – Proposta n.º 2329/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua do Antigo Olival, n.º 8 e Rua da Figueira Grande, n.ºs 5 e 7 – 1.º B 22, em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 3219/2022 – Proposta n.º 2330/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 64 – 7.º Esq. Fte., em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 3220/2022 – Proposta n.º 2331/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Travessa da Reforma Agrária, n.º 3, em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 3221/2022 – Proposta n.º 2332/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Choilo, Rua Fernão de Magalhães, Lote 52, em Azeitão**
62. **Deliberação n.º 3222/2022 – Proposta n.º 2333/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida das Descobertas, Lote 44 – 3.º Esq., em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 3223/2022 – Proposta n.º 2334/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Estrada da Algodeia, n.º 54 - Moradia D, em Setúbal**
64. **Deliberação n.º 3224/2022 – Proposta n.º 2335/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Várzeas, Caracóis ou Santo Amaro, Rua Fernando Lopes Graça, Lote 118, em Azeitão**
65. **Deliberação n.º 3225/2022 – Proposta n.º 2336/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 8 – 4.º Dto., em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 3226/2022 – Proposta n.º 2337/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Travessa Jacob Azambuja, n.º 7, em Setúbal**
67. **Deliberação n.º 3227/2022 – Proposta n.º 2338/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Parque Dr. Manuel Constantino Goes, n.º 8 – 2.º Dto., em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 3228/2022 – Proposta n.º 2339/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praça Olga de Moraes Sarmento, n.º 26 - R/C Dto., em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 3229/2022 – Proposta n.º 2340/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Urbanização Pinhal de Negreiros, Rua Luísa Tody, Lotes 89, 90 e 91 - R/C Dto., em Azeitão**
70. **Deliberação n.º 3230/2022 – Proposta n.º 2341/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Tratado de Tordesilhas, n.ºs 8, 8A, 8B e 8C e Praça da Independência, n.ºs 6, 6-A a 6-H – 2.º Fte., em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 3231/2022 – Proposta n.º 2342/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 5.º A, em Setúbal**
72. **Deliberação n.º 3232/2022 – Proposta n.º 2343/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência**

- Rua Xarafe, n.º 59, tornejando para a Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 39 – 1.º Dto., em Setúbal
- 73. Deliberação n.º 3233/2022 – Proposta n.º 2344/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Tratado de Tordesilhas, n.ºs 8, 8A, 8B e 8C e Praça da Independência, n.ºs 6, 6-A a 6-H – 2.º Fte., em Setúbal
- 74. Deliberação n.º 3234/2022 – Proposta n.º 2345/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua do Rosmaninho, n.º 9 - R/C Dto., em Setúbal
- 75. Deliberação n.º 3235/2022 – Proposta n.º 2346/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Brancanes, n.º 23 - de acesso à parte habitacional e Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 9 de acesso à fração "A" - C/V Esq., em Setúbal
- 76. Deliberação n.º 3236/2022 – Proposta n.º 2347/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 – 2.º H, em Setúbal
- 77. Deliberação n.º 3237/2022 – Proposta n.º 2348/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 - CVP10, em Setúbal
- 78. Deliberação n.º 3238/2022 – Proposta n.º 2349/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 - CVP11, em Setúbal
- 79. Deliberação n.º 3239/2022 – Proposta n.º 2350/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 – 2.º G, em Setúbal
- 80. Deliberação n.º 3240/2022 – Proposta n.º 2351/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 - CVP7, em Setúbal
- 81. Deliberação n.º 3241/2022 – Proposta n.º 2352/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua do Antigo Olival, Lote 7 – 1.º D 22, em Setúbal
- 82. Deliberação n.º 3242/2022 – Proposta n.º 2353/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Pêro Vaz de Caminha, n.º 5 – 3.º P, em Setúbal
- 83. Deliberação n.º 3243/2022 – Proposta n.º 2354/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Faralhão, em Setúbal
- 84. Deliberação n.º 3244/2022 – Proposta n.º 2355/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua José de Groot Pombo, n.º 17 – 1.º Esq., em Setúbal
- 85. Deliberação n.º 3245/2022 – Proposta n.º 2356/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Estuário do Sado, n.º 10, em Setúbal
- 86. Deliberação n.º 3246/2022 – Proposta n.º 2357/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 49, 49-A a 49-D e Rua Dr. Mendonça e Costa, n.ºs 5, 5-A a 5-E – 1.º Esq., em Setúbal
- 87. Deliberação n.º 3247/2022 – Proposta n.º 2358/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Afonso do Paço, n.º 16, em Setúbal
- 88. Deliberação n.º 3248/2022 – Proposta n.º 2359/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Jaime Horácio Pacheco Junqueiro, n.º 3 – 2.º Esq., em Setúbal

89. **Deliberação n.º 3249/2022 – Proposta n.º 2360/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.ºs 32, 34 e 36 – 3.º Fte., em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 3250/2022 – Proposta n.º 2361/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Alexandre Herculano, n.º 32 – 2.º A, em Setúbal**
91. **Deliberação n.º 3251/2022 – Proposta n.º 2362/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Alexandre Herculano, n.º 28, 28A, 30, 30A, 32, 32A e 34 - CVG 44, em Setúbal**
92. **Deliberação n.º 3252/2022 – Proposta n.º 2363/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Alexandre Herculano, n.º 28, 28A, 30, 30A, 32, 32A e 34 - CVG 45, em Setúbal**
93. **Deliberação n.º 3253/2022 – Proposta n.º 2364/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua dos Alfaiates, n.º 31, em Setúbal**
94. **Deliberação n.º 3254/2022 – Proposta n.º 2365/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 – 4.º Esq., em Setúbal**
95. **Deliberação n.º 3255/2022 – Proposta n.º 2366/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Michell Giacometti, n.ºs 4 e 6 – 4.º D, em Setúbal**
96. **Deliberação n.º 3256/2022 – Proposta n.º 2367/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Armando Martins, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal**
97. **Deliberação n.º 3257/2022 – Proposta n.º 2368/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Misericórdia, n.º 16, em Azeitão**
98. **Deliberação n.º 3258/2022 – Proposta n.º 2369/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Hasta Pública para ocupação de Bancas e Lojas do Mercado Municipal 2 de abril, Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição e Mercado Municipal do Livramento**
99. **Deliberação n.º 3259/2022 – Proposta n.º 2370/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Alteração ao prazo de Cedência do Direito de Superfície constituído sobre parcela de terreno, sita em Quinta da Amizade, Poço Mouro, à Associação Batista Shalom**
100. **Deliberação n.º 3260/2022 – Proposta n.º 2371/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 07/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas, individuais e consolidadas, para os anos de 2022 a 2024 – Adjudicação**
101. **Deliberação n.º 3261/2022 Proposta n.º 2373/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 22/2016/DAF/DIIGEF/SECPP- Liberação de caução referente à prestação de serviços de limpeza em instalações municipais, pelo período de 24 meses**
102. **Deliberação n.º 3262/2022 – Proposta n.º 2374/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços para contratação de artistas, incluindo produção, aluguer de palco, régie, estruturas e alimentação – Feira de Santiago 2020 – Ajuste Direto n.º 279/2020/DAF/DICOMP/SECOMP**
103. **Deliberação n.º 3263/2022 – Proposta n.º 2375/2022 - DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2021/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros para os ramos de acidentes de trabalho, multirriscos,**

- automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico e responsabilidade civil, pelo período de 24 meses – Adenda ao contrato*
104. *Deliberação n.º 3264/2022 – Proposta n.º 2376/2022 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração ao Orçamento da Receita, 8.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 6.ª alteração ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª alteração do Plano Plurianual de Investimentos*
 105. *Deliberação n.º 3265/2022 – Proposta n.º 2377/2022 – DAF/DICOR - Contratação do Empréstimo de médio e longo prazo – Investimentos Municipais 2023.*
 106. *Deliberação n.º 3266/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP*
 107. *Deliberação n.º 3267/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DEB/DIGEPE – Protocolo de Cooperação para cursos de alfabetização nos Bairros da Bela Vista e zona envolvente*
 108. *Deliberação n.º 3268/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DEB - Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho*
 109. *Deliberação n.º 3269/2022 - Proposta n.º 2372/2022 - DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 27/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação serviços para elaboração de projeto de execução arquitetura e especialidades para Unidade de Saúde Bairro do Liceu e Direção do Aces Arrábida, em Setúbal*
 110. *Deliberação n.º 3270/2022 – Proposta n.º 2378/2022- DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 09/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de aluguer operacional de 30 viaturas ligeiras de passageiros e 1 viatura ligeira de mercadorias, pelo período de 36 meses - Adjudicação*
 111. *Deliberação n.º 3271/2022 – Proposta n.º 89/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio à 38.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praiense – 2022*
 112. *Deliberação n.º 3272/2022 – Proposta n.º 90/2022 – DCDJ/DIJUV – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude*
 113. *Deliberação n.º 3273/2022 – Proposta n.º 91/2022 – DCDJ/DIDES – Protocolo de parceira trianual para a realização Setúbal Custom Weekend – 2023, 2024 e 2025*
 114. *Deliberação n.º 3274/2022 – Proposta n.º 663/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 735/22*
 115. *Deliberação n.º 3275/2022 – Proposta n.º 664/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 747/22*
 116. *Deliberação n.º 3276/2022 – Proposta n.º 665/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção - Processo n.º 357/20*
 117. *Deliberação n.º 3277/2022 – Proposta n.º 666/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção - Processo n.º 327/21*
 118. *Deliberação n.º 3278/2022 – Proposta n.º 667/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edificação - Processo n.º 230/22*
 119. *Deliberação n.º 3279/2022 – Proposta n.º 668/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de encerramento de varanda - Processo n.º 156/22*
 120. *Deliberação n.º 3280/2022 – Proposta n.º 669/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção e emissão do alvará de construção - Processo n.º 508/21*

121. *Deliberação n.º 3281/2022 – Proposta n.º 670/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença para obras de edificação - Processo n.º 332/21*
122. *Deliberação n.º 3282/2022 – Proposta n.º 671/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para reconstrução de uma moradia unifamiliar - Processo n.º 82/20*
123. *Deliberação n.º 3283/2022 – Proposta n.º 672/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 345/22*
124. *Deliberação n.º 3284/2022 – Proposta n.º 673/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de licenciamento de arquitetura para construção de moradia - Processo n.º 507/21*
125. *Deliberação n.º 3285/2022 – Proposta n.º 674/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de ampliação de moradia unifamiliar, e anexo para arrumos e construção/alteração de cobertura - Processo n.º 268/22*
126. *Deliberação n.º 3286/2022 – Proposta n.º 675/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para legalização e alterações de edificação - Processo n.º 365/21*
127. *Deliberação n.º 3287/2022 – Proposta n.º 676/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de fração autónoma - Processo n.º 554/21*
128. *Deliberação n.º 3288/2022 – Proposta n.º 677/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de fração autónoma - Processo n.º 555/21*
129. *Deliberação n.º 3289/2022 – Proposta n.º 678/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de piscina - Processo n.º 199/10*
130. *Deliberação n.º 3290/2022 – Proposta n.º 679/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 362/20*
131. *Deliberação n.º 3291/2022 – Proposta n.º 680/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 325/20*
132. *Deliberação n.º 3292/2022 – Proposta n.º 681/2022 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações das especificações do alvará de loteamento n.º 5/00 - Processo n.º 890/97*
133. *Deliberação n.º 3293/2022 – Proposta n.º 682/2022 – DURB/DIGU – Caducidade do procedimento - Processo n.º 915/18*
134. *Deliberação n.º 3294/2022 – Proposta n.º 683/2022 – DURB/DIGU – Homologação de auto de vistoria para receção provisória e redução da caução - Processo n.º 1067/05*
135. *Deliberação n.º 3295/2022 – Proposta n.º 684/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local - Processo n.º 36/22*
136. *Deliberação n.º 3296/2022 – Proposta n.º 685/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Alterações e ampliação - Processo n.º 123/22*
137. *Deliberação n.º 3297/2022 – Proposta n.º 686/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 85/22*
138. *Deliberação n.º 3298/2022 – Proposta n.º 687/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Obras de alterações e concessão de licença de construção - Processo n.º 303/21*

139. **Deliberação n.º 3299/2022 – Proposta n.º 688/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização e concessão do alvará de construção - Processo n.º 84/19**
140. **Deliberação n.º 3300/2022 – Proposta n.º 689/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 160/20**
141. **Deliberação n.º 3301/2022 – Proposta n.º 690/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 189/21**
142. **Deliberação n.º 3302/2022 – Proposta n.º 691/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 311/20**
143. **Deliberação n.º 3303/2022 – Proposta n.º 692/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração da fachada de um edifício destinado a comércio e habitação - Processo n.º 240/22**
144. **Deliberação n.º 3304/2022 – Proposta n.º 693/2022 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de alteração de fachada em edifício de habitação coletiva - Processo n.º 34/22**
145. **Deliberação n.º 3305/2022 – Proposta n.º 694/2022 – DURB/GAPRU – Aditamento à concessão dos licenciamentos no âmbito dos PO 135/20, PO 136/20 e PO 137/20, e aprovação de minuta para contrato de obras de urbanização e dos projetos de infraestruturas - Processo n.º 137/20**
146. **Deliberação n.º 3306/2022 – Proposta n.º 695/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com 2 floreiras - Processo n.º 95/22**
147. **Deliberação n.º 3307/2022 – Proposta n.º 696/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com tenda com 18m2 para ação de rastreio gratuito à população para medição de tensão arterial e de glicémia - Processo n.º 98/22**
148. **Deliberação n.º 3308/2022 – Proposta n.º 697/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com Unidade Móvel – Tuk-Tuk – para venda de água de coco - Processo n.º 105/19**
149. **Deliberação n.º 3309/2022 – Proposta n.º 4/2022 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2022 - Aplicação da taxa do IMI Familiar**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) e do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 4 e 5.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 6 e 7.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 8.

- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a sua intervenção vinha na sequência do discurso do Sr. Presidente, no Dia da Cidade, no dia 15 de setembro, um discurso que não iriam qualificar, porque o Sr. Presidente os tinha habituado a essa forma de intervir desde o dia em que tinha tomado posse e, naquele quase um ano de mandato, tinham vindo a habituar-se. Um discurso que tinha acabado por se repetir na última sessão da Assembleia Municipal, quando foi discutido o estado do município.

No seu discurso, o Sr. Presidente tinha feito uma autoavaliação de excelência, jogando para cima da oposição toda a responsabilidade pelos problemas que no último ano tinham surgido na autarquia. No chamado “*caso dos ucranianos*”, a oposição, em devido tempo, tinha chamado a atenção do Sr. Presidente e do vereador com o pelouro responsável por aquilo que se estava a passar, depois de ter ouvido a comunidade ucraniana em Setúbal.

O Sr. Presidente tinha desvalorizado a intervenção da oposição nessa reunião de abril e só depois de uma capa do Expresso é que tinha vindo a agir. Sobre esse processo dos ucranianos, o Sr. Presidente tinha dito que não iria falar enquanto os processos não estivessem concluídos, mas, assim, que recebeu a notificação de que estaria arquivado um processo, porque as irregularidades e ilegalidades encontradas pela Inspeção-Geral de Finanças na autarquia já tinham sido, entretanto, regularizadas, tinha vindo o Sr. Presidente, num foguetório, dizer que estavam de consciência tranquila - e certamente que estariam - e que os processos estariam concluídos. Pois não, os processos continuavam, estavam em curso, como tinha acabado por vir a público, e iriam aguardar com toda a serenidade.

Aliás, tinha sido essa a postura da vereação do Partido Socialista, aguardar com serenidade a conclusão desses processos, mas a pergunta que ficava era se seriam os vereadores do Partido Socialista, se seria a oposição a responsável pelas ilegalidades que tinham sido encontradas pela Inspeção-Geral de Finanças e que, entretanto, tinham sido regularizadas. Se era a oposição, se seriam os vereadores do Partido Socialista responsáveis por essas ilegalidades que tinham sido encontradas pela Inspeção-Geral de Finanças, e, também, no caso dos ucranianos, perguntava ao Sr. Presidente, uma vez que a responsabilidade, ora era dos vereadores do Partido Socialista, ora era da oposição, ora era do tempo do Mata Cáceres, ora a responsabilidade era, também, do Governo. Sua é que não havia qualquer tipo de responsabilidade, porque a sua autoavaliação era de excelência.

Portanto, perguntava-lhe se, quando tinha feito a nomeação de um encarregado de proteção de dados tinham sido os vereadores do Partido Socialista que tinham estado a agarrar-lhe na mão para que fizesse essa nomeação, para que assinasse essa nomeação, que, depois, tinha vindo a anular, ou seja, nessa trapalhada em que o Sr. Presidente se tinha metido, em que tinha feito a nomeação de um encarregado de proteção de dados e que, depois, tinha acabado por rasgar essa nomeação que tinha sido feita, perguntava ao Sr. Presidente se também era a oposição, se também eram os vereadores do Partido Socialista que eram responsáveis por essa incompetência técnica e política.

Depois, os setubalenses estavam a viver uma situação inesperada. A questão dos transportes públicos era algo que afetava todos os dias quem queria ir trabalhar, quem se queria deslocar no concelho e - pasme-se! - os alunos que tinham de chegar a horas às suas escolas, tinham que entrar a horas, e, quando saíam da escola, não podiam ficar nas paragens de autocarro à espera do autocarro que não passava.

Os vereadores do Partido Socialista tinham alertado naquela Câmara Municipal, no dia 22 de julho, que em breve o ano letivo iria começar. Tinha alertado que aquele novo modelo de transportes que estava em vigor em Setúbal não estava a correr bem, que as coisas não

estavam, efetivamente, a correr nada bem e tinham alertado, no dia 22 de julho, que, muito em breve, o ano escolar iria começar. Pois bem, o ano escolar tinha começado e as crianças estavam a ficar nas paragens, à espera do autocarro. Eram as crianças que vinham de Azeitão para Setúbal e que queriam ir de Setúbal para Azeitão, mas não só.

Desde o dia 22 de julho até àquele momento não tinham nota de daquilo que tivesse sido feito. Tinham conhecimento que só no início de setembro o Sr. Presidente tinha reunido com os diretores dos agrupamentos de escolas e vinha, naquele momento, dizer que iria protestar junto da empresa e, para isso, queria envolver a população, iria envolver as freguesias nesse combate.

Queria dizer ao Sr. Presidente que estava a tempo inteiro, enquanto presidente da autarquia, para resolver o problema dos setubalenses. O Sr. Presidente tinha sido eleito Presidente da Câmara Municipal de Setúbal não para andar no protesto pelo protesto. O Sr. Presidente tinha a obrigação de resolver o problema das pessoas, dos setubalenses, e, naquele caso concreto, das crianças, das famílias, e, nomeadamente, daquelas que se deslocavam de Azeitão para Setúbal, mas, também, das freguesias da periferia que vinham ter aulas na cidade de Setúbal, nomeadamente na Escola Secundária de Bocage ou na Sebastião da Gama ou na Lima de Freitas. O Sr. Presidente tinha que resolver esse problema, no dia 22 de julho tinha sido alertado para isso e – pasme-se! – nada tinha sido feito.

Para terminar a sua intervenção, vinha, também, dizer ao Sr. Presidente que, naquela sua intervenção no dia 15 de setembro, que, relativamente às Águas do Sado, que os investimentos não tinham sido feitos por causa do contrato de concessão. Tinham de perceber em que é que ficavam. É que, não havia muito tempo, numa reunião da Câmara, que estava gravada e em que as suas declarações eram públicas, tinha dito que a avaliação que fazia do contrato era uma avaliação bastante positiva. Pois bem, no dia 15 de setembro, tinha vindo dizer que, realmente, essa avaliação era negativa, e, portanto, tinha dado o dito por não dito, dizendo que, efetivamente, os investimentos não tinham sido feitos na altura, criticando o contrato de concessão.

Pois bem, o Sr. Presidente tinha criticado o contrato de concessão, mas tinha-se esquecido de dizer ou de referir as cartas de amor, que a Câmara Municipal de Setúbal, através da sua pessoa e da anterior presidente da câmara, tinha trocado com a empresa Águas do Sado. Tinha sido numa reunião da Câmara que tinha tido de ser interrompido e tinha sido colocado aos olhos de todos que obras tinham sido realizadas e que nada tinha tido a ver com a água e com o saneamento. Portanto, continuavam à espera de resposta, para saber que obras tinham sido essas que tinham sido realizadas sob a capa de uma conversa restrita entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Águas do Sado, cuja dirigente envolvida até tinha acabado por receber a Medalha da Cidade. Que obras é que tinham sido essas, que nada tinham tido a ver com o investimento na água e no saneamento?

Portanto, ficavam um pouco pasmados a ouvir o Sr. Presidente criticar um contrato de concessão que podia ter denunciado, que podia ter rasgado, até pela dívida que a Águas do Sado tinha para com a Câmara Municipal de Setúbal, quando tinha sido o seu partido, o seu executivo, a coligação a que pertencia que tinha feito uma concessão miserável do estacionamento em Setúbal por 40 anos, num contrato que, naquele momento, parecia que estavam a rever, porque haveria alguma coisa ou muita coisa que não estava bem. Portanto, quando faziam um contrato de concessão, por 40 anos, do estacionamento tarifado na cidade vinham criticar um contrato de concessão que tinha sido feito por 25 anos e que estava, naquele momento, a acabar. Também com o apoio dos vereadores do Partido Socialista iriam ter o regresso das águas e do saneamento à Câmara Municipal.

Terminava referindo ao Sr. Presidente que, quanto à questão da precariedade laboral na Câmara Municipal de Setúbal, teria em breve que ter uma conversa com a Secretária-Geral da CGTP, Isabel Camarinha, no sentido de lhe explicar esse milagre que acontecia em Setúbal. É que era um milagre que acontecia na Câmara de Setúbal e não conseguia ter, depois, reflexo em mais nenhuma parte do país.

O Sr. Presidente dizia que em Setúbal, que na Câmara de Setúbal, tinha sido uma opção de gestão, portanto, uma opção de gestão do Partido Comunista, e, portanto, o Partido

Comunista tanto criticava a precariedade laboral e aquela questão dos falsos recibos verdes tinha sido uma opção de gestão. Tinha sido dito pelo Sr. Presidente e estava em ata - aliás, até em vídeo, naquele momento -, e, portanto, podia ser consultado, mas, depois, tinha dito outra coisa, tinha dito que a questão da precariedade laboral era algo que os trabalhadores queriam, portanto, os trabalhadores queriam estar nos recibos verdes. Também tinha sido dito pelo Sr. Presidente. Portanto, além de ser uma opção de gestão, eram os próprios trabalhadores que queriam estar nessa situação.

Portanto, o Sr. Presidente teria de ter essa conversa com a Secretária-Geral da CGTP, para lhe explicar esse milagre em Setúbal, porque, ainda na última audição, a Sra. Secretária-Geral da CGTP tinha vindo dizer que a um vínculo permanente devia ser considerado um posto de trabalho permanente, mas, em Setúbal, parecia ser diferente, perante a gestão do Partido Comunista Português.

Terminando com a questão da precariedade, queria dizer ao Sr. Presidente que acabava de ser desmentido nas suas afirmações ali feitas do enorme diálogo com os bombeiros sapadores, quando aquilo a que assistiam era a sucessivas manifestações por parte dos sapadores no concelho de Setúbal, manifestação que se tinha voltado a repetir no Dia da Cidade com a greve dos bombeiros sapadores e com mais uma manifestação que demonstrava a falta de diálogo.

Tinham ficado a saber, também intervenção do Sr. Presidente, que, quando existia um litígio entre a Câmara Municipal - ou, melhor dizendo, o executivo parte CDU -, quando existia um litígio entre o executivo e os trabalhadores - naquele caso, os bombeiros sapadores -, que esse litígio deve ser dirimido em tribunal. Portanto, a litigância estava aberta e era aí que devia ser esclarecido. Bem, os bombeiros assim tinham agido, tinham ido para tribunal. O tribunal tinha mandado anular um despacho - não era que o dizia, era a decisão do tribunal, que tinham como decisão a anulação do despacho - e dizia mais, que os critérios utilizados até eram obscuros. As palavras não eram dele, estavam lá nessa decisão.

Portanto, a pergunta que cabia fazer era onde é que estava esse diálogo e tentar perceber se, efetivamente, a Câmara Municipal de Setúbal iria acatar essa decisão, que tinha sido obtida pelos tribunais, ou se iria recorrer dessa decisão, porque, se fosse recorrer dessa decisão aquilo que estava a acontecer era, efetivamente, uma quebra daquilo que tinha sido dito pelo Sr. Presidente na última reunião em que tinha estado presente, em que, efetivamente, a Câmara Municipal de Setúbal iria acatar toda e qualquer decisão dos tribunais.

Terminava perguntando, porque era uma dúvida que assistia aos vereadores do Partido Socialista, relativamente ao Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal: Existia um regulamento que estava em vigor, não tinham conhecimento que esse regulamento tivesse sido, em algum momento, alterado, porque teria de ser alterado ali, em reunião da Câmara. Esse regulamento previa que o efetivo mínimo era de 27 elementos. Aquando da aprovação do regulamento já existiam bombeiros voluntários e a Cruz Vermelha Portuguesa também já existia e prestava um inestimável, um enorme apoio e colaboração à Câmara Municipal. Portanto, eram já, na altura, um complemento ao trabalho dos bombeiros sapadores. Não tendo existido, portanto, alteração do regulamento, como explicava a redução do efetivo mínimo para 17 elementos? Em que se fundamentava essa redução? E como é que explicava que, nas últimas semanas, o efetivo de bombeiros em Setúbal não tivesse ultrapassado os 13 elementos, sendo que 3 desses 13 elementos eram estagiários?

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a sua intervenção se prendia com dois temas que eram de relevante interesse para o Município, começando, desde logo, pela questão relativa à Água do Sado e aos diferendos que existiam, que eram públicos e que se tinham vindo a acentuar entre o Município e a ainda concessionária.

Na segunda-feira, tinha sido conhecido um comunicado da empresa Águas do Sado, que acusava o Município de investir apenas parte das rendas nos sistemas de água e saneamento. Ora, já no passado o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha ali referido que a parte que a concessionária considerada não investida corresponderia à comparticipação de fundos

comunitários nas intervenções feitas. Acreditava que essa interpretação não andaria muito longe daquilo que tinha sido ali dito pelo senhor Vereador.

A verdade era que a dívida contabilizada da empresa ao Município se tinha ido acumulando ao longo de vários anos – diria, até, que ao longo de vários mandatos – e a diferença de entendimento já deveria ter sido dirimida judicialmente, porque a falta de entendimento relativamente a esse tema era notória. Ao invés, os sucessivos executivos tinham optado sempre por ignorar essa bola de neve em rápido crescimento e tinham permitido que, a 3 meses do fim da concessão, a Câmara ainda não tivesse garantido o recebimento de perto de 30 milhões de euros.

Por outro lado, o Sr. Presidente tinha afirmado ali, na anterior reunião da Câmara, que o executivo tinha decidido acionar o tribunal arbitral, no sentido de resolver esses diferendos, onde se incluía a dívida da concessionária. Ora, era a própria concessionária a afirmar, no comunicado, que tinha iniciado, também, um processo de arbitragem, mas no sentido inverso, no sentido de ser ressarcida dos custos decorrentes da falta de investimento do município nas redes.

Uma coisa era certa, era que a rede de água era antiga, o sistema tinha perdas muito significativas e vivíamos desde há alguns anos com o problema da seca e da importância da contenção no gasto e no desperdício de água. Não era um tema novo, já no atual mandato tinham tido oportunidade de alertar, inclusivamente, para uma fuga de água no Estádio do Bonfim, que tinha sido mais tarde reparada em boa hora.

Uma coisa era certa, era fundamental que os Serviços Municipalizados definissem um plano de investimento bastante rigoroso na atualização da rede, com início já no ano de 2023.

Também queria falar daquilo que vinha sendo o alargamento da área de tarifação do estacionamento. A área abrangida pela tarifação do estacionamento tinha começado, como o Sr. Presidente bem sabia, a ser alargada em maio, com o argumento de que em junho teríamos mais e melhores transportes públicos. Entretanto, numa visita à zona da Várzea, ainda em maio, o Sr. Presidente tinha anunciado a criação de mais parques de rebatimento que acrescentariam perto de 2 mil lugares à capacidade já instalada.

Setembro estava a acabar, tinham passado 4 meses e meio desde que a área abrangida pelo estacionamento tarifado tinha começado a ser alargada e transportes nem vê-los, os dois parques de rebatimento tinham ficado pela manchete do jornal. Aliás, tinha tido, inclusivamente, oportunidade de o questionar sobre a localização desses parques no momento em que tinham sido anunciados e continuava a aguardar que o Sr. Presidente lhes indicasse, de forma concreta, onde é que eles se iriam localizar e, chegados àquele momento, a única coisa que avançava a bom ritmo era mesmo a colocação de parquímetros.

A zona tarifada já tinha sofrido nova ampliação recentemente e não tinham dúvidas que esse alargamento da zona tarifada iria ter impacto, não só na zona onde os parquímetros eram colocados, mas, também, nas zonas limítrofes que não eram ainda tarifadas. Aquela tarifação tinha o mesmo efeito que atirar uma pedra para um lago de água. Tinha um impacto, necessariamente, no local onde a pedra entrava no lago, mas, depois, as ondas de choque iam-se espalhando e a verdade era que a pressão da procura de estacionamento, as ondas de choque do estacionamento tarifado, começavam já a sentir-se, de forma muito significativa, nos bairros circundantes à zona tarifada e em zonas e em arruamentos que nunca tinham tido pressão significativa de estacionamento irregular ou de estacionamento abusivo.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que tinha sido entregue na Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Mesa, um requerimento para audição do Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, com vista a prestar os devidos esclarecimentos sobre os problemas e efeitos lesivos que a implementação da Carris Metropolitana tinha tido sobre Setúbal e sobre os setubalenses e azeitonenses.

Gostariam de saber se esse pedido que tinha sido feito já tinha seguido e, se o mesmo não tinha seguido, gostariam que o mesmo fosse rapidamente efetuado.

Sr. Presidente – Pediu desculpa pela interrupção e perguntou à senhora Vereadora se o pedido tinha sido dirigido ao Presidente da Câmara.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que tinha sido entregue ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Estava a perguntar se tinha conhecimento se o mesmo já tinha seguido para Lisboa, para a Comissão Executiva.

Sr. Presidente – Disse que não tinha conhecimento.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que era nesse sentido.

Sr. Presidente – Disse que, como a senhora Vereadora sabia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha autonomia para fazer aquilo que bem entendesse.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que claro que sim. Estava a perguntar se o Sr. Presidente já tinha conhecimento se tinha seguido.

Sr. Presidente – Disse à senhora vereadora que não viesse pedir-lhe para resolver essas questões.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que não tinha sido isso que tinha perguntado.

Sr. Presidente – Disse que o que a senhora Vereadora tinha perguntado...

Sra. Vereadora Sandra Gomes – ... tinha sido se tinha conhecimento.

Sr. Presidente – Disse que agradecia à senhora Vereadora o esclarecimento à pergunta que tinha feito. Pedia desculpa pela interrupção.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que estava a esclarecer o que tinha perguntado. Ainda em relação aos transportes e uma vez que o Vereador do Partido Socialista, Vereador Fernando José, já tinha tocado no assunto, iria, também, falar sobre o mesmo. Tinha a ver com o facto de, em meados de julho, a bancada do PS ter alertado para os constrangimentos que existiam em relação ao cumprimento dos horários dos transportes em Setúbal. Tinham alertado para o caso, para que essa dificuldade fosse ultrapassada, uma vez que iriam ter grandes constrangimentos no início do ano letivo.

Entretanto, o Sr. Presidente tinha resolvido solicitar à empresa que desse uma resposta sobre a sua capacidade operacional até 16 de setembro e dia 16 de setembro tinha sido o primeiro dia do ano letivo. Esses constrangimentos não eram só para os alunos, mas eram, também, para os docentes, para o pessoal não docente que utilizava o transporte público e para os encarregados de educação, que se viam na obrigação de utilizar o transporte público para que os seus filhos chegassem atempadamente às aulas e também que regressassem às suas casas.

A sua pergunta ao Sr. Presidente era: Para quando a resolução desse problema? Iriam continuar a aguardar? Até quando? Entretanto, no jornal Público daquele dia, o Sr. Presidente dos Transportes Metropolitanos de Lisboa dizia que *"hoje o serviço já é melhor do que o que as pessoas tinham"*. Claramente, essa frase, esse comentário, era de alguém que não utilizava os transportes públicos.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que ouvia sempre com muita atenção e respeito aqueles que falavam em nome de Setúbal, de Gâmbia a Azeitão, especialmente aqueles que, como era o caso do Sr. Presidente André Martins, falavam em nome do Poder Local Democrático. Nem sempre concordava, mas ouvia. Às vezes ficava surpreendido. Era o caso.

Referia-se às recentes intervenções do Sr. Presidente, nomeadamente as do Dia de Bocage, da Cidade e do Concelho e na sessão da Assembleia Municipal do dia 19 de setembro, sobre o tristemente conhecido caso do acolhimento dos refugiados ucranianos em Setúbal.

Não lhe ia chamar populismo por respeito pelo passado da luta antifascista de muitos militantes, mulheres e homens do PCP, partido que integrava a CDU, mas ia falar de revisionismo.

O Sr. Presidente André Martins vinha, naquele momento, tentar, através de uma narrativa Calimero reescrever a história do que tinha acontecido, tentando colocar nas oposições um ónus de uma imagem negativa colada a Setúbal.

Felizmente, tinham, naquele momento, as gravações “online” das reuniões da Câmara. Ele mesmo tinha recorrido ao seu visionamento e tinha confirmado que, na reunião de 20 de abril, o que o Vereador do PSD Paulo Calado e o que o Vereador Fernando José, pelo PS, tinham feito com as suas intervenções sobre o assunto tinha sido alertar o executivo CDU para uma situação que se adivinhava problemática, no atendimento municipal aos refugiados que acolhíamos.

Tinham-no feito com zelo, com elevado sentido de diálogo e cooperação, sem intenção de dolo, uma vez que tinham alertado para o desconforto dos cidadãos ucranianos e para a insensibilidade do recurso a cidadãos russos nesse entendimento, pela razão, infelizmente, compreensível, sobretudo para quem aqui tinha chegado porque o seu país tinha sido invadido a mando dos intérpretes da oligarquia fascista russa.

Nessa altura, aliás, o Vereador Fernando José tinha tido, inclusive, o cuidado de afirmar e citava: *“Nós não colocamos aqui em causa o trabalho que está a ser desempenhado por estas pessoas - referindo-se, naturalmente, aos cidadãos russos que faziam o atendimento -, certamente que estarão a fazer o seu melhor, a dar o seu melhor”*.

Tinham deixado essa recomendação. O que tinha acontecido? Nada, ou seja, o costume. A oposição “ladrou” e a caravana tinha continuado. Mas, depois, tinha vindo o semanário “Expresso” e a sua 1.ª página no dia 29 de abril. O executivo CDU tinha sentido a “dentada” dos “media” nacionais e tinha surpreendido e tinha lançado uma dúvida dramática ao suspender de imediato, do atendimento, os visados cidadãos russos.

A oposição tinha colocado em causa a imagem de Setúbal? Não, em momento algum. A posição da CDU essa sim, fechada sobre si própria, tinha causado danos à imagem de Setúbal e da solidariedade que nos caracterizava, ao ter assumido essa atitude que tinha assumido.

Naquele momento, como tinha dito, adotava-se uma narrativa revisionista de culpabilização de outros, nomeadamente da oposição. Uma narrativa que, no entanto, não colava. Não colava, mesmo que repetida 1974 vezes, porque 1974 não era o número da inverdade e da demagogia, era o número de abril, da verdade, da liberdade e da democracia.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que a primeira questão que gostaria de ver esclarecida tinha a ver com aquilo que tinham falado na anterior reunião da Câmara sobre a Carris Metropolitana, que tinha agendada uma reunião da qual viria uma resposta e, entretanto, naquele dia tinham tido conhecimento que iria começar a encontrar-se com os munícipes nas diferentes freguesias, para que os munícipes pudessem descrever o funcionamento do serviço.

Achava isso, no mínimo, estranho, porque, desde junho, aquilo que não desconheciam era qual era o funcionamento do serviço e quais é que eram os problemas que a população tinha sentido. Aliás, talvez o Sr. Presidente não, mas, pelo menos, eles, tinham sido inundados com problemas com que as pessoas se confrontavam todos os dias e que lhes faziam chegar. Portanto, acreditava que o Sr. Presidente também tivesse conhecimento desses mesmos problemas.

Achava estranho, naquele momento, em setembro, irem junto da população ouvir os problemas, aqueles que já sabiam quais eram e que até tinham vindo a enunciar em algumas reuniões da Câmara. A metodologia era do Sr. Presidente e respeitava-a. A sua pergunta era

qual é que era a solução e quando é que iriam ter a solução. Era, efetivamente, disso que se tratava.

Aliás, na anterior reunião da Câmara tinha-lhe transmitido que achava que tinham mesmo de tomar uma posição de intransigência, porque o que era facto era que havia crianças a quererem vir para a escola e não vinham, faltavam às aulas. Já eram confrontados com o facto de não ter professores. Esse era um problema também, que não era um problema da autarquia. Não tinham professores, queriam vir para a escola não tinham como chegar. Havia pais que não tinham possibilidade de vir colocar os filhos na escola, porque também tinha horário para cumprir e tinham de ir para os seus trabalhos.

Portanto, gostaria de perceber qual é que iria ser o efeito prático dessas reuniões que iriam ser feitas, porque, pelo menos, iriam ocupar 5 dias, se fizessem uma por dia nas diferentes freguesias, e quando é que haveria, verdadeiramente, uma resposta, porque os serviços de transporte não estavam melhores, antes pelo contrário, estavam um caos. Aquela era a sua primeira questão.

Gostaria, também, de perceber – a questão já tinha sido levantada por eles, na reunião anterior, através da Vereadora Rute Perdigão -, se, entretanto, tinham conseguido apurar se, de facto, havia alguma taxa que tivesse de ser paga no cartão pré-pago para as refeições escolares. Aquilo que os encarregados de educação lhes tinham feito chegar era que, para fazer qualquer pagamento dentro das escolas, fossem refeições ou fosse material de papelaria, os alunos tinham de utilizar um cartão pré-pago e que esses pagamentos eram taxados com uma taxa de 0,4 por cento.

Gostaria, também, de deixar nota que tinha sido feita uma recomendação pelos eleitos do PSD na freguesia de São Sebastião e gostaria de estendê-la a todo o Município, que tinha a ver com o pagamento das visitas de estudo dos alunos do 1.º e 2.º escalão. Aquilo que lhes tinham transmitido alguns professores tinha sido que, muitas vezes, o que acontecia para que esses alunos pudessem ir às visitas de estudo era que eram os próprios professores a pagar as visitas de estudo. Eram eles que custeavam as visitas, para que os alunos não ficassem na escola.

No entanto, havia um despacho que previa a possibilidade da DGESTE fazer o pagamento dessas visitas de estudo. Só que isso implicava organização e planeamento, porque essa informação tinha de ser enviada para a DGESTE até ao final de outubro. Portanto, aquilo que queriam trazer era o apelo no sentido de sensibilizar os diretores dos agrupamentos de escolas para cumprirem essas regras, para que esses alunos pudessem ir às visitas de estudo e não tivessem de ser custeadas pelos professores.

Por último, queria deixar uma nota de que era impossível não falar. Voltavam a ter no público os bombeiros e, portanto, isso significava que o diálogo não tinha chegado a bom porto. Já vinham sendo uma série de meses consecutivos e, como já tinha dito ali várias vezes, achava que a maioria das questões se resolvia com bom senso e tinham mesmo de procurar trazê-lo à tona, porque ninguém ficava melhor com aquilo tipo de confronto que ia havendo. Não era bom para Setúbal e não era bom para os municípios e, portanto, tinham que, de facto, promover não só o diálogo, mas, também, a ação.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que o tema que trazia tinha a ver com as pessoas e tinha a ver com os municípios de Setúbal mais concretamente, obviamente. Tinha a ver com o problema de uma situação económica muito difícil que estavam a atravessar e a respetiva tendência era para se agravar a curto prazo. Quando falava numa situação económica difícil falava no problema da inflação, que todos sentiam quando iam às compras, designadamente aos mercados, e viam o preço dos produtos subirem de dia para dia, viam as taxas de juros, designadamente o da habitação, especialmente para os mais jovens, que cresciam e iriam ser um problema gravíssimo no pagamento das prestações mensais daqueles que tinham adquirido casa com sacrifício, e tinham o problema, no fundo, de uma recessão fortíssima que iria acontecer por toda a Europa - em Portugal, também - e far-se-ia sentir, também, na cidade e no concelho de Setúbal. Era esse o quadro a curto prazo que iriam ter e era para esse quadro que tinham de se preparar e trabalhar.

Por isso, deixava duas perguntas ao Sr. Presidente: Em primeiro lugar, se a Câmara estava preparada para dar resposta a esses problemas que já lhes batiam à porta com alguma intensidade e bateriam com muito mais força, se tinha respostas já consubstanciadas em propostas concretas e, por fim, se iam, ou não, apoiar aqueles que necessitavam e, obviamente, especialmente, os mais desfavorecidos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, sobre a questão dos transportes, não desvalorizando, efetivamente, os problemas sentidos, não podia deixar de referenciar que havia um oportunismo da oposição relativamente a esse assunto.

Era, sobretudo, um problema com maiores impactos nos utilizadores e era um problema que tinha sido acompanhado por todas as autarquias envolvidas nesse processo, junto dos TML e dos diferentes operadores, visto que os problemas, naquele momento, se verificavam nos 2 lotes que já estavam em funcionamento, no lote 3 e no lote 4, que era o que dizia respeito a Setúbal.

Como sabiam, o que estava em causa - e tinha sido explicado várias vezes - era uma necessidade de reforço de motoristas, que estava a ser tentada junto de motoristas ou de uma contratação de motoristas pelos 2 operadores, do lote 3 e do lote 4, e pelos operadores da margem norte, que não tinham conseguido cumprir aquilo a que se tinham comprometido no âmbito do contrato que tinham assinado com a Carris Metropolitana, porque não tinham mão-de-obra.

Aproveitava e fazia questão, sendo que não era esse o fundamental a responder naquele momento: Porque é que não havia mão-de-obra que fosse possível contratar, para dar resposta a essas necessidades? Parecia-lhe que tinha a ver, também, com uma política de baixos salários que era permanente no país.

Mais, sobre a questão dos transportes tinha sido feito um alerta do PS em junho, depois de uma reunião que a Câmara, a TML e a Carris Metropolitana tinham tido com os agrupamentos escolares.

As reuniões regulares com a Alsa Todi, que era o operador do lote 4, e com a Carris Metropolitana aconteciam todas as semanas, com os serviços da Câmara e com essas 2 entidades envolvidas. Mensalmente, havia reuniões do Conselho Metropolitano da Mobilidade com os 18 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

Querer responsabilizar a Câmara de Setúbal pelo problema da operação do serviço de transportes públicos em Setúbal era pura demagogia, era falta de seriedade a discutir esse assunto. Perguntava se o mesmo alerta tinha sido feito na Câmara de Almada e na Câmara de Sesimbra.

Estavam em Setúbal e era um problema que não descuravam. Estavam ali para dar a cara junto das populações e, por isso, iam fazer uma sessão em cada junta de freguesia. Era demagogo o senhor vereador dizer que aquilo era um problema da Câmara de Setúbal. Era pura demagogia, era falta de seriedade a discutir os assuntos.

Era um problema objetivo, era um problema gravíssimo para os utilizadores, era um problema que lhes consumia grande parte dos recursos todos os dias e era um problema que se resolveria quando a empresa conseguisse fazer a contratação de novos funcionários e - diria ela - quando o Governo que estava naquele momento em funções conseguisse dar um incremento àquilo que era a qualificação da mão-de-obra que prestava serviço em todas as áreas do país.

Sra. Vice-Presidente – Disse que queria responder a algumas das questões que tinham sido colocadas e queria, também, dar uma nota relativamente ao início do ano letivo.

Relativamente às questões que tinham sido colocadas, a Vereadora Rita não tinha mencionado, mas o Sr. Vereador Fernando José tinha dito ali, taxativamente, que tinha sido feita apenas uma reunião com os diretores de escolas em setembro. Queria dizer que tinham sido feitas mais reuniões.

Tinham sido feitas reuniões a partir do final do ano letivo, com o objetivo de preparar aquele ano letivo, para além das outras matérias, também em matéria de transportes, e tinham sido

feitas pela Vereadora Rita Carvalho e pelos serviços que acompanhavam e pela Educação. Portanto, tinha havido diversas reuniões, não tinha sido só uma única reunião em setembro, com a presença dos diretores.

Era importante fazer esse esclarecimento, porque, senão, ficava a ideia de que tinham andado a fazer uma reunião à pressa em setembro, para preparar o ano letivo e os transportes escolares, e isso não correspondia, efetivamente, àquilo que tinha acontecido.

Depois, queria dar duas notas relativamente às questões pertinentes colocadas pela Vereadora Sónia Martins, do PSD.

Efetivamente, como tinha dito na anterior reunião da Câmara, tinham modernizado o sistema de aquisição das refeições escolares, uma vez que tinham tido a oportunidade, também, com a transferência das competências de gestão das refeições para o 2.º e 3.º ciclo e secundário, de poderem uniformizar o sistema e tinham-no feito através da contratação de uma plataforma que já estava instituída nessas escolas e tinham alargado até ao 1.º ciclo e ao pré-escolar.

Existiam várias formas de fazer os carregamentos. Efetivamente, era correto que, numa dessas formas, que era o pagamento por Multibanco, estava associada uma taxa. Sobre essa taxa, aquilo que podia dizer era que tinha sido ponderado e que tinha sido visto como é que se fazia, também, nos outros municípios, por forma a não sobrecarregar o valor das refeições. Portanto, essa taxa iria ser acomodada pela Câmara Municipal. Se fosse feita por numerário, nos postos de atendimento, não tinha quaisquer custos, mas se ela fosse feita - julgava - através do Multibanco ou do MB Way já tinha uma taxa, que nem sequer era fixa, que correspondia a uma percentagem do valor em que fosse feito o carregamento.

Sabiam que, muitas vezes, as pessoas não tinham logo facilidade em carregar, por exemplo, para o mês inteiro. Podia ser difícil e era muito injusto estar a sobrecarregar, uma vez que também queriam que o sistema fosse lesto e respondesse. De qualquer maneira, todas as papelarias das escolas tinham esse serviço e no nosso próprio Serviço de Educação, no edifício Sado, em que tinham um balcão de atendimento ao público, também iriam disponibilizar a possibilidade das pessoas poderem pagar em numerário - aquelas que não se pudessem deslocar aos agrupamentos - e iriam acomodar essa taxa das refeições nas nossas despesas, tornando assim mais fácil e dando mais um passo no caminho da modernização do acesso dos nossos municípios àquilo que eram os serviços municipais, porque isso também era uma forma de as pessoas não terem que se deslocar e não terem que ir nem ao agrupamento nem à Câmara Municipal. Portanto, iriam tomar essa medida.

Aliás, já estavam a desenvolver o procedimento e iriam informar os pais para, depois, fazer o ressarcimento, a ver como é que poderiam fazer o ressarcimento nos carregamentos, de forma a terem isso a funcionar muito brevemente. Portanto, era essa a questão da taxa.

Aproveitava para agradecer, porque tinha sido a Vereadora Rute, na reunião anterior, que lhe tinha chamado a atenção. Tinha dito que não tinha a certeza, tinham ido verificar e iriam corrigir.

Quanto à questão das visitas de estudo, o que podia dizer à senhora Vereadora era que não tinha percebido se se estava a referir ao 1.º ciclo e ao pré-escolar ou se se estava a referir aos outros graus de ensino, porque, efetivamente, no 1.º ciclo e no pré-escolar, a legislação previa que fosse a Câmara Municipal a atribuir essas verbas. Costumavam trazer ali, anualmente, uma proposta para o subsídio. Efetivamente, nos outros graus de ensino, continuava a ser a DGESTE que tinha essa responsabilidade.

Essa competência não lhes tinha sido transferida. Tinha regularmente reuniões com os senhores diretores. Aliás, a Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação, que era constituída por si e por todos os senhores diretores dos agrupamentos e escolas não agrupadas, reunia todos os meses. Portanto, era um tema que iria levar à reunião seguinte da Comissão Permanente, chamando a atenção e alertando para a necessidade do planeamento, porque, efetivamente, era uma componente essencial do ensino/aprendizagem que as crianças pudessem sair da escola, ter aprendizagens que fossem significativas.

As visitas de estudo certamente que faziam muita falta, ainda por cima num período de pandemia em que as crianças tinham estado impossibilitadas de sair da escola ou de receber

outras pessoas na escola e que muita falta lhes fazia. Relembrava que tinha havido crianças que tinham entrado no 1.º ano e que no corrente ano já iriam fazer o 4.º ano e que, se calhar, não tinham tido oportunidade de fazer essas visitas de estudo.

Relativamente ao início do ano letivo, estava a ser um início muito exigente, porque, na Câmara Municipal, estavam, naquele momento, quase em pleno exercício das competências que tinham sido transferidas.

Queria dar uma palavra de muito apreço aos senhores diretores, que tinham sido incansáveis nesse trabalho com a Câmara Municipal, de tentarem ver os meios, tratar dos problemas, resolver as questões que, muitas vezes, eram feitas de uma maneira, individualmente por cada escola, e que tinham passado a estar centralizadas na Câmara Municipal.

Seguidamente, iriam ter ali uma proposta também da Educação, sobre a questão dos protocolos de delegação de poderes nos senhores diretores e, depois, na altura, teria oportunidade de esmiuçar mais um pouco, se fosse necessário, mas não queria de deixar aquela nota de agradecimento a todos os diretores e, claro, a todos professores também, como era óbvio, na pessoa dos diretores, o trabalho e o esforço que tinham todos realizado para que aquele ano letivo ocorresse da melhor maneira.

Também queria dar uma palavra às associações de pais, que tinham feito, também, um trabalho de parceria muito grande com a Câmara Municipal e que tinham feito já diversos trabalhos, ajudando, também, a que o início do ano letivo fosse um bocadinho mais colorido em algumas escolas do nosso concelho. Por exemplo, a Associação de Pais de Brejos de Clérigo, que tinha feito, num fim-de-semana, questão de fazer pinturas no recinto escolar, tornando, assim, o espaço mais agradável para os seus filhos.

Achava que era muito importante salientar essa relação, esse triângulo que existia entre toda a comunidade educativa e a Câmara Municipal e o resto da população, que, não tendo, às vezes, filhos na escola também devia sentir a escola como sua.

Era muito importante que o início do ano letivo fosse, realmente, um momento de alegria e que os nossos alunos se sentissem bem a voltar à escola. Era claro que tinham alguns problemas, problemas da parte da Câmara Municipal, porque tinham recebido uma empreitada muito grande, e teriam alguns problemas da parte dos senhores diretores.

Tinham uma dificuldade muito grande, era que, felizmente, o nosso número de alunos continuava a crescer. Tinham aberto mais 2 salas de pré-escolar, 3 salas de 1.º ciclo e sabiam que o ensino secundário e mesmo o 3.º ciclo estavam muito completos de alunos, o que os levava a reforçar as reivindicações da necessidade de uma vez por todas, assumirem que era necessário ensino secundário em Azeitão, que era necessário terem uma resposta, quer fosse em Azeitão, quer fosse no local que o ministério considerasse que daria resposta àquelas populações.

Era necessário, porque as crianças - como já tinha sido ali falado -, tinham de vir para Setúbal todos os dias, independentemente dos transportes escolares e dos problemas que tinham naquele momento, pontualmente, isso já ocorria havia muitos anos. Esse problema já podia e já devia ter sido resolvido há muitos anos.

Continuavam com os problemas e sem resposta na construção dos pavilhões, tanto da Escola Dom Manuel Martins, como, também, da Escola de Azeitão. Todos sabiam que estavam muito sensibilizados para esse problema, mas, numa nova abertura do ano letivo, esses problemas mantinham-se.

Já que tinham falado ali tanto, achava que devia ser apanágio da Câmara discutirem o assunto com aquela seriedade, perceberem como é que iriam resolver esses problemas e com o que é que poderiam contar nessa resolução, tanto da Câmara Municipal, que, naquele momento, tinha responsabilidades acrescidas. Estava disponível para o que fosse necessário, mas tinham de perceber que estavam a falar, como já ali tinha dito, em investimentos muito grandes, na ordem dos 36 milhões de euros, e precisavam de ter esses financiamentos e essas garantias de financiamento, para que, no ano seguinte ou dali a um tempo que fosse razoável, não estarem ali novamente a dizer que não tinham pavilhão, que tinham obras por fazer e que não tinham ainda todas as condições que as nossas crianças mereciam.

Quanto ao resto, todos os dias a equipa do Município trabalhava em todas as áreas, porque, naquele momento, todas as áreas do Município eram chamadas a responder a esse desafio grande que era a transferência de competências na área da Educação. Não era só a Educação propriamente dita, eram as obras municipais, era o urbanismo, era o financeiro, eram os recursos humanos da Câmara.

Todos tinham de trabalhar para que aquilo corresse bem. Estavam ainda numa fase experimental e se alguma coisa não corresse bem também pediam desculpa por isso, mas achava que também era muito importante salientar o papel dos trabalhadores da Câmara, que, naquele momento, trabalhavam para que as nossas escolas todas tivessem melhores condições.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que na reunião anterior da Câmara tinha distribuído uma breve informação sobre o programa Porta de Entrada, que tinha que ver com a eliminação da Quinta da Parvoíce. Na altura, tinham sido distribuídos alguns dados que já tinham sido um pouco melhorados, felizmente, mas tinham 76 agregados, dos quais 39 já estavam alojados. Das 152 pessoas que faziam parte desses agregados 101 já estavam alojadas e, entre essa comunicação e aquele momento, tinha sido alojada mais uma família e mais 5 estavam a caminho de alojamento.

O objetivo era tentar que, até final do ano, início do próximo ano, pudessem resolver o problema da Quinta da Parvoíce, assim houvesse resposta de habitações. Também estavam a procurar outras soluções intermédias, visto que as famílias estavam, também, a colaborar e a ajudar a encontrar soluções que facilitassem o realojamento e que, sobretudo, facilitassem sair da Quinta da Parvoíce, que era um espaço perigoso, e poderiam demolir, finalmente, aquele aglomerado de barracas.

Para que isso fosse possível, para além de um esforço muito grande da nossa equipa - na informação estava lá descrito o trabalho todo que tinham que fazer, visto que o IHRU se limitava a financiar -, tinham que fazer todo o trabalho de identificação, alojamento, identificação das habitações e acompanhamento das famílias. Portanto, era um processo bem complexo.

Também era relevante dizer ali que, para que o programa pudesse ser exequível, tinham sido propostas alterações ao programa que o IHRU tinha aceitado. Desde logo, uma primeira alteração em que, para que ser alojado numa emergência, no caso de uma família de estrangeiros todos tinham de estar regularizados. Essa situação era mais difícil de realojar num quadro de emergência do quadro normal, era necessário algum membro da família estar já naturalizado ou regularizado. A questão que se tinha resolvido tinha sido que se tinha equiparado esses dois tipos de alojamento e, naquele momento, era possível realojar uma família estrangeira desde que um estivesse regularizado e isso tinha acelerado o processo.

Também a aceitação de alojamento de pessoas que deviam estar na tipologia T1 em tipologia T2, desde que essa tipologia tivesse a dimensão máxima de T1. Isso não era possível e tinha passado a ser possível. Tinha sido uma proposta que tinham feito e isso estava a permitir, também, alojar uma série de pessoas isoladas.

Outra matéria que tinha sido também possível propor e que tinha sido aceite tinha sido a possibilidade de alojar pessoas fora do Município de Setúbal. Isso tinha sido aceite também, tinha sido integrado no programa e estava a acontecer também na zona limítrofe e até, nalguns casos, até bastante longe.

Também tinha sido aceite uma outra proposta de, em vez do aluguer direto aos beneficiários, ser feito um aluguer pelos arrendatários à Câmara Municipal que, depois, alugava aos beneficiários, visto que muitos arrendatários não queriam alugar aos beneficiários da Quinta da Parvoíce. Tinha-se encontrado essa solução e a coisa tinha ficado bastante bem resolvida. Ainda tinham uma outra proposta, que iam fazer no dia seguinte, numa reunião com o IHRU. O IHRU tinha decidido integrar todas essas alterações no normal funcionamento do programa, até porque tinha sido a primeira vez que o IHRU tinha tido de aplicar o programa em grande escala. Tinha tido uma experiência na Madeira, de pequena escala, e era a primeira vez que tinha uma grande escala de aplicação.

Portanto, tinha havido uma boa colaboração com o IHRU e acreditava que essa cooperação iria permitir prosseguir e concretizar, finalmente, o grande objetivo – acreditava que era de todos - de acabar com o último núcleo de barracas que tinham na cidade e que, por sinal, a partir de 2024, iria ser objeto de uma intervenção de construção de habitação de renda apoiada pela parte da Câmara e de renda acessível por parte do IHRU, exatamente na zona onde estavam as barracas.

Também havia interesse em avaliar se naquela zona toda não se poderia, também, fazer outro tipo de intervenções, visto que havia ali um território que era do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a antiga Mecânica Setubalense também estava devoluta e havia outros espaços que podiam ser aproveitados em termos habitacionais. Isso, depois, seria uma matéria a aprofundar numa outra altura.

Podia falar de várias coisas, mas iria só focar-se na matéria dos Serviços Municipalizados. Tinham tido um período em que tinham feito uma informação muito regular e sistemática ao conjunto dos partidos da Câmara e iriam ter de retomar essa linha de trabalho. Tinham acontecido várias coisas. Tinha sido acionada a garantia bancária e já tinha explicado o que é que tinha acontecido à garantia bancária. Tinha havido uma providência cautelar que tinha ido para um tribunal incompetente. O tribunal incompetente tinha levado 2 meses e meio a decidir que era incompetente. Depois, tinha mandado para o tribunal competente, o tribunal competente tinha o processo havia cerca de um mês e, em princípio, a coisa iria resolver-se, mas o tribunal competente já tinha pedido mais dados. Portanto, iam ver. A coisa estava em andamento, iam ver o que é que ia dar essa essa história, que não era muito habitual.

Uma garantia bancária "*first demand*", em geral, pelo menos o escritório de advogados que trabalhava com eles tinha dito que, em 40 anos, nunca tinha tido uma garantia bancária "*first demand*" que não fosse imediatamente acionada. Portanto, alguma coisa haveria, porque estava a obrigar os tribunais a aprofundar, mas iam avaliar o que se estava a passar e aguardavam a decisão do tribunal, que não devia tardar muito mais, visto que a coisa já estava há demasiado em processo.

Também nesse período tinha sido acionado o tribunal arbitral. O Sr. Presidente da Câmara tinha explicado ali porquê, porque tinham sido obrigados a fazê-lo, visto que, após algumas conversações com os acionistas e com as Águas do Sado, não se tinha chegado a acordo e tinham entendido que estava na altura de acionar o tribunal arbitral para ir, enfim, buscar a dívida que lhes tinham e garantir que esse processo se desenrolava em tempo útil, de preferência ainda dentro do quadro da concessão, mas, se fosse fora do quadro da concessão também não seria grave. As instituições não desapareciam e interessava tentar resolver bem esse problema.

O que tinham feito tinha sido acionar o tribunal arbitral. Depois, as próprias Águas do Sado tinham acionado, também, o tribunal arbitral por outras razões, um outro tribunal arbitral. Tinham proposto a fusão dos tribunais arbitrais e parecia que era por aí que iriam.

Depois os tribunais diriam. Daquele tribunal arbitral, em certas circunstâncias, havia recurso para tribunais superiores das decisões que o tribunal arbitral viesse a tomar. Portanto, isso queria dizer que ainda podia levar algum caminho de tratamento.

Tinham tentado tudo o que tinham podido. Tinham tentado resolver esse problema no fim do contrato, na presunção de que, acabado o contrato "*bom, tem de passar*". As coisas tinham de passar naturalmente e o que seria natural era que passassem naturalmente, tal como a concessão tinha sido uma passagem muito natural dos Serviços Municipalizados para a concessionária, no dia seguinte não se tinha passado nada e estava lá o pessoal todo a trabalhar, estava tudo a funcionar. Tinha só mudado a administração e a direção geral.

Naquele regresso não estava a ser fácil esse entendimento, mas já tinha explicado ali que na questão dos equipamentos as coisas estavam a correr bem. Nos recursos humanos, depois de várias dificuldades, também estavam a correr bem. Na área dos sistemas de gestão e de informação não estavam a correr assim tão bem, continuava a Águas do Sado, em relação a essa matéria e em relação a outras matérias, a não cumprir uma regra legal - que era contratual, também - que obrigava a concessionária a incluir em cada contrato com terceiros uma cláusula de transmissibilidade desses contratos à concedente e era taxativo, no caso do

nosso contrato, em situação de resgate, em situação de fim de contrato ou em situação de rescisão de contrato.

A Águas do Sado nunca o tinha feito e tinha tido uma recomendação da ERSAR para o fazer. A ERSAR tinha insistido com eles, no quadro de uma auditoria, e eles nunca o tinham feito e continuavam a não fazer. Isso era um comportamento completamente ilegal.

Estavam a ver como é que torneavam esse assunto. Estavam a fazer as contratações dessas empresas. Todas as empresas que tinham relação com a Águas do Sado estavam a ser contratadas, quando deviam ter esse contrato prorrogado naturalmente, para, calmamente, irem trabalhando. Isso era perturbador para o trabalho e para todo o processo e estava a ocupar de uma forma incrível todo o trabalho deles.

O que estava em causa era o dever e a obrigação da concessionária, tal como tinha sido dever e obrigação do concedente transmitir a exploração em condições de estabilidade. Era isso que estava em causa naquele processo e eles continuavam a insistir. Por um lado, iam trabalhando nos planos B, para garantir que as coisas funcionavam, mas também estavam a insistir para que a Águas do Sado cumprisse com a sua parte.

Dia 18 iriam a gerir, portanto, tinham de ter alternativas e estavam a trabalhar nessas alternativas. Mesmo na questão informática, em que tinham um parecer da ERSAR que era um parecer bastante interessante para a Câmara Municipal de Setúbal. No que respeitava aos sistemas informáticos, a ERSAR dizia que os sistemas informáticos tinham de ser transitados todos para a Câmara e, mesmo se houvesse matérias de propriedade intelectual nesses sistemas por parte da operadora, que a operadora tinha que montar uma alternativa para substituir essas matérias de propriedade intelectual que não queriam transmitir. Portanto, era um processo que, como estavam a perceber, estava a dar bastante trabalho.

Na litigação o que estava em causa eram coisas simples, coisas muito simples. Estava em causa a retribuição, visto que havia uma dívida de cerca de 30 milhões, estavam em causa outros incumprimentos menos graves ao longo do contrato e estava em causa uma coisa muito interessante que achava que ali, na Câmara, e lá em casa, as pessoas tinham de perceber, ou que era bom que percebessem, que era o seguinte: O contrato que tinha sido assinado tinha tido por base uma proposta dos concorrentes que tinha sido aprovada. Essa proposta dos concorrentes tinha uma fórmula de atualização de três realidades: Atualização das tarifas, atualização da renda, da retribuição, e atualização da garantia bancária. Era a mesma fórmula.

A Águas do Sado tinha feito o quê? A garantia bancária não tinha atualizado, de todo. Tinha esquecido a fórmula contratual. Em relação à taxa e às tarifas, aos preços da água, tinha atualizado com a fórmula, que era uma fórmula que ia buscar os valores da inflação acumulada ao 1.º ano do contrato, e tinha atualizado os preços com essa fórmula, indo buscar os valores da inflação acumulada ao 1.º ano do contrato. Isso era o que dizia a proposta que tinha sido aprovada. Para a retribuição tinha inventado uma fórmula que não era a fórmula contratual, que ia buscar os valores da inflação do ano anterior. O que é que isso tinha dado? Isso tinha dado um pagamento muito inferior ao valor real.

Era interessante como a mesma instituição, com a mesma proposta aprovada, com o mesmo critério de ponderação para a atualização dos diversos fatores, quando era para entrar dinheiro atualizava com o fator com a inflação acumulada, quando era para pagar inventava a inflação do ano anterior e em relação à garantia bancária nem se tinha dado ao trabalho de a atualizar. Portanto, isso era uma coisa muito importante que se percebesse, porque era um comportamento que não era correto, não era adequado.

Depois, em relação às obras, que era uma coisa de que se falava muito, a pretensão da Águas do Sado em relação à obrigação da Câmara de fazer obras já tinha sido levada a tribunal arbitral. O tribunal arbitral tinha considerado improcedente essa pretensão da Águas do Sado e tinha declarado que o Município de Setúbal não tinha de aplicar as rendas em obras obrigatoriamente, tinha era que pagar as obras que fizesse. Era o que lá estava dito, eram coisas diferentes, e isso determinava que essa obrigação, nos termos em que a Águas do Sado dizia, não existia.

Mas, para além disso, tinha feito as contas dos 25 anos de concessão e a Águas do Sado tinha feito as contas da última década, esquecendo-se que a concessão tinha 25 anos. Se somasse os investimentos todos dos 25 anos, naquele momento, de uma forma significativa, ultrapassava em investimento aquilo que tinha recebido, independentemente de não ser obrigado a investir. Portanto, achava que era importante saber-se isso, porque era isso que estava em causa. Eram coisas relativamente simples e, ainda por cima, tinha uma vantagem, é que partiam de elementos escritos, de dados escritos e de documentos que existiam e tudo aquilo que tinham vindo a fazer apoiava-se nos documentos oficiais da Águas do Sado. Estava lá tudo escrito.

Por exemplo, em relação à manutenção de equipamentos a Águas do Sado tinha uma obrigação contratual de cada vez que havia uma rutura de água fazer uma substituição das tubagens de 15 metros e nunca o tinha feito e quando era uma rutura em esgotos uma extensão de 60 metros e nunca o tinha feito. Deixava arrastar a situação e, quando era necessário resolver o problema, ia a Câmara fazer uma obra de fundo, para resolver o problema.

Portanto, eram situações desse género, que achava que eram pouco conhecidas. Tinham isso bem elencado, bem estudado, bem apurado e todas essas matérias tinham sido entregues no tribunal, para se poder dirimir a questão.

Preferiam não estar nessa situação, preferiam que isso chegasse a bom porto de outra forma e, sobretudo, gostariam que não se misturassem duas coisas que eram diferentes. Uma coisa era um fecho das contas de uma concessão, outra coisa era a transmissão natural dessa concessão no final do contrato. Parecia que do lado das Águas do Sado havia interesse em misturar as coisas. Não queriam misturar e tinham feito tudo para não misturar e iriam manter essa posição.

Se se dessem ao trabalho, por exemplo, em relação à manutenção, de ler os relatórios e contas – talvez o Vereador Joel, que gostava de ler essas coisas, se pudesse dar ao trabalho de fazer isso – iriam verificar que, em termos de manutenção, por exemplo, a Águas do Sado tinha feito manutenção de contadores, que era aquilo que dava dinheiro, não tinha feito manutenção de mais nada e outras coisas. Portanto, erá interessante ler os documentos com alguma calma, sobretudo os documentos que eram mesmo da Águas do Sado, não eram documentos exteriores.

Outra questão, o plano de investimentos, que tinha sido referido pelo Vereador Joel, tinha sido entregue na Câmara. Quando reativaram os Serviços Municipalizados e aprovaram o Regulamento dos Serviços Municipalizados tinha sido entregue um documento que tinha o plano de investimentos. Estava previsto um plano de investimentos à década de 33 milhões, aproximadamente, em água e saneamento, e um plano de investimentos que andava à volta dos 70 milhões aos 25 anos. Mas, de qualquer maneira, sabia que à década eram 33 milhões, que era aquilo que tinham de fazer mais imediato e tinham algumas coisas que, de facto, tinham que fazer, algumas novas e, sobretudo, de manutenção e substituição de coisas que já estavam antigas.

Em boa verdade, havia muitos equipamentos novos que tinham sido construídos, entretanto, pelo Município, mas também havia muitos equipamentos que eram ainda dos Serviços Municipalizados antes da concessão, depósitos e outros equipamentos.

Tinham um trabalho grande pela frente e tinham um forte plano de investimentos, para fazer face às questões que vinham pela frente. Porque é que podiam ter um forte plano de investimentos? Por uma razão muito simples, o lucro que ia para a Águas do Sado deixava de ser lucro da Águas do Sado para ser investimento. Isso era muito importante para a nossa atividade, para a qualificação do sistema e muito importante para a qualidade da prestação do serviço.

Era provável e a breve prazo iriam dizer alguma coisa mais sobre isso, identificar perturbações que pudessem existir no início da gestão pública, decorrentes daqueles problemas que estava a referir. Iriam identificá-los, iriam anunciá-los e iriam falar às pessoas. Iriam explicar o que é que iria acontecer e o que é que poderia acontecer. Esperava que acontecesse pouca coisa, mas tinham de estar preparados para isso. Haveria um momento

em que saberiam se tudo iria correr bem, se iria correr mais ou se tudo iria correr com uma ou outra dificuldade. No dia 18 iriam estar a gerir e iriam ver se conseguiam que as coisas corressem muito bem.

Entretanto, também tinham proposto à Águas do Sado e estavam à espera de resposta. Tinham muitas missivas a aguardar resposta. A intenção deles era, nos últimos 2 meses - e isso estava já próximo - fazer uma gestão partilhada do sistema com a Águas do Sado. Tinha sido o que tinha acontecido quando se fez a concessão. Tinha havido um período de gestão partilhada, para que a entidade que iria passar a gerir se aproximasse dos trabalhadores, das estruturas, das organizações, da cultura de trabalho, etc. e conhecesse mais de perto as coisas.

Estavam a aguardar resposta, visto que isso era absolutamente essencial para que as coisas corressem bem e era uma prática habitual naqueles processos. Portanto, era esse o quadro que tinham naquele momento, em relação a essa matéria.

Não tinham feito muita publicidade, não tinham feito muitas intervenções públicas sobre isso, falavam no sítio certo, que era a Câmara Municipal. Tinham falado com os partidos, não estavam interessados em fazer muita concessão sobre isso, mas, se fosse necessário falar de outra forma, também sabiam falar de outra forma e falariam. O que interessava era pôr serenidade nisso e garantir que a transição fosse suave e garantir que aquilo que eram os direitos dos parceiros envolvidos fossem decididos pelos tribunais. Essa é que era a questão de fundo.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, face à intervenção que tinha sido feita pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, a quem agradeciam pelos esclarecimentos, queria colocar apenas duas ou três questões, numa intervenção muito breve.

Como tinha dito o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, eram situações pouco conhecidas, mas - acrescentava ele - eram situações que se arrastavam no tempo. Não eram situações que tivessem surgido durante o ano de 2022, eram situações que se arrastavam. Portanto, não tinha sido naquele momento que o senhor Vereador, o Sr. Presidente da Câmara e o executivo da CDU tinham tido conhecimento desses problemas, que, efetivamente, eram pouco conhecidos e até desconhecidos por parte dos Vereadores do Partido Socialista.

Isso contrariava aquilo que tinha acabado de dizer e deixava-os menos serenos quanto ao processo de transição, mas acreditavam que iria ser possível e estariam lado a lado, no sentido de que essa transição acontecesse sem qualquer tipo de percalços e contrariava, obviamente, aquilo que tinha sido ali dito havia algum tempo pelo Sr. Presidente da Câmara, que a avaliação da relação entre a Câmara Municipal e a Águas do Sado teria sido muito satisfatória.

Aquilo que perguntava ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal era se esse processo, porque não podiam estar só no palpite de que, realmente, as coisas iriam correr bem, era, ou não, um processo que deveria ter começado, pelo menos, 2 anos atrás, até no mandato anterior, para precaver, precisamente, esse tipo de situações.

Também perguntava ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal, uma vez que, naquele momento, estava com esse processo e com um conhecimento ainda mais profundo: Como é que tinha sido possível chegar àquele ponto? Como é que a Câmara Municipal de Setúbal e o executivo da CDU tinham deixado que esse processo se arrastasse?

A CDU tinha entrado em funções na Câmara Municipal de Setúbal em 2001/2002 e aquilo que o senhor Vereador estava a dizer era que, ao longo desse tempo, por força de vários incumprimentos, tinham, naquele momento, 30 milhões de euros. Também estavam de acordo com ele e achava que deviam separar as coisas. Deviam separar essa dívida da transição, que deveria ser pacífica e estava a ser tudo menos pacífica.

Como é que explicava, portanto, terem chegado até ali? Como é que era possível que a Câmara tivesse deixado arrastar essa situação sem ter dado - aí, sim, justificava-se - um murro na mesa junto da Águas do Sado? Como é que justificava que essas obras, essas intervenções, não tivessem sido feitas, com a Câmara Municipal de Setúbal a ver que a tubagem devia ter 15 metros e, segundo a informação do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, a não

ter esses 15 metros, se calhar nem 5 metros? Como é que era possível que a garantia bancária não tivesse sido atualizada? Como é que era possível que tivesse sido inventado um novo cálculo para essa retribuição? Porque é que a Câmara Municipal, o executivo da CDU, não tinha acionado, uma vez que existia uma litigância, uma divergência de interpretação, o tribunal arbitral, para perceber quem é que tinha razão nessa matéria? Por que é que não tinha sido feita aí e porque é que tinha deixado arrastar no tempo?

Não queria voltar a referir ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal, mas a verdade era que, dois mandatos atrás, tinham ficado a perceber um pouco porquê e da relação próxima que existia entre o executivo da CDU e a anterior presidente da câmara e a Águas do Sado, num documento que tinha sido entregue e que levado - uma vez mais ali o referia - a uma suspensão da reunião e a um pedido de desculpas por aquilo que lá estava escrito e que não iria voltar a repetir, porque já era conhecido de todos.

Portanto, perguntava ao senhor Vereador como é que justificava que se tivesse chegado a essa situação e se não deveriam ter iniciado esse processo de negociação com a Águas do Sado mais cedo, se não deveriam ter comunicado mais cedo, porque havia muito tempo que sabiam qual era a posição da CDU. Aliás, nas eleições de 2001 o então candidato da CDU, Carlos Sousa - que, na altura, era militante e naquele momento já não era militante do Partido Comunista Português -, tinha andado na Feira de Sant'Iago a recolher assinaturas, precisamente dizendo que com a CDU as águas iriam regressar imediatamente à Câmara Municipal de Setúbal, ainda a feira era realizada na Baixa.

Como é que justificava que, passado todo esse tempo, em que a gestão não tinha sido do Partido Socialista, em que a responsabilidade nem era da oposição, porque a CDU tinha tido a maioria, tinha maioria absoluta, em que podiam ter tomado outra posição e, na verdade, nunca o tivessem feito?

Portanto, eram as perguntas que lhe deixava e se não estava, efetivamente, não ia dizer arrependido, mas se não entendia que esse processo deveria ter começado, pelo menos, 2 anos atrás, se isso não iria facilitar o árduo trabalho que tinha tido até àquele momento, um trabalho que queria reconhecer em nome dos Vereadores do Partido Socialista, que tinha sido partilhado sempre com a oposição, naquilo que devia ser um trabalho de diálogo na busca de consensos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que agradecia ao senhor Vereador pelas perguntas. A primeira resposta que tinha a dizer era que aquilo devia ter começado 25 anos antes, ou seja, não devia ter havido a concessão. Essa é que era mesmo a questão de fundo e o contrato deveria ter sido outro tipo de contrato. O contrato era um contrato tipo PPP, era um contrato fantástico em que a Câmara recebia uma retribuição, fazia os equipamentos, entregava-os à exploração e os lucros eram da empresa. Depois, voltava a vir dinheiro para a Câmara, a Câmara gastava o dinheiro em equipamentos, entregava-os à empresa e ela explorava-os e ganhava mais dinheiro. Portanto, era um contrato que tinha garantido um crescimento permanente e exponencial da tarifa obrigatória ao longo daqueles anos todos. E, por isso, tinham decidido e o PS tinha posto bem no seu programa eleitoral baixar a tarifa da água.

Não fazia sentido nenhum uma empresa como aquela ter lucros - na bitola do Tribunal de Contas - excessivos e não baixar a tarifa. No entanto, para baixar a tarifa, implicava que a Câmara pagasse à empresa essa baixa de tarifa, o que era um escândalo duplo. Portanto, era só para dizer que era uma história muito longa e as armadilhas do contrato também não ajudavam a resolver os problemas.

Tinha havido um entendimento de que seria mais pacífico resolver isso mais junto do fim do contrato e, como a própria lei dizia que para fazer a transição do contrato tinha de se avisar a concessionária com antecedência, considerava que um ano seria q.b. para resolver os problemas em geral. Era assim que funcionava, mesmo quando transitavam situações financeiras e litigantes, para a transição, era aquilo que dizia a lei. Portanto, essa é que era a questão.

Tinha havido um esforço muito grande, tinha havido uma tentativa de negociação, tinha havido uma tentativa de resolver os problemas, tinha havido um tribunal arbitral pelo meio.

Em 2007/2008 tinha havido um tribunal pelo meio, já com alguma litigação sobre as obras e outras matérias. O tribunal tinha dado razão a tudo à Câmara. Não tinham tido de pagar uma série de coisas que queriam que pagassem, não tinham tido que fazer uma série de coisas que queriam que fizessem. Depois, o tribunal tinha decidido que os munícipes iriam ter de pagar mais esgotos, mas isso não era uma matéria que tivesse a ver com o que tinha sido decidido.

Havia coisas e várias histórias associadas a esse contrato que eram muito difíceis de dirimir, em função do tipo de contrato que tinham. Portanto, o entendimento, mal ou bem, tinha sido na parte final do contrato resolver os problemas e tentar negociar, até ao limite das hipóteses, as soluções. A negociação não tinha dado, tinham ido para o tribunal arbitral e estava feita a história. Podia ter sido feito antes ou depois, mas isso era como tudo, o que não se tinha feito já não se iria fazer. Estavam a fazer naquele momento e estavam a fazer o melhor que poderiam fazer.

Aquela matéria era uma matéria que os devia unir a todos. O que estava em causa era a água, era um bem essencial à vida e aquilo que era o comportamento fosse de quem fosse - e, particularmente, estava a referir-se à concessionária – que pudesse perturbar isso, do seu ponto de vista, era criminalizável. Não podiam permitir que ninguém pusesse em causa, em nenhuma circunstância, o abastecimento de água ao povo de Setúbal. Era isso que tinham de garantir e era isso que iriam fazer com todo o esforço. Estava garantidamente fora de questão haver dificuldades nesse abastecimento de água. Podia haver dificuldades noutras coisas que estavam a complicar-lhes a vida.

No abastecimento de água tinham de estar todos tranquilos, não havia nenhum problema. Isso iria acontecer normalmente, sem nenhuma dificuldade. No entanto, o processo não estava fácil e também não tinham muito tempo para ele. A ideia que tinha era que, se tivessem começado mais cedo, iriam arrastar o processo mais tempo. Era o que iria dar, por aquilo que estava a perceber. Portanto, tratava-se de, no tempo certo, intervir da forma certa, resolver da forma certa, tratar das coisas da forma certa e resolver a transição da forma certa. Era isso que estavam a tentar fazer com toda a energia e queria agradecer aos partidos da oposição que estavam na Câmara, que tinham contribuído, pelo menos até àquele momento, de uma forma bastante positiva para que as coisas tivessem evoluído bem e esperava que assim continuassem.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que já ia longo o período de antes da ordem do dia e que queria, muito telegraficamente, pegar nas intervenções do Vereador Fernando José e do Vereador Vítor Ferreira, a propósito de um tema em que não estava a considerar intervir, mas que, pela forma como tinha sido realizada, merecia, por razões várias, que deixasse ali duas notas.

A primeira era uma questão que dirigia ao Vereador Fernando José, relativamente à intervenção que tinha tido no que dizia respeito à matéria de acolhimento de refugiados ucranianos, porque tinha passado já algum tempo, mas parecia que continuavam a teimar no rigor das palavras. As palavras tinham sido aquelas que tinha retirado da intervenção, podia ter depreendido mal, mas tinha dito o Vereador Fernando José que, no quadro do relatório realizado pelo Instituto de Gestão Financeira, tinham sido encontradas ilegalidades. Perguntava se tinham sido encontradas ilegalidades ou se tinham sido encontradas irregularidades.

Tinha percebido ilegalidades e ilegalidades só tinham competência para julgar os tribunais e, tanto quanto se tivesse apercebido, ainda nenhum tribunal tinha julgado aquela Câmara Municipal. Pegava exatamente nessa matéria porque, a propósito dessas palavras, o Vereador Vítor Ferreira tinha trazido ali também um discurso, como era seu apanágio, de timbre pela democracia, pelo respeito pela liberdade, mas o senhor Vereador que também lhe permitisse dizer que também continuavam a ser pouco rigorosos.

Independentemente daquilo que os separava e que os divergia, tinha nas pessoas do Partido Socialista, até porque um conjunto de matérias relacionadas com o acolhimento de migrantes no nosso país tinha tido a chancela do Partido Socialista em matérias várias, nomeadamente

no que dizia respeito a matérias que tinham a ver com o Alto Comissariado de migrantes, e, sobretudo, na definição e nos termos como reconheciam aqueles que eram cidadãos portugueses aqueles que chegavam a esta terra que era Portugal.

Podiam ter muitas opiniões diferentes no que dizia respeito à sensibilidade ou à forma como as coisas poderiam ter decorrido, mas continuavam a insistir em utilizar os termos para confundir e para apelar àquilo que não era a realidade dos factos. Portanto, porque esse tinha sido o apanágio da comunicação social, uma vez mais, sem prejuízo daquilo que tinha sido dito nas reuniões da Câmara, o senhor Vereador tinha feito questão de dizer a expressão *“que leva logo para os tempos que esta câmara também enfrentou com a comunicação social dos cidadãos russos”*.

Pensava que já era claro o que é que era ser cidadão de nacionalidade portuguesa, porque era disso que estavam a falar. Podiam discutir depois tudo o que quisessem discutir. Podiam discutir a sensibilidade, a forma, a metodologia, o que devia ter sido feito, o que uns entendiam que devia ter sido feito e o que não devia ter sido feito, mas não podiam era dizer aquilo que não correspondia à realidade.

A propósito dessa matéria e, uma vez mais, sem prejuízo do direito de opinião de tudo o que se tinha passado, se calhar o senhor Vereador também só viu uma parte do filme. Só devia ter visto uma parte do filme, com todo o respeito pela intervenção que tinha tido, porque voltavam outra vez à questão de princípio. Podiam divergir na metodologia, podiam divergir naquilo que tinha sido dito e que os senhores Vereadores entendiam que não foi, tinha sido acolhido da parte do executivo municipal.

Podiam, até, compreender o que lhes estavam a querer dizer, mas a pergunta que deixava à bancada do Partido Socialista era se achavam que tudo o que esteve inscrito ao longo daquele tempo e que, nas palavras do senhor Presidente, pelo menos tinha sido o que tinha depreendido, que tinha tido oportunidade de dirigir à cidade de Setúbal e aos seus munícipes, se não achavam que, para além daquilo que tinham sido as intervenções deles e os apelos, tinha havido muito mais do que isso? Achavam mesmo que tinha sido só infortúnio da competência da Câmara Municipal, como os senhores Vereadores tinham apelidado, ou se, de facto, as insinuações, a calúnia, o aproveitamento da parte de tantos órgãos de comunicação social a propósito dessa matéria também não tinha acolhido da parte da bancada do Partido Socialista – e, em alguns momentos, também da bancada do Partido Social Democrata – a preocupação de que se estava a extravasar o essencial, como já o Vereador Fernando José, a propósito de outras matérias, como, naquele momento, a situação das águas, tinha tido oportunidade de dizer que, se calhar, tinham que separar?

Nunca tinha ouvido da parte da bancada do Partido Socialista *“separemos as águas, não confundamos as coisas, vamos aqui separar o que é que é uma questão objetiva”* e, também, deixar que a Câmara fosse submetida ao crivo voraz da comunicação social, que tantas páginas tinha lavrado nos tempos idos dos meses de abril e de maio. Só por isso tinha pedido a palavra, exatamente para esse rigor.

O senhor vereador, em nota de *“off”*, já tinha dito que não tinha dito ilegalidades, tinha dito irregularidades, mas tinha percebido ilegalidades. Portanto estava corrigido, mas deixava essa nota, que era importante o rigor, para que não confundissem, de facto, o que se dizia, sem prejuízo da opinião que cada um tinha daquilo que eram os termos que utilizavam quando classificavam muitas das coisas que se tinham passado e o tempo ajudaria a ler todo o filme daquilo que se tinha passado.

Sr. Presidente – Disse que, não havendo mais intervenções, iria procurar responder a algumas questões que lhe pareciam fundamentais, dar respostas relativamente a questões que considerava pertinentes e a outras que eram esclarecimentos que também considerava pertinentes e reposição da verdade, relativamente a algumas afirmações que ali tinham sido feitas.

Começava pela Sra. Vereadora Sónia Martins, a quem a Sra. Vice-Presidente já tinha respondido e já tinha esclarecido as questões que tinha colocado, sobretudo relativamente à área da educação. A Sra. Vereadora Rita Carvalho também já tinha esclarecido muito sobre o

problema dos transportes ou da falta deles, naturalmente repondo a verdade que era fundamental reterem, porque, sem verdade, não havia resolução de problemas. Era o seu entendimento sobre essa matéria.

Portanto, quando confundiam - do seu ponto de vista, propositadamente -, dizendo que o problema dos transportes era um problema da responsabilidade da Câmara de Setúbal e retiravam a outra problemática, as outras dificuldades, e, portanto, concentravam na Câmara de Setúbal e no Presidente da Câmara a responsabilidade da situação dos transportes, havia quem prosseguisse esse caminho e, naturalmente, era necessário esclarecer as pessoas sobre isso.

A Câmara Municipal de Setúbal não tinha nenhum contrato com a empresa operadora dos transportes, como todos sabiam ali ou tinham a obrigação de saber. Os senhores Vereadores tinham obrigação de saber. Todos sabiam e uma parte das intervenções que ali tinham sido feitas tinha sido sempre no sentido de escamotear a verdade, passar ao lado, e, dizer, naturalmente, nalguns casos, até, meias-verdades. Era profundamente lamentável.

Também queria dizer que alertar era sempre positivo, mas dizer que alertava e, a partir daí, lavar as mãos, parecendo não ter, a partir daí, mais nenhuma responsabilidade, também ficava registado, para que todos percebessem do que se estava a tratar. Como se não se soubesse – ou, pelo menos, achava – que, tendo em conta a responsabilidade que cada um tinha naquela casa e em outras representações, como todos sabiam, também se tinha obrigação de saber mais sobre a matéria.

Viam os Vereadores do Partido Socialista todos fazerem uma intervenção. Tinham-se repetido todos uns aos outros, mas era importante fazerem a intervenção, porque o que estava em causa era, naturalmente, atacar a gestão da CDU e atacar o Presidente da Câmara. Ficava registado, senhores Vereadores, ficava registado.

O Sr. Vereador Fernando José tinha afinado a música e, depois, todos tinham alinhado também no mesmo diapasão, naturalmente repetindo as questões que o senhor Vereador já tinha colocado. Ficava o registo. Todos tinham ficado a saber qual era o alinhamento. Isso era uma coisa, mas cada um era livre de fazer. Vivíamos em democracia e cada um era livre de fazer aquilo que bem entendia nos comportamentos políticos, como era óbvio, mas não podiam deixar de registar aquilo que eram as verdades ou as meias-verdades, porque isso aí era outra conversa.

Tinha feito um desvio, mas estava a referir-se às questões que a senhora Vereadora tinha colocado. Era nisso que estava concentrado, era nisso que se queria concentrar naquele momento. A senhora Vereadora tinha perguntado o que é que se podia esperar das reuniões que o executivo iria fazer com as populações em cada freguesia.

Também já tinha dito que a Câmara Municipal não tinha nenhum contrato com o operador e, por isso, a Câmara Municipal não podia denunciar esse contrato ou pôr termo ao contrato. A Câmara Municipal tinha de utilizar os meios que estavam à sua disposição para contestar e fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para que o serviço de transporte fosse, de facto, em Setúbal, um serviço de transportes de acordo com aquilo que eram as necessidades das populações, dos setubalenses e dos azeitonenses.

Essa é que era a nossa responsabilidade deles. E, nesse caminho, achava que tinham feito aquilo que está ao alcance deles e continuavam a fazê-lo. Não tinham sido divulgados o conteúdo de todas as reuniões que tinham feito ao nível dos executivos da Câmara Municipal e das juntas de freguesia com o operador, mas alguns tinham sido divulgados, dizendo, preto no branco, o que é que estava em causa, naturalmente, de alguma forma, pondo em causa o bom nome da empresa.

Achava que isso era o melhor que podiam fazer para levar a empresa a pôr termo a essa situação, era pôr em causa o bom nome da empresa no mercado. Como sabiam, as empresas eram viáveis porque concorriam a concursos e, se houvesse um bom nome da empresa, naturalmente que, quando as empresas concorriam ou eram convidadas a concorrer tinham um currículo e tinham uma imagem. Quando as empresas não tinham uma boa imagem e o currículo também não obedecia naturalmente que tinham maiores dificuldades em concorrer e, portanto, punha-se em causa a própria viabilidade da empresa.

Achava que esse era um caminho que tinham que seguir e acentuar essa dimensão de assinalar o problema e de denunciar aquilo que tinha vindo a ser feito e o que não tinha vindo a ser feito, que era o mais importante, que era servir as pessoas com transportes. Portanto, era isso que iriam fazer.

Mas, também como já tinha dito, havia uma questão que era muito importante. Sentiam a obrigação e a necessidade de ir falar com as pessoas. Aquilo que tinham anunciado que iriam fazer, uma concentração em Setúbal, e convidar as populações a virem a Setúbal e fazerem uma grande manifestação e, portanto, acentuar exatamente essa ideia de uma empresa e de uma imagem de uma empresa que não servia aquilo que tinham sido os propósitos e o contrato que tinha assinado e a que tinha concorrido num concurso internacional.

Tinham repensado e era sempre bom repensarem. Tinham repensado e tinham considerado que era mais vantajoso irem a cada freguesia e fazerem reuniões com as pessoas, no sentido de maior proximidade e de melhor diálogo com as pessoas, esclarecendo as pessoas de qual era a situação.

Aquilo que tinha referido, de dizer que quem tinha e quem tem a obrigação de não fazer afirmações que ali tinham sido feitas, que a Câmara Municipal era o principal responsável nesse processo, essa informação também circulava junto das pessoas e era preciso esclarecer as pessoas, contar a história, a pequena história, mas a história desse processo da contratação deste operador para aqui, de um processo que era abrangente da Área Metropolitana de Lisboa, e, portanto, das dificuldades que existiam e da necessidade de ultrapassarem essa situação.

Portanto, era necessário esse esclarecimento, esse diálogo e ouvir as pessoas, também, nos seus argumentos e, até, nas suas sugestões. A Câmara Municipal e as juntas de freguesia estarem mais próximos das pessoas era fundamental e tinha sido por isso que tinham alterado esse anúncio que tinha sido feito, na sequência de uma reunião que tinham tido com a administração da Alsa Todí, que era o operador que estava em Setúbal. Tinha sido a seguir à reunião que tinham tido que, desde logo, tinham anunciado que, se até ao dia 16, não viessem as informações que tinham sido solicitadas, iriam promover um encontro com a população em Setúbal, para prosseguir esse caminho de denúncia e de pressão sobre a empresa.

Tinham refletido, tinham ponderado e consideravam que, naquela fase, seria melhor irem junto das pessoas, a cada freguesia, dialogando, esclarecendo e ouvindo as pessoas. A seguir, se fosse caso disso, continuariam essa pressão cada vez maior. Era isso que teriam de fazer, eram obrigados a fazer, denunciando de facto e pondo em causa a imagem de uma empresa que era uma empresa que, como sabiam, pelo menos uma das partes do consórcio da empresa que tinha sido constituída era uma empresa de dimensão internacional e estava espalhada na Europa e, até, nos Estados Unidos.

Não era, portanto, o nome de uma empresa qualquer, tinha responsabilidades maiores, e pensava que teriam de fazer tudo o que estivesse ao alcance também deles para pôr em causa, de facto, esse bom nome, se é que o tinha - pensavam que sim, relativamente -, num mau serviço que estava a prestar em Setúbal, na Área Metropolitana, nesse lote 4, assim chamado, e na Área Metropolitana. Portanto, esse era o caminho e esse era o objetivo que tinham ao fazer esse encontro com as populações em cada uma das freguesias.

Uma segunda questão, que, aliás, a senhora Vereadora tinha colocado era a questão dos bombeiros. Já tinha tido oportunidade de falar sobre esse assunto algumas vezes nas reuniões. Naquele momento, fazia-o lamentando a evolução dos acontecimentos e da situação.

Para perceberem melhor do que é que estava a falar, queria dizer o seguinte: Naquele dia, no dia 21 de setembro de 2022, completavam o dispositivo municipal para garantir a proteção e socorro em Setúbal 13 bombeiros sapadores que estavam de serviço, 7 bombeiros voluntários em Setúbal e 5 bombeiros voluntários em Azeitão. De acordo com o regulamento que existia em Setúbal, para completar esse dispositivo estavam estabelecidos 18 elementos dos Bombeiros Sapadores, da CBSS, 11 dos Bombeiros Voluntários e 3 da Cruz Vermelha

Portuguesa. Era o que estava estabelecido. Se tivessem oportunidade de fazer a conta verificariam que, naquele dia, o quadro estava completo.

Uma outra questão que lamentava profundamente que estivesse a acontecer era que tinha sido divulgado, havia poucos dias, um comunicado do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, a pôr em causa o serviço e a capacidade da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, relatando uma situação com a qual, naturalmente, como Presidente da Câmara, tinha ficado preocupado e tinha ido procurar saber aquilo que se chamava a lista dos acontecimentos, como é que tinha ocorrido e tinha concluído algo que era bastante diferente daquilo que tinha sido dito no comunicado que o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, profissionais, tinha feito. Naturalmente que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal tinha feito um outro comunicado, contestando o primeiro comunicado. Isso era profundamente lamentável, porque Setúbal e as populações de Setúbal e Azeitão precisavam de ter confiança nos serviços, naquele caso, dos bombeiros, na proteção e segurança, e, dessa forma, tinha-se posto em causa essa confiança. Isso era profundamente lamentável.

Só para que ficasse mais bem elucidado esse folhetim, que não era novo, em 2011 também o Sindicato dos Bombeiros tinha posto em causa a Associação dos Bombeiros Voluntários e tinha feito tais declarações e afirmações que a Associação dos Bombeiros Voluntários tinha posto um processo em tribunal contra o sindicato.

O que tinha acontecido tinha sido que tinha havido um entendimento e o que tinha ficado decidido no tribunal tinha sido que o Sindicato dos Bombeiros profissionais teria de pedir desculpa pública à Associação dos Bombeiros Voluntários. Tinha ali o texto do pedido de desculpa e tinha, também, o texto do tribunal, e, no ofício que o Sindicato Nacional dos Bombeiros profissionais tinha escrito, diziam que reconheciam *“a capacidade operacional dos Bombeiros Voluntários”*, que as afirmações tinham sido proferidas no âmbito sindical e tinham reconhecido que aquilo que tinham dito não correspondia à verdade nem à realidade do que eram os bombeiros voluntários, como era o caso dos bombeiros voluntários a nível nacional, onde se incluía a Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal. Era profundamente lamentável que estivessem numa situação daquelas. Se assim o entendessem, podia mandar distribuir os documentos.

A população de Setúbal e de Azeitão precisava, fundamentalmente, de ter confiança na proteção e socorro. Com aquele tipo de manifestações e tomadas de posição, naturalmente que ficava em causa essa confiança e isso era profundamente lamentável.

Também já tinha dito que havia, da parte da Câmara Municipal, duas formas de diálogo, que não estavam, de maneira nenhuma, fechadas, antes pelo contrário. Quando se tratava dos sindicatos, fossem eles quais fossem, dos bombeiros ou de outros trabalhadores da Câmara Municipal, os assuntos eram tratados com os recursos humanos. Era lá que estavam os profissionais conhecedores, especialistas nessas matérias sindicais. Quando se tratava dos trabalhadores da Câmara Municipal, incluindo os bombeiros, tratava ele, Presidente da Câmara, diretamente com os trabalhadores.

Era isso que tinha vindo a fazer e era isso que a Sra. Vice-Presidente, que tinha o pelouro dos recursos humanos, tinha vindo a fazer. O resto eram, naturalmente, posições e entendimentos que decorriam. Naturalmente que reconhecia a todos os sindicatos um direito, um direito inalienável, o direito de viverem em democracia. E, portanto, os sindicatos tinham uma vida que eles reconheciam. Podiam era não ter a mesma opinião relativamente aos sindicatos, no caso dos recursos humanos ou no caso da Câmara Municipal, como, aliás, se sabia em processos que decorriam e que também já tinha tido oportunidade de esclarecer, designadamente um processo em que os trabalhadores - os bombeiros, melhor dizendo -, em que os bombeiros tinham entendido que a Câmara Municipal não tinha razão nos pareceres que tinha sobre a posição remuneratória dos bombeiros.

Isso tinha-lhe sido dito, porque não estava cá na altura, mas a Câmara Municipal tinha assumido e ele tinha-o feito depois disso. Depois de ter tomado posse como Presidente da Câmara, tinha-o feito, prosseguindo o mesmo entendimento, de que, se os bombeiros encontrassem forma de justificar, perante a Câmara Municipal, que tinham razão -

naturalmente, estavam a falar do ponto de vista jurídico, técnico-jurídico -, que a Câmara Municipal acionaria os procedimentos, no sentido lhes dar razão e, portanto, corresponder àquilo que eram as expectativas dos bombeiros.

Esse processo tinha andado, já vinha do mandato anterior. Naquele mandato já tinham falado sobre o assunto, tinham voltado a colocar a mesma questão. Os bombeiros tinham encontrado um caminho. Naquele caso, o sindicato tinha encontrado um caminho, tinha colocado a questão nos recursos humanos e a Câmara Municipal tinha aceitado aquilo que tinha sido proposto. Estavam a aguardar o desenvolvimento desse processo, ou seja, o acionamento de um tribunal arbitral para dirimir essa questão e mantinha-se a posição deles. Portanto, sobre isso, era muito claro, muito transparente. Como é que se podia dizer que não havia diálogo nisso?

Sobre outro processo, que um dos senhores vereadores ali tinha referido, acusando a Câmara de isto e mais aquilo e mais não-sei-quantos, que não cumpria as decisões dos tribunais, etc., naturalmente que a Câmara Municipal era uma pessoa de bem. Voltava a dizer que, naturalmente, haveria quem quisesse fazer tudo para que isso fosse manchado, essa força, essa determinação, de os trabalhadores da Câmara Municipal estarem sempre em primeiro lugar. Naturalmente que haveria quem achasse que não era esse o caminho, mas essa era deles e prosseguiam. Aliás, estava ali a demonstrar exatamente isso.

Relativamente ao tribunal, o tribunal tinha tomado a decisão que tinha tomado - já tinha dito isso várias vezes - e a Câmara Municipal iria recorrer dessa decisão do tribunal. Era normal que isso acontecesse, acontecia em todo o lado na sociedade. Portanto, era normal que a Câmara fizesse isso. Se o tribunal superior voltasse a dar razão naturalmente que a Câmara Municipal se sujeitaria às decisões do tribunal. Sobre isso que não houvesse dúvidas nenhuma. Sobre isso, era muito claro e muito transparente e diálogo sempre, mas era assim, para que não houvesse dúvidas nenhuma: Os sindicatos tratavam dos assuntos nos recursos humanos e os trabalhadores da Câmara Municipal tratavam com o Presidente da Câmara, em particular os bombeiros e a proteção civil, que eram dos seus pelouros. Portanto, isso continuaria. Já tinha dito na última reunião que tinham feito em março que em outubro estariam a falar, naturalmente sobre os problemas dos trabalhadores bombeiros, os trabalhadores da Câmara Municipal bombeiros.

Sobre o resto também já não iria alongar-se muito mais. Já tinha dito aquilo que tinha a dizer e era um assunto que lhe custava a tratar, sobretudo naquela componente de estar a ser posto em causa junto das populações do concelho de Setúbal um sentimento de eventual falta de proteção e de socorro. Queria dizer que a Câmara Municipal faria tudo e estava convencido que os bombeiros sapadores e que os bombeiros voluntários, em conjunto com a Cruz Vermelha, fariam tudo para, em qualquer circunstância, acorrerem e resolverem os problemas que pudessem necessitar de proteção e de socorro.

Estava convencido disso e queria deixar ali, também, essa palavra de confiança da sua parte e que esses assuntos e essas questões, que, às vezes, podiam apelidar, entre aspas, “*de alguma guerrilha*”, fossem ultrapassados, mas não podia deixar de lamentar que essa situação acontecesse, porque não era nada dignificante para os trabalhadores da Câmara Municipal. Não era nada dignificante, nem para a Câmara Municipal. Portanto, terminava sobre esse ponto.

Quanto à questão, ainda, do processo da receção aos refugiados de guerra da Ucrânia, tinha dito que não falava sobre o processo. Não falava e não tinham falado sobre o processo. Acreditava que isso tinha sido claro, mas não podia deixar de dizer - porque, se não o fizesse, então não estaria a cumprir o seu papel - que esse processo, os efeitos desse processo, tinham sido altamente penalizadores para o bom nome e para a dignidade da Câmara Municipal de Setúbal, para a dignidade e para o profissionalismo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e para o bom nome de Setúbal, e, naturalmente, dos setubalenses e azeitonenses. Não podia deixar de dizer isso, porque isso era verdade.

Também não podia deixar de dizer que a situação tinha acontecido, a Câmara Municipal, o executivo municipal, é que tinha responsabilidades na gestão, tinha procurado dar algumas respostas numa fase inicial à situação, mas tinha chegado a uma determinada altura em que



tinham considerado que as explicações já não tinham mais caminho e tinham sido obrigados a recorrer ao Governo e ao Estado, para fazer inquéritos, os que considerasse necessários à situação do que estava a passar, para que a situação serenasse e, portanto, a Câmara pudesse continuar o seu trabalho de promover o desenvolvimento do concelho de Setúbal e de trabalhar na promoção da qualidade de vida dos setubalenses e dos azeitonenses.

Tinha sido o caminho que tinham encontrado para pôr termo a essa situação. Tinha levado algum tempo, mas o Governo tinha decidido acionar os mecanismos para fazer esses inquéritos. Como sabiam, havia um inquérito, que tinha sido da Inspeção-Geral de Finanças, que já tinha sido arquivado. Ao contrário do que ali tinha sido dito, não tinham sido encontradas ilegalidades, mas isso fazia tudo parte de uma onda que alguém procurava que se instalasse. A instabilidade era o caminho escolhido, ali escolhido por alguns dos senhores responsáveis da vereação e não só. Portanto, em vez de irregularidades que tinham sido detetadas e que, naturalmente, como sabiam, os relatórios, antes de ser relatórios finais, eram submetidos à apreciação ou à consideração das entidades que estavam a ser avaliadas, esse relatório não final – chamava-lhe preliminar – tinha vindo à Câmara Municipal e a Câmara Municipal tinha resolvido de imediato as irregularidades e devolveu-o. Portanto, quando saiu, quando foi divulgado o resultado e teve a decisão de arquivamento, as irregularidades estavam ultrapassadas.

Falava, voltava a dizer, de irregularidades, irregularidades que eram processuais e, portanto, não ilegalidades. Como todos sabiam, também era verdade que essa situação de pôr em causa o bom nome da Câmara, dos trabalhadores e de Setúbal, naturalmente que tinha tido protagonistas e não podiam deixar de denunciar que alguns desses protagonistas eram aqueles que todos os dias e a toda a hora andavam a dizer que gostavam muito de Setúbal. Era verdade, toda a gente sabia. Portanto, não podiam esconder essa realidade, eram factos. Ainda estavam todos lembrados de alguns episódios que se tinham passado por aí e de declarações públicas que tinham sido feitas, etc. O que queria dizer, para terminar a sua intervenção sobre essa matéria, era que o executivo da Câmara Municipal continuava a aguardar, com toda a tranquilidade, os resultados dos outros dois inquéritos que tinham sido promovidos. Naturalmente que o trabalho da Câmara Municipal, do executivo e dos trabalhadores da Câmara continuava e disso iam dando conta todos os dias.

A esse propósito, também queria dizer que também tinha sido feito um inquérito sobre a situação e a questão do contrato da Águas do Sado e logo a seguir tinha-se vindo dizer que *“bom, nós estamos aí, também contribuimos para o regresso da gestão das águas ao município”*. Vinha logo com esse rótulo, porque essa é que era a parte importante da mensagem, era o rótulo. Naturalmente que tinha sido, mas tinha sido uma pena que, 25 anos antes, tivessem decidido privatizar as águas e tivessem posto em causa aquilo que era a gestão pública, que era o entendimento deles e aquilo que dependiam, a gestão pública de um bem fundamental à vida, como era a água.

Podiam ser acusados de muita coisa, mas disso nunca seriam. Poderiam ser obrigados, às vezes, a ir por caminhos que não eram aqueles que defendiam, por força de situações que não controlavam, mas, sobre a questão da gestão da água, que não houvesse dúvida nenhuma. Para além do muito que os setubalenses e os azeitonenses tinham a dizer sobre esse assunto, iriam ver, quando viesse ali a proposta para aprovar o novo tarifário das águas. Quando viesse ali a proposta veriam ou ficariam, pelo menos, com uma ideia do diferencial e da penalização que os setubalenses e azeitonenses tinham sofrido ao longo desses 25 anos. Mas, pronto, o caminho faz-se caminhando e haveriam de lá chegar, ao dia em que viesse ali o tarifário.

Por fim, uma última questão, não menos importante, dirigida ao Sr. Vereador Fernando Negrão. Na segunda-feira anterior, numa sessão da Assembleia Municipal, tinha terminado a sua intervenção dizendo que o executivo, apesar de todas as dificuldades que tinha descrito, não podia atribuir a causa nem à Câmara de Setúbal, nem a nenhuma câmara, nem aos setubalenses, nem aos azeitonenses. Apesar de todas essas dificuldades, o executivo municipal continuava determinado a prosseguir aquele caminho que muito tinha orgulhado os setubalenses e os azeitonenses. Portanto, continuariam esse caminho.

Queria referir, também, que na elaboração do próximo orçamento haveria duas grandes preocupações que o executivo tinha. Uma primeira, como tinha referido desde sempre, era manter o equilíbrio financeiro das contas da Câmara Municipal, porque nunca mais podiam voltar aos anos de 2001 e 2002, à situação que tinham encontrado aqui, que os tinha obrigado a fazer um contrato de reequilíbrio financeiro com o Governo, em 2003, que ainda estavam a pagar, cerca de 3 milhões de euros ao ano.

Isso era das coisas piores que nos podia acontecer, chegarem a um mês e estarem com dificuldades para conseguir ter dinheiro para pagar aos trabalhadores. Felizmente, isso nunca tinha chegado a acontecer, porque em 2003 tinham conseguido encontrar uma saída para esse problema. Por isso, dizia sempre que a primeira preocupação que tinham, que o executivo teria sempre, era de garantir, fazer tudo para que o equilíbrio financeiro das contas do Município fosse controlado. Essa era uma questão fundamental.

A outra questão era exatamente aquela que o senhor Vereador tinha referido, os problemas sociais que iriam enfrentar. Já estavam a enfrentar, mas ainda andavam por aí as coisas muito no ar, mas, para quem estava atento, naturalmente que já estavam. Mas, tendo em conta, também, os dados na Europa, para não ir mais longe, em Portugal e, como era óbvio, com consequências em Setúbal, deixavam-lhes uma preocupação muito grande.

Essas duas coisas, o equilíbrio das contas do Município e a necessidade de enfrentar problemas sociais graves no nosso Município, estavam interligadas e tinham de ser equacionadas nessa interligação.

Por isso, dizia ao senhor Vereador que, na preparação do orçamento, essas duas questões seriam centrais. Naturalmente que a ideia, como tinha dito, da determinação para continuar a investir, haver investimento municipal em Setúbal, para qualificar o território, para garantir melhor e mais qualidade de vida às pessoas em Setúbal e em Azeitão, isso era, naturalmente, uma das suas preocupações, e, também, quanto ao investimento que era necessário continuar a haver. Estavam, naturalmente, otimistas relativamente a isso, não tinham razões para não estar, mas eram duas questões centrais. Portanto, era isso que, naquele momento, lhe podia responder, sendo que, na preparação do orçamento, essas duas questões seriam centrais e teriam, certamente, oportunidade de falar sobre essas questões, exatamente, quando fosse na preparação do orçamento.

Acreditava que o conjunto de questões que tinha considerado muito importantes tratar ali tinham sido tratadas. As outras questões, os senhores vereadores e vereadoras tinham respondido. Relativamente a outras matérias, também tanto na intervenção que tinha feito no dia 15 de setembro, como no debate da Assembleia Municipal, tinham sido todas amplamente e profundamente tratadas. Portanto, não valeria a pena voltar ali à questão.

Tinham um conjunto de saudações no período ainda antes da ordem do dia.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que começaria por fazer referência às saudações pelos aniversários, naquele caso do Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal, destacando, para além do trabalho que desenvolviam no âmbito desportivo, que havia, também, um trabalho na ação cultural e social, participando em campanhas solidárias. Eram já 55 anos de atividade e mereciam, como seria natural, uma saudação e uma referência, os parabéns pelo seu trabalho e votos de bom futuro.

O Teatro Estúdio Fontenova, pelo 37.º aniversário, e lembrar que, desde 1995, o Festival Internacional de Teatro de Setúbal era uma organização relevante e que nos dignificava e nos agradava.

O Núcleo Bicross de Setúbal era mais novinho, tinha 22 anos, tinha-os feito no dia 19 de setembro. Para além da atividade desportiva, havia, também, uma ligação a outras atividades, nomeadamente já com 2 pódios nas Marchas Populares de Setúbal.

Depois, a canoagem aparecia, realmente, também num período bom, fantástico, com o Pedro Casinha, que era um jovem setubalense residente em Azeitão, a conseguir um Campeonato Mundial Universitário e, também, com o Clube de Canoagem de Setúbal a ter um conjunto de resultados coletivos e individuais que era tão vasto que até ficaria pesado dizê-los ali todos.

Portanto, uma vez mais, todos estavam de parabéns, Setúbal estava de parabéns e mostrava, como sempre, a sua vitalidade.

Disse que, quando tinha dito que “*Setúbal estava de parabéns*”, incluía, naturalmente, o Município e a Câmara Municipal, pelos apoios que ia dando. Por acaso, ia dizer “*as autarquias que apoiam estão de parabéns*”, mas tinha dito “*Setúbal*”, tinha resumido tudo. Mas, uma vez que, às vezes, podiam parecer que também não sabiam elogiar quando era preciso, quando dizia “*Setúbal*” dizia, naturalmente, sem excluir aquele que era, também, o trabalho das autarquias.

Sr. Presidente – Disse que era bem lembrado.

O Sr. Vereador Vítor Ferreira apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 a 14:

*“Saudação
Aniversário do Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal*

Fundado em 1967, o Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal celebrou o seu 55º aniversário no dia 15 de setembro.

Criado com o objetivo máximo de, através da prática da sua atividade, valorizar e dignificar a causa da arbitragem. Oferece e promove aos seus associados, ações formativas no âmbito da arbitragem da modalidade de futebol, abordando nestas diversas temáticas desde a comunicação à prevenção de lesões.

Parte da sua atividade tem também por base a colaboração com outras entidades e estruturas, não só de âmbito desportiva, mas também cultural e social, participando em campanhas solidárias.

Neste sentido, e reconhecendo a importância do movimento associativo para o desenvolvimento do concelho, os vereadores do Partido Socialista reunidos em reunião de câmara a 21 de setembro de 2022, saúdam e felicitam o Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal pelo seu 55º aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do trabalho.”

*“Saudação
Aniversário do Teatro Estúdio Fontenova*

Fundado em 1986 com o objetivo de trabalhar na ação e divulgação cultural, o Teatro Estúdio Fontenova tem sido um importante ator para o desenvolvimento cultural do concelho de Setúbal.

Celebrou, no dia 15 de setembro, o seu 37.º aniversário. Têm sido 37 anos em que o teatro é a sua principal atividade complementando-se com outras, nomeadamente o desenvolvimento de projetos educativos, debates, oficinas de teatro, acolhimentos e residências, nos quais as relações com a comunidade, criadores e outras estruturas e entidades são valorizadas.

Tem nos agraciado desde 1995 com o Festival Internacional de Teatro de Setúbal, mais conhecido como a Festa do Teatro que, se consagrou ao longo das suas edições como o evento mais conhecido e reconhecido a nível nacional e internacional organizado pelo Teatro Estúdio Fontenova.

Desta forma, e reconhecendo a sua relevância para o desenvolvimento cultural do concelho de Setúbal, os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam o Teatro Estúdio Fontenova pelo seu 37.º aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

*“Saudação
Aniversário do Núcleo de Bicross de Setúbal*

Fundado em 2000, o Núcleo de Bicross de Setúbal celebrou o seu 22º aniversário no dia 19 de setembro.

O Núcleo, criado com o objetivo de desenvolver a modalidade de BMX Race no concelho de Setúbal, tem assim grande parte da sua atividade com base nesta modalidade no âmbito competitivo, promovendo a sua prática a diversas faixas etárias, desde os mais novos aos mais velhos.

Contudo, a sua atividade não se limita a esta modalidade, tendo sido ao longo dos anos um importante participante nas Marchas Populares de Setúbal, nas quais por diversas vezes ocupou o pódio.

Reconhecendo a importância do movimento associativo para o desenvolvimento do concelho, bem como os resultados e conquistas nacionais do Núcleo de Bicross de Setúbal que em muito enaltecem o bom nome da cidade de Setúbal, os vereadores do Partido Socialista reunidos em reunião de câmara a 21 de setembro de 2022, saúdam e felicitam o Núcleo, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

*“Saudação
Pedro Casinha Conquista Campeonato Mundial Universitário de Canoagem*

Pedro Casinha de apenas 19 anos, estudante de engenharia biomédica na Universidade Nova de Lisboa, natural de Setúbal e residente na freguesia de Azeitão, sagrou-se Vice-campeão Mundial no Campeonato Mundial Universitário de Canoagem, em K1, no passado fim-de-semana na Polónia.

O atleta, considerado uma promessa nesta modalidade, tem vindo a alcançar nos últimos anos diversas conquistas, tendo também conquistado este verão a medalha de prata no Campeonato do Mundo de Velocidade de Juniores e Sub-23, em K2, na Hungria e as medalhas de ouro e prata, em K2 e K4 respetivamente, no Campeonato Nacional de Velocidade, que decorreu em Montemor-o-Velho.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 21 de setembro de 2022, saúdam e felicitam o jovem atleta pelos resultados obtidos, reconhecendo também a sua importância para o reconhecimento e enaltecimento do concelho de Setúbal, e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

*“Saudação
Resultados Desportivos do Clube de Canoagem de Setúbal*

O Clube de Canoagem de Setúbal alcançou diversas conquistas e obteve excelentes resultados nas últimas semanas.

No Campeonato Nacional de Canoagem de Mar, realizado dia 27 de agosto, em Vila Nova de Milfontes, onde, para além do Título Coletivo de Campeão Nacional de Masters nesta especialidade, entre 29 Clubes participantes e a 11.ª posição por Clubes entre 27 Clubes participantes nas restantes categorias, alcançou os seguintes resultados a nível individual: (1) Luís Ventura - Campeão Nacional de Canoagem de Mar 2022 - Master A; (2) Artur Tomás – Campeão Nacional de Canoagem de Mar 2022 - Master B; (3) Ernesto Gomes – 3.º lugar Master A Masculino; (4) Rui Ferreira – 4.º lugar Master B Masculino; (5) Marco Sá – 7.º lugar Master B Masculino; (6) Miguel Mesquita – 8.º lugar Master B Masculino; (7) Gonçalo Afonso – 6.º lugar Júnior Masculino; (8) Tomás Soares – 31.º lugar Sénior Masculino.

Esteve também presente no fim-de-semana de 17 e 18 de setembro em Vila Verde, onde representou o concelho de Setúbal na final nacional da competição “Primeiras Pagaiadas 2022”. Nesta prova, o atleta Leonardo Kersten venceu categoricamente, a Fase Final das

"Primeiras Pagaiadas 2022", completando os 2Km da competição em 10m:03s:78, um tempo de prova ao nível dos melhores atletas Cadetes em competição.

Por fim, um dos seus atletas, Tomás Soares, atleta de Paracanoagem do Clube de Canoagem de Setúbal (classificação KL3) foi convocado pela Federação Portuguesa de Canoagem para integrar a Equipa Nacional que representará Portugal no Campeonato do Mundo de Maratona, que se realizará em Portugal, em Ponte de Lima, de 26 de setembro a 2 de outubro.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 21 de setembro de 2022, saúdam e felicitam o Clube de Canoagem de Setúbal, bem como os atletas referidos acima, pelos resultados obtidos e pelo seu contributo para o reconhecimento e enaltecimento do concelho de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho."

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não ia ler na íntegra a saudação, porque todos tinham tido acesso a ela. Só queria reforçar os parabéns do PSD, por mais um aniversário, e fazer votos de que continuassem a guiar o seu trabalho pelos valores que tinham perfilhado até então.

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 15:

*"Saudação
41.º Aniversário de Clube Desportivo "Os Pelezinhos"
27/09/1981*

No próximo dia 27 de setembro de 2022 comemora-se o quadragésimo primeiro aniversário do Clube Desportivo "Os Pelezinhos".

Considerado um clube de bairro, constituído posteriormente por escritura pública a 9 de fevereiro de 1983, sendo declarado Instituição de Utilidade Pública no ano de 2000.

O Clube Desportivo "Os Pelezinhos" tem como objetivos, a promoção cultural, desportiva e recreativa, desenvolvendo uma atividade de formação desportiva que conduza à educação social dos jovens. Ao longo dos seus 41 anos, o cariz social e humano foi sempre uma preocupação do Clube, envolvendo as famílias e acompanhando o desempenho escolar dos seus atletas, especialmente em colaboração com as entidades de solidariedade social, assiste e apoia os jovens a viver em ambientes de risco.

Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 21 de setembro de 2022, parabenizam o Clube Desportivo "Os Pelezinhos" por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui.

A presente saudação deverá ser enviada à Direção do Clube."

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, considerando a forma, também, como tinha sido colocado pela oposição e face ao adiantamento da hora, também tentaria resumir e queria aproveitar para saudar essa nota do Vereador Vítor Ferreira, porque, muitas vezes, também, certamente por lapso, sem que houvesse vontade de que isso acontecesse, parecia que era omitido que muito desse trabalho também resultava exatamente, como tinha sido referido e agradeciam essa nota, pelo apoio que as autarquias e, nesse particular, que a autarquia de Setúbal dava aos nossos atletas e aos nossos clubes.

Querida deixar uma saudação ao nosso campeoníssimo Mário Narciso que, não tendo conseguido atingir o topo do pódio, uma vez mais tinha levado bem alto as cores de Portugal com o desempenho da seleção de futebol de praia. Frente a uma das mais fortes seleções da Europa, a formação Lusa tinha demonstrado as suas qualidades, e, portanto, vinham por aquele meio também saudar o embaixador de Setúbal que era Mário Narciso, pelo desempenho da seleção nacional de futebol de praia.

Outra saudação que já ali tinha sido referida, Setúbal estava de parabéns pelo desempenho do atleta Pedro Casinha, que tinha conseguido a façanha de ter sido Vice-Campeão Mundial em K2 500 metros, na categoria de Sub23, e, nesse sentido, a Câmara Municipal congratulava-se por esse desempenho e por esse resultado do atleta, também ele munícipe do nosso concelho.

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 e 17:

*“Saudação
Mário Narciso*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda e felicita o selecionador nacional de Futebol de Praia, Mário Narciso, pela conquista do segundo lugar na Liga Europeia de Futebol de Praia. O treinador setubalense junta assim esta classificação ao palmarés invejável de três conquistas consecutivas desta competição. Frente a uma das mais fortes seleções da Europa, a formação lusa demonstrou sempre as suas qualidades competitivas e só mesmo nos últimos segundos da partida permitiu que a Suíça marcasse o golo que viria a decidir a Liga Europeia 2022. Por uma vez mais ter levado tão longe o nome de Portugal e, simultaneamente, da cidade de Setúbal, a Câmara Municipal endereça os parabéns a Mário Narciso e congratula-se com mais este excelente resultado desportivo.”

*“Saudação
Pedro Casinha*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o atleta Pedro Casinha pelo título de campeão mundial universitário, em K1 – 200 metros, alcançado no passado fim de semana, na Polónia. Natural de Setúbal e a residir na freguesia de Azeitão, o atleta que representa as cores do Sport Lisboa e Benfica juntou ao título de Campeão do Mundo duas medalhas de prata nas provas de K2 – 500 metros e K4 – 200 metros. Numa modalidade que conquista cada vez mais adeptos e, simultaneamente, mais projeção graças às recentes conquistas dos atletas nacionais a nível internacional, Pedro Casinha demonstra estar em excelente forma e prova ser um nome a considerar na canoagem. No início do mês, na Hungria, Pedro Casinha tinha já conquistado o título de vice-campeão mundial em K2 – 500 metros, em sub-23. Pelos excelentes resultados alcançados e desejando que as conquistas desportivas de Pedro Casinhas continuem, a Câmara de Setúbal felicita o atleta e todos quantos contribuem para estes resultados.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Fernando Pedrosa, conforme documento anexo registado sob o n.º 18:

*“Voto de Pesar
Fernando Pedrosa*

O Histórico dirigente do Vitória de Futebol Clube, Fernando Pedrosa, deixou-nos no passado dia 11 de setembro, com 91 anos de idade. Fernando César Batalha Lopes Pedrosa, nascido em Setúbal a 5 de abril de 1931, iniciou a participação na direção sadina em 1958, com apenas 27 anos, na qualidade de vogal. Em 1962, chega a Vice-presidente e fica ligado à transformação do Vitória, que resultou na construção do Estádio do Bonfim. Posteriormente cumpriu ainda quatro mandatos como Presidente.

Nos anos de 1965 e 1967, aquando da conquista das duas primeiras Taças de Portugal da História do Vitória, o clube era liderado por Fernando Pedrosa. Desempenhou também, funções na Federação Portuguesa de Futebol, foi Vereador nesta Câmara Municipal e Diretor na Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. Era uma personalidade na cidade de Setúbal, muito dinâmico e com grande capacidade de liderança, e que nunca se absteve de defender a sua cidade e o seu Clube. Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal manifestam o profundo pesar e lamentam o falecimento de Fernando Pedrosa. À família enlutada e amigos, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal endereçam as sentidas condolências.”

A Sra. Vereadora Sónia Martins propôs um minuto de silêncio.

Sr. Presidente - Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Fernando Pedrosa, conforme documento anexo registado sob o n.º 19:

*“Voto Pesar
Fernando Pedrosa*

Fernando Pedrosa, antigo presidente do Vitória Futebol Clube, faleceu, no passado dia 11 de setembro, aos 91 anos.

Figura incontornável na história do Clube do Bonfim, Fernando Pedrosa foi um dos mais carismáticos dirigentes desportivos setubalenses, reconhecido não só a nível local como a nível nacional.

Considerado o decano dos presidentes vitorianos, Fernando Pedrosa esteve à frente do clube sadino por diversas ocasiões, numa carreira marcada por sucessos e conquistas. A si se deve muito do desenvolvimento do Vitória tendo sido sempre visto como um inovador, que modernizou o clube e esteve na origem da construção do Estádio do Bonfim.

Fernando César Batalha Lopes Pedrosa, nascido em Setúbal a 5 de abril de 1931, iniciou a participação na direção sadina em 1958, com apenas 27 anos, na qualidade de vogal. Em 1962, na direção de Virgílio Fernandes, chegou a vice-presidente.

Em 1963, passou a ser o presidente da direção, mantendo-se no cargo ininterruptamente até 1969, lugar que voltou a ocupar entre 1971 e 1972 e, depois, entre 1982 e 1985. O seu último período à frente dos destinos do Vitória aconteceu entre 1991 e 1994.

Foi durante as suas presidências que o Vitória viveu o período mais glorioso da sua história, com um segundo lugar na 1.ª Liga, ainda hoje a melhor classificação de sempre, e quatro presenças consecutivas em finais da Taça de Portugal, duas delas ganhas, em 1965 e 1967, as primeiras do clube.

No seu currículo constam ainda uma Taça Teresa Herrera, uma Mini-Copa do Mundo, Troféus Ibéricos, bem como onze participações consecutivas nem edições da Taça UEFA, numa delas chegando aos quartos-de-final, e da Taça das Taças, incluindo uns oitavos-de-final.

O dirigente desportivo desempenhou os cargos de vice-presidente da Federação Portuguesa de Futebol, de vice-presidente do Conselho de Arbitragem e de presidente do Conselho Fiscal da Liga de Futebol Profissional.

Foi ainda vereador da Câmara Municipal de Setúbal, diretor da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, comendador da Real Ordem de Isabel a Católica, de Espanha, e cônsul honorário de Espanha em Sines, fruto da atividade no porto local, nas áreas de despachante oficial e agente de navegação.

Em 1992, a Câmara Municipal de Setúbal agraciou-o com Medalha de Honra da Cidade, na classe Associativismo, e, em 2019, foi distinguido com o Prémio Carreira, na Gala do Desporto.

A distinção reconheceu o contributo para a história do Vitória de Setúbal e, conseqüentemente, para a história da cidade e do concelho, assim como a entrega e

dedicação de Fernando Pedrosa, que, pela sua forma de estar na vida e no desporto, era um dos mais acarinhados e respeitados dirigentes desportivos setubalenses.

Por todo o seu contributo à história do desporto, em particular do futebol, e por toda a sua abnegação;

Pelo respeito granjeado e pela sua forma de estar na vida;

Por tudo o que deu ao Vitória e à cidade de Setúbal;

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente a partida de Fernando Pedrosa e endereça aos seus familiares e amigos, assim como aos sócios e simpatizantes do Vitória de Setúbal, as suas mais sinceras condolências.”

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que as palavras que tinham acabado de ouvir, lidas pela Sra. Vereadora Sónia Martins e pelo Sr. Presidente, a propósito de Fernando Pedrosa, eram justas e justificadas. A bancada do Partido Socialista associava-se aos votos de pesar, naturalmente, dirigindo as mais sentidas condolências à família e aos amigos e associava-se, também, à proposta do minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 7/2022 - Reunião ordinária de 16 de março de 2022

O Sr. Presidente pôs a ata à aprovação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Deliberação n.º 3162/2022 – Proposta n.º 26/2022 – GAP – Designação de Encarregado de Proteção de Dados

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 20 e 21.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria deixar duas notas sobre a proposta. Em primeiro lugar, notar que se tratava da escolha de uma empresa do concelho. Era sempre importante ver a Câmara Municipal a contribuir para o desenvolvimento da economia local e, depois, mencionar que, na sequência do embarço de proferir um despacho de nomeação de um encarregado geral de proteção de dados para posterior anulação, por evidente incompatibilidade de funções, o Sr. Presidente, no fim de contas, tinha acabado por encontrar uma solução dentro de casa, dentro de Câmara Municipal.

Dizia que tinha encontrado dentro de casa porque a empresa escolhida tinha tido um contrato de prestação de serviços com a autarquia entre dezembro de 2021 e junho de 2022, contrato esse na área de prestação de serviços de consultoria e de apoio à área económica, prestação de serviços, aliás, executada em consonância com o Gabinete da Presidência, de acordo com o contrato que constava do Portal Base.

Importava, por isso, que o Sr. Presidente também pudesse apresentar as naturais evidências desse serviço de consultoria, nomeadamente em que é que tinha consistido, que tipo de apoio tinha sido prestado e, naturalmente, também, questionar se havia algum relatório final, um relatório de final de contrato, que fizesse o resumo do trabalho efetuado por essa empresa.

Naturalmente que haveria, certamente, uma relação de confiança com a empresa, porque seria, naturalmente, isso que justificava que tivesse sido consultada e que ali viesse a proposta de adjudicação.

Sr. Vereador Fernando Negrão - Disse que, de facto, era importante aquela nomeação. Podia ter vindo mais cedo, mas não tinha vindo. Na instrução daquelas propostas, queria sugerir ao Sr. Presidente que elas fossem mais completas, porque não tinham o “*curriculum vitae*” do senhor David José Matias Marques e seria importante para, enfim, analisarem melhor a personalidade que iria ocupar esse lugar, que era da maior importância quando, a digitalização ia tomando conta de nós e dos lugares onde trabalhávamos e, praticamente, dos lugares onde vivíamos. Era só essa chamada de atenção e aguardava, também, a explicação que o Sr. Presidente iria dar sobre a ligação àquela empresa.

Sr. Presidente – Disse que aquele era um processo que tinha sido acompanhado pelos senhores vereadores, como bem sabiam, na sequência de ser indicada a Comissão Nacional de Proteção de Dados para fazer um inquérito à Câmara de Setúbal, na sequência da receção aos refugiados. Ele mesmo tinha detetado e tinha-o dito na reunião da Câmara, que a Câmara Municipal não tinha um Encarregado da Proteção de Dados municipal e, como também tinha tido oportunidade de dizer, tinha procurado de imediato nomear um Encarregado da Proteção de Dados, até porque era uma competência da Câmara Municipal. Ele próprio tinha feito um despacho, no sentido de poder ser ratificado pela Câmara Municipal. Tinha sido assim que tinha acontecido, como certamente estariam recordados.

Aconteceu que, nessa mesma reunião da Câmara, tinham tido oportunidade, com os contributos dos senhores vereadores, de questionar um conflito de interesses que poderia haver entre a pessoa que tinha sido nomeada, o dirigente da Câmara Municipal que tinha sido nomeado, e essas funções. E, de facto, no quadro legal referia-se e chamava-se à atenção para se contemplar ou se ter em conta o conflito de interesses ou a sua ausência.

Também tinha tido oportunidade, na altura, de dizer, embora, tendo em conta a forma como o Sr. Vereador Joel tinha colocado a questão, tivesse de repetir algumas coisas que já tinham referido e considerado nessa reunião. Falava-se do conflito de interesses, estava na lei essa ponderação e essa consideração, mas, por exemplo, tinha constatado e não tinha sido por acaso, que o Tribunal de Contas e estavam a falar do Tribunal de Contas não estavam a falar de outra coisa diferente - todos tinham a noção do que era o Tribunal de Contas – tinha nomeado como encarregado da proteção de dados o diretor de informática e acreditava que isso ainda não tinha sido alterado. Naquela altura, tinha tido oportunidade, na pesquisa que tinham feito, de considerar isso. A Direção-Geral das Autarquias Locais - se não era, pedia desculpa, mas parecia-lhe que era – tinha feito o mesmo, tinha nomeado como responsável da proteção de dados um diretor da Direção de Informática ou uma coisa assim.

Se quando estavam a falar de ter em atenção a possibilidade de haver conflito de interesses em quem estava a avaliar as situações e quem era protagonista no mesmo processo e se essas duas entidades, que considerava emblemáticas para eles – eles, Câmara Municipal -, quando isso era assim, também tinha entendido e proposto, como sabiam, que o Diretor Financeiro, melhor dizendo, o Diretor que tinha a responsabilidade da Administração Geral na Câmara Municipal pudesse ser a pessoa indicada mais bem informada e preparada para exercer essas funções.

Tinham ponderado na altura, tinham retirado a proposta e tinham ido avaliar melhor e tinha pedido à Comissão Nacional da Proteção de Dados ajuda para esse processo. Aproveitava para agradecer na reunião da Câmara, naturalmente, a resposta e a colaboração que tinha sido dada pela Comissão a essa solicitação.

Como estava escrito na proposta, tinham procurado dentro da Câmara Municipal e, conflitos maiores ou conflitos menores, o que era um facto era que tinham chegado à conclusão de que esses conflitos de interesses existiam nos dirigentes e nos técnicos superiores que tinham responsabilidades na Câmara Municipal. Tinha sido por isso que tinham entendido que era importante que o encarregado municipal da proteção de dados fosse uma pessoa que

conhecesse a Câmara o melhor possível, mas com trabalhadores da Câmara ou dirigentes havia sempre esse problema do conflito de interesses.

O que tinha acontecido tinha sido que o Dr. David Marques, como todos sabiam, tinha sido adjunto da Sra. Presidente da Câmara durante vários mandatos e, portanto, era uma das pessoas que melhor conhecia a Câmara Municipal e os serviços da Câmara Municipal e que, naquele momento, nas suas funções como contratado e como Assessor no Gabinete de Desenvolvimento Económico, tinham considerado que era uma pessoa que tinha essas condições e características para poder desempenhar essas funções.

Naturalmente que tinham feito um concurso, tinham feito um procedimento no quadro regulamentar, para que não ficasse dúvida nenhuma. Aquela empresa unipessoal tinha concorrido e, portanto, na avaliação que o júri tinha feito, tinha sido considerada a mais competente para resolver essa dificuldade que tinham. Portanto, a história era essa, não tinha mais do que isso.

O que podia dizer era que tinha ficado muito satisfeito por terem conseguido, no meio dessas dificuldades todas. Era preciso dizer que já não via a estatística e já não ia consultar o site da Comissão Nacional de Proteção de Dados, mas só 30 por cento das autarquias do país é que tinham encarregado de proteção de dados. Era só para deixar essa nota, porque também era bom, quando estavam a falar das coisas, saberem e terem um conhecimento mais alargado sobre tudo aquilo.

Se aquela proposta fosse aprovada ficaria muito satisfeito, porque se tratava de uma pessoa que tinha um conhecimento alargado, até aprofundado, sobre o funcionamento dos serviços da Câmara Municipal e era uma pessoa, daquilo que conheciam, competente. Por isso, como tinha dito, ficaria muito satisfeito por isso.

Relativamente ao serviço ou ao trabalho desempenhado, não se tinha preocupado em saber, não havia nenhum relatório que tivesse na sua posse sobre o desempenho das funções do Dr. David Marques naquelas funções, mas, se era uma questão tão importante, esse relatório poderia ser apresentado ao executivo em próxima oportunidade, porque o responsável do gabinete, certamente, poderia pedir ao Dr. David Marques ou ele próprio fazer um relatório da atividade que tinha desenvolvido desde o início do mandato. Portanto, se esse era um problema, teriam condições de ultrapassar, se assim quisessem, entre aspas, essa “irregularidade”.

Também, como dizia a própria lei ou o regulamento não era preciso ter nenhuma formação profissional especial para ser encarregado da proteção de dados, também para ficar claro, para não haver dúvidas sobre a matéria.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que muito rapidamente, até porque tinha levantado essa questão algumas vezes em reunião da Câmara, se congratulava com o facto de, finalmente, nomearem um encarregado de proteção de dados, porque achava que não se deviam apenas basear nos 30 por cento dos municípios que tinham encarregado de proteção de dados. Tinham de ser sempre um exemplo e tinham de procurar sê-lo em várias matérias. Portanto, a Câmara de Setúbal, naquele momento, se aquela proposta fosse aprovada, passava a ter um encarregado de proteção de dados. Achava que o argumento nunca deveria ser que os outros não tinham. Deviam procurar cumprir aquilo que lhes era exigido, pesasse embora - desde o início que o tinha dito e que o tinha transmitido -, considerando sempre ser preferível alguém que fosse, de facto, da casa, embora fosse uma pessoa que conhecesse bem a Câmara Municipal, mas eram opções.

Naquele momento, o que estava em causa, de facto, era terem alguém dedicado a essas matérias. A empresa tinha uma unidade que se dedicava a essas matérias e, portanto, queria só deixar ali uma recomendação, porque eram tantos os assuntos a tratar. Convinha, depois, atualizar os dados no site da Câmara Municipal, para que não ficassem com nenhum incumprimento. Portanto, assim, a Câmara de Setúbal ficava a ser um exemplo nessas matérias de proteção de dados, pelo menos relativamente ao encarregado de proteção de dados.

Sr. Presidente – Disse que, quando disse que, segundo a consulta que tinha feito na altura, apenas 30 por cento das câmaras municipais tinham encarregado de proteção de dados, tinha querido dizer, fundamentalmente, que não era pelo número. Ainda bem que lhe tinha feito a pergunta, porque permitia-lhe esclarecer melhor. O que tinha querido dizer tinha sido que não era fácil, no enquadramento legal, pela forma como estava feito, encontrarem encarregados de proteção de dados. Não era fácil e uma das razões era essa questão do conflito de interesses.

Sabiam que havia muitas empresas e certamente câmaras municipais que tinham recorrido a empresas da especialidade. Existiam empresas da especialidade que tinham encarregados de proteção de dados nos seus quadros. Havia empresas especializadas nessa matéria.

Como na conversa que tinham tido na interrupção da reunião da Câmara que tinham feito tinha ficado bem claro e tinha registado aquilo que era um consenso. Era muito importante que o encarregado da proteção de dados fosse uma pessoa que conhecesse os serviços e tinha sido esse o esforço que tinham feito, no sentido de procurar encontrar. Era nesse sentido que dizia que ficaria muito satisfeito se aquela proposta fosse aprovada.

Era muito importante resolverem esse assunto e, sobretudo, também, porque, na altura, quando decidiu nomear o encarregado de proteção de dados, também tinham contratado uma empresa para fazer esse trabalho de avaliação da situação dos serviços e de promover a documentação, designadamente o regulamento municipal de proteção de dados.

Esse trabalho estava a ser desenvolvido e era muito importante que o encarregado de proteção de dados, se fosse aprovada aquela proposta, começasse desde logo a trabalhar com a empresa, no sentido de, portanto, todo esse trabalho ser desenvolvido e até o encarregado da proteção de dados ficar mais por dentro ainda de toda essa problemática, porque se tratava de uma empresa da especialidade, empresa que tinham contratado. Portanto, era muito importante para eles que assim fosse.

Relativamente à outra questão que a senhora Vereadora tinha colocado e ao alerta que tinha deixado, que também agradecia, naturalmente que o seu gabinete só estava à espera do resultado daquela votação para fazer desencadear os procedimentos que deviam ser feitos para inscrever no site da Comissão Nacional de Proteção de Dados exatamente que, a partir daquela data – esperava que fosse assim -, a Câmara Municipal de Setúbal tinha um encarregado da proteção de dados e, naturalmente, também inscrever no site do Município. Por isso é que agradecia, também, a sua contribuição para que tudo isso fosse feito em conformidade com aquilo que eram as nossas obrigações.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, em primeiro lugar, queria dizer que, em bom rigor - sabia que o Sr. Presidente gostaria, certamente, de ser rigoroso - não estavam perante um procedimento de concurso, estavam perante um procedimento de consulta prévia, em que teriam sido convidadas três empresas a apresentar proposta e aquela tinha sido uma delas. Enfim, as escolhas faziam-se muitas vezes, também, na escolha das empresas que eram convidadas a vir a jogo.

Naquele tipo de procedimento por consulta prévia, faziam-se, também, com base naquilo que era o conhecimento da experiência da empresa que ou de quem ia desempenhar determinada função e já tinham percebido, também, pela intervenção do Sr. Presidente, que havia uma relação de clara proximidade com quem iria desempenhar essas funções, caso aquela proposta fosse aceite, fosse ali aprovada.

Relativamente àquilo que tinha sido o desempenho de funções até junho, no âmbito da consultoria de apoio à área económica, naturalmente que entendiam que era importante que o próprio Município, não só para quem estava na oposição mas mesmo para quem estava no desempenho do poder e, portanto, que tinha funções executivas diariamente e com poderes delegados, que pudesse também, efetivamente, saber e fazer o seguimento daquilo que era o trabalho desempenhado pelos diversos prestadores de serviços do Município, pelas diversas empresas ou cidadãos que tivessem avenças com o Município para desempenhar determinado tipo de funções. Portanto, sim do ponto de vista da oposição. Era relevante no final do contrato, até porque os contratos tinham um acompanhamento que era feito. A prova

era que tinha sido designado pela Câmara Municipal. Era importante que esse acompanhamento fosse concretizado do ponto de vista de um relatório de final de contrato e que esse relatório pudesse, quando solicitado, ser apresentado também à oposição.

Achava que isso era uma questão do mais simples controlo de gestão e achava que era importante que, numa função que tinha sido acompanhada pelo gabinete que prestava apoio à presidência, o Sr. Presidente também entendesse relevante a existência desse acompanhamento e do conhecimento profundo daquilo que eram as funções desempenhadas pelas empresas ou pelos cidadãos que a Câmara contratava no âmbito daquele tipo de prestação de serviços.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, eram sempre livres de dizer aquilo que achavam. No entanto, não percebia muito bem, quando estavam a tratar de um processo de um encarregado de proteção de dados - pelo menos era isso que entendia, pela insistência que o senhor vereador fazia -, porque é deveria ter trazido o resultado. Não sabia porque é que deveria ter trazido ali o relatório da atividade que tinha sido desempenhada.

Quem insistiu nisso e tinha levantado a questão tinha sido o senhor Vereador, mas era preciso serem claros. Eram coisas distintas, não tinha nada uma coisa a ver com a outra. Uma coisa era a que o senhor Vereador estava a dizer, a dar uma lição, a dizer que devia avaliar os resultados dos trabalhadores dos gabinetes, etc. Essa lição ficava registada também. Isso era uma coisa, a outra coisa, que era uma coisa completamente distinta, era a proposta que estava em causa.

Relativamente à outra questão que o senhor Vereador tinha referido, a sua proximidade relativamente à pessoa em causa, devia recordar-lhe que o encarregado municipal da proteção de dados ou qualquer encarregado de proteção de dados era livre e independente, trabalhava por si próprio e fazia avaliações por si próprio e tinha gabinete próprio, independente da Câmara Municipal, de qualquer serviço da Câmara Municipal. Era para que também ficasse claro, porque a forma de se dizer as coisas tinha o seu sentido e, às vezes, para quem os ouvia...

Não sabia se tinha sido de propósito que o tinha feito, ou não, mas o facto era que o dizia e, portanto, naturalmente que o obrigava a chamar a atenção para essas questões, porque, que soubesse, não havia razão nenhuma para se dizer que alguma vez tivesse deixado de cumprir a legislação, e, se houvesse, o senhor Vereador fazia o favor.

Quando se diziam as coisas, quando se faziam afirmações, tinham de saber do que é que se estava a falar e das consequências daquilo que diziam, porque, sobretudo para quem os ouvia. Não sabia se era de propósito ou não e admitia que não fosse, mas aquilo que se dizia ficava registado e quem estava do outro lado tinha interpretações em função daquilo que era dito, porque não tinha a obrigação de conhecer os processos como o senhor Vereador tinha e todos eles tinham.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que acreditava que quem estava a acompanhar o desenrolar da reunião tinha ouvido e o Sr. Presidente não tinha entendido dessa forma, mas certamente que quando a reunião terminasse teria oportunidade de aceder à gravação e de poder revê-la desde o início e ouvi-lo-ia questionar o seguinte: *“Em que é que consistiu o serviço de consultoria de apoio à área económica para o qual esta empresa foi contratada durante 7 meses? Em que é que consistiu, que tipo de apoio foi prestado e se há algum relatório de final de contrato que resuma o trabalho feito?”*.

Tinha colocado questões. O Sr. Presidente não o tinha ouvido certamente dizer que, para votarem aquela proposta, era necessário que tivessem já ali, com eles, um relatório daquilo que tinha sido o trabalho efetuado entre dezembro de 2021 e junho de 2022. Mas também aproveitava para lhe dizer que se tivessem não fazia mal nenhum, antes pelo contrário. Aliás, a informação nunca pecava por excesso. Quando queriam ser transparentes, a informação nunca pecava por excesso, poderia, apenas, pecar por defeito.

Por isso mesmo, apesar de o Sr. Presidente entender que havia da parte deles uma lição sobre essa questão, a única lição que via ali, que podia ser, efetivamente retirada, era que era

importante que tivessem um bocadinho mais de atenção às questões que eram colocadas e não tentassem dar a volta às afirmações que eram feitas.

Também queria dizer ao Sr. Presidente, reforçando o que tinha dito havia pouco, que era natural que, quando faziam um procedimento daquele tipo, um procedimento por consulta prévia, em que convidavam três entidades a apresentarem proposta, era natural que as convidassem porque conheciam aquilo que era o seu percurso na área - aquela empresa não tinha percurso na área -, porque estabeleciam relações de confiança e não vinha mal nenhum ao mundo que quisessem trabalhar com quem tinham relações de confiança.

Aliás, antes pelo contrário, achava que, quer no trabalho, quer no desempenho de outras funções, as relações de confiança eram fundamentais para que pudessem, efetivamente, obter bons resultados, mas, quando faziam aquele tipo de procedimento convidavam, naturalmente, quem sabiam que tinha desempenhado já, no passado, determinado tipo de funções, e, portanto, já tinha essa experiência acumulada, ou, então, em quem confiavam que viria a fazer um bom trabalho.

Acreditava que teria sido essa opção, porque o Sr. Presidente também já ali tinha afirmado que tinham contratado uma empresa especializada e que o encarregado de proteção de dados do Município, se fosse ali designado naquele dia, iria trabalhar em estreita parceria com essa empresa. Pelo menos, tinha sido isso que tinha entendido das suas palavras.

Portanto, era apenas isso, não havia segundas intenções, havia afirmações que tinham sido claras e questões que tinham ficado por responder, mas que não eram da parte deles ou não tinham sido da parte deles citadas como sendo uma imposição ou uma obrigação para a instrução daquela proposta.

Sr. Presidente – Disse que ainda queria dizer que era legítimo e normal que o senhor Vereador entendesse necessário haver um relatório sobre a prestação da empresa contratada, mas também lhe queria dizer que, relativamente aos objetivos para que tinha sido contratada, o contrato era público e o senhor Vereador tinha acesso a ele quando quisesse, como bem sabia. Portanto, sabia os objetivos que lá estavam e as tarefas que estavam destinadas a quem tinham contratado. Também era só para ficar registado isso.

Submetida a votação foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

3. Deliberação n.º 3163/2022 – Proposta n.º 2274/2022 – DAF – Constituição do fundo de maneiio para o Projeto “Festa da Ilustração 2022”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 3164/2022 – Proposta n.º 2275/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 25 – 1.º Dto, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 3165/2022 – Proposta n.º 2276/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Luz, n.º 2 – 1.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 24.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que sugeria que houvesse uma votação única do ponto 5 ao 97. Uma vez que diziam respeito à mesma matéria, embora com titulares diferentes, obviamente. Então, ficava essa sugestão.

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores Vereadores do PS se havia algum inconveniente.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não tinham nada a opor e acompanhavam essa posição.

Sr. Presidente – Disse que punha à votação as propostas de deliberação 3165 a 3257.

Submetidas a votação foram as propostas aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 3166/2022 – Proposta n.º 2277/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Gaveto da Rua Pier Baldi, n.º 2 à Estrada Nacional, n.º 252 –
3.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 25 (ver ponto 5).

**7. Deliberação n.º 3167/2022 – Proposta n.º 2278/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Padre Américo, n.ºs 1 (Torre 5), n.º 2 (Torre 4), n.º 3
(Torre 3), n.º 4 (Torre 2) e n.º 5 (Torre 1) - Torre 4, 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 26 (ver ponto 5).

**8. Deliberação n.º 3168/2022 – Proposta n.º 2279/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Quinta do Quadrado, Rua Mário Caes Esteves, n.ºs 3 e 3A –
4.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 27 (ver ponto 5).

- 9. Deliberação n.º 3169/2022 – Proposta n.º 2280/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Urbanização Vale de Cobro ou Alto da Cascalheira, Rua Minas da Borralha, n.º 1 – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 28 (ver ponto 5).

- 10. Deliberação n.º 3170/2022 – Proposta n.º 2281/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Largo do Carmo, n.ºs 5, 6, 7, 8 e 9, tornejando para a Travessa do Carmo, n.ºs 1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 29 (ver ponto 5).

- 11. Deliberação n.º 3171/2022 – Proposta n.º 2282/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Travessa Jacob Azambuja, n.º 7, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 30 (ver ponto 5).

- 12. Deliberação n.º 3172/2022 – Proposta n.º 2283/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Valverde, n.º 6 – 4.º Fte, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 (ver ponto 5).

- 13. Deliberação n.º 3173/2022 – Proposta n.º 2284/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta da Sociedade Arqueológica Lusitana, n.º 12 – 5.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 5).

- 14. Deliberação n.º 3174/2022 – Proposta n.º 2285/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 1 – 3.º Dto, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 5).

**15. Deliberação n.º 3175/2022 – Proposta n.º 2286/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 27 – 2.º Dto, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 5).

**16. Deliberação n.º 3176/2022 – Proposta n.º 2287/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça de Portugal, n.º 5 – 5.º Dto, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 5).

**17. Deliberação n.º 3177/2022 – Proposta n.º 2288/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Vale de Cobro ou Alto da Cascalheira, Rua Minas da Borralha,
n.º 14 – 2.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 5).

**18. Deliberação n.º 3178/2022 – Proposta n.º 2289/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 44 – 5.º Esq, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 5).

**19. Deliberação n.º 3179/2022 – Proposta n.º 2290/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Choilo, Rua Gonçalo Velho Cabral, Lote 227, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 5).

**20. Deliberação n.º 3180/2022 – Proposta n.º 2291/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida da Bela Vista, n.º 10 – 4.º D 51, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 5).

**21. Deliberação n.º 3181/2022 – Proposta n.º 2292/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Escola e Rua do Pinhão - Moradia Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 5).

**22. Deliberação n.º 3182/2022 – Proposta n.º 2293/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Serração, Lote 90, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 5).

**23. Deliberação n.º 3183/2022 – Proposta n.º 2294/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 103, 103A e 103B
– 6.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 5).

**24. Deliberação n.º 3184/2022 – Proposta n.º 2295/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de Lisboa, n.º 439 - R/C e 1.º, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 5).

**25. Deliberação n.º 3185/2022 – Proposta n.º 2296/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Alto do Faralhão, Rua Jerónimo Cavaco, n.º 23, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 5).

**26. Deliberação n.º 3186/2022 – Proposta n.º 2297/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Mestre Boitaca, n.º 3 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 5).

**27. Deliberação n.º 3187/2022 – Proposta n.º 2298/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Travessa Primeiro de Dezembro, n.ºs 7 e 9, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 5).

**28. Deliberação n.º 3188/2022 – Proposta n.º 2299/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Sítio da Sancha Cega, Azinhaga da Camarinha à Estrada
Nacional dos Montureiros, Avenida Infante D. Henrique, n.º 22 - R/C Dto.,
em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 5).

**29. Deliberação n.º 3189/2022 – Proposta n.º 2300/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 22, 22-A a 22-O e Rua José
Groot Pombo, n.ºs 6, 6-A, 6-B e 8 – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 5).

**30. Deliberação n.º 3190/2022 – Proposta n.º 2301/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 18 e 18A – 3.º Dto, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 5).

**31. Deliberação n.º 3191/2022 – Proposta n.º 2302/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Manuel Maria Portela, n.º 32, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 5).

**32. Deliberação n.º 3192/2022 – Proposta n.º 2303/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Quinta dos Bonecos, n.º 11 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 5).

- 33. Deliberação n.º 3193/2022 – Proposta n.º 2304/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79 a 85, tornejando para a Rua Jorge Claro e para o Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 8, 8A a 8D – 3.º F, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 5).

- 34. Deliberação n.º 3194/2022 – Proposta n.º 2305/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Vendas de Azeitão, Rua da Paz, n.º 12, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 5).

- 35. Deliberação n.º 3195/2022 – Proposta n.º 2306/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua das Cegonhas, n.º 18, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 5).

- 36. Deliberação n.º 3196/2022 – Proposta n.º 2307/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Abel Salazar, n.º 25 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 5).

- 37. Deliberação n.º 3197/2022 – Proposta n.º 2308/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Choilo, Rua Fernão de Magalhães, Lote 82, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 5).

- 38. Deliberação n.º 3198/2022 – Proposta n.º 2309/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 2 – 5.º Fte., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 5).

- 39. Deliberação n.º 3199/2022 – Proposta n.º 2310/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua dos Amores, Urbanização Casas de Azeitão, Núcleo Poente I, Lote 47, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 5).

- 40. Deliberação n.º 3200/2022 – Proposta n.º 2311/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n.º 5 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 5).

- 41. Deliberação n.º 3201/2022 – Proposta n.º 2312/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Quinta de Santo António, Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 1, 3 e 5 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 5).

- 42. Deliberação n.º 3202/2022 – Proposta n.º 2313/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Escola n.º 172 e Rua do Paraíso, n.º 15, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 5).

- 43. Deliberação n.º 3203/2022 – Proposta n.º 2314/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praça do Brasil, n.º 4 – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 5).

- 44. Deliberação n.º 3204/2022 – Proposta n.º 2315/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Ladislau Parreira, n.ºs 54, 54A e 54B – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 5).

45. Deliberação n.º 3205/2022 – Proposta n.º 2316/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. Luís Furtado, n.º 37 – 1.º Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 5).

46. Deliberação n.º 3206/2022 – Proposta n.º 2317/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Estrada da Rasca, Rua José Augusto dos Santos, Lote 11 - R/C Fte., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 5).

47. Deliberação n.º 3207/2022 – Proposta n.º 2318/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida António Sérgio, n.ºs 320, 320A, 322, 322A e 322B – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 5).

48. Deliberação n.º 3208/2022 – Proposta n.º 2319/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 27 com caves para a Rua Bartolomeu Dias, n.ºs 2 e 4 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 5).

49. Deliberação n.º 3209/2022 – Proposta n.º 2320/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Vasco Soveral, n.ºs 17, 19 e 21, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 5).

50. Deliberação n.º 3210/2022 – Proposta n.º 2321/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Manteigadas, Avenida Professor Orlando Ribeiro, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 5).

51. Deliberação n.º 3211/2022 – Proposta n.º 2322/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 68 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 5).

52. Deliberação n.º 3212/2022 – Proposta n.º 2323/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Fé, n.º 27 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 5).

53. Deliberação n.º 3213/2022 – Proposta n.º 2324/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Eletricidade, n.º 5 – 6.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 5).

54. Deliberação n.º 3214/2022 – Proposta n.º 2325/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Mário Sacramento, n.º 42 – 3.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 5).

55. Deliberação n.º 3215/2022 – Proposta n.º 2326/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 11 – 5.º Fte., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 5).

56. Deliberação n.º 3216/2022 – Proposta n.º 2327/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.ºs 49, 51, 53 e 55 - R/C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 5).

57. Deliberação n.º 3217/2022 – Proposta n.º 2328/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Fazenda da Bonita, Moitas, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 5).

58. Deliberação n.º 3218/2022 – Proposta n.º 2329/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua do Antigo Olival, n.º 8 e Rua da Figueira Grande, n.ºs 5 e 7 – 1.º B 22, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 5).

59. Deliberação n.º 3219/2022 – Proposta n.º 2330/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 64 – 7.º Esq. Fte., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 5).

60. Deliberação n.º 3220/2022 – Proposta n.º 2331/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Travessa da Reforma Agrária, n.º 3, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 5).

61. Deliberação n.º 3221/2022 – Proposta n.º 2332/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Choilo, Rua Fernão de Magalhães, Lote 52, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 5).

62. Deliberação n.º 3222/2022 – Proposta n.º 2333/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida das Descobertas, Lote 44 – 3.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 5).



**63. Deliberação n.º 3223/2022 – Proposta n.º 2334/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Estrada da Algodeia, n.º 54 - Moradia D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 5).

**64. Deliberação n.º 3224/2022 – Proposta n.º 2335/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Várzeas, Caracóis ou Santo Amaro, Rua Fernando Lopes
Graça, Lote 118, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 5).

**65. Deliberação n.º 3225/2022 – Proposta n.º 2336/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 8 – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 5).

**66. Deliberação n.º 3226/2022 – Proposta n.º 2337/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Travessa Jacob Azambuja, n.º 7, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 5).

**67. Deliberação n.º 3227/2022 – Proposta n.º 2338/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Parque Dr. Manuel Constantino Goes, n.º 8 – 2.º Dto., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 5).

**68. Deliberação n.º 3228/2022 – Proposta n.º 2339/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça Olga de Moraes Sarmiento, n.º 26 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 5).

- 69. Deliberação n.º 3229/2022 – Proposta n.º 2340/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Urbanização Pinhal de Negreiros, Rua Luísa Tody, Lotes 89,
90 e 91 - R/C Dto., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 5).

- 70. Deliberação n.º 3230/2022 – Proposta n.º 2341/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tratado de Tordesilhas, n.ºs 8, 8A, 8B e 8C e Praça da
Independência, n.ºs 6, 6-A a 6-H – 2.º Fte., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 5).

- 71. Deliberação n.º 3231/2022 – Proposta n.º 2342/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 5.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 5).

- 72. Deliberação n.º 3232/2022 – Proposta n.º 2343/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Xarafe, n.º 59, tornejando para a Avenida Mestre Lima de
Freitas, n.º 39 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 5).

- 73. Deliberação n.º 3233/2022 – Proposta n.º 2344/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tratado de Tordesilhas, n.ºs 8, 8A, 8B e 8C e Praça da
Independência, n.ºs 6, 6-A a 6-H – 2.º Fte., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 5).

- 74. Deliberação n.º 3234/2022 – Proposta n.º 2345/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência — Rua do Rosmaninho, n.º 9 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 5).

- 75. Deliberação n.º 3235/2022 – Proposta n.º 2346/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Brancanes, n.º 23 - de acesso à parte habitacional e Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 9 de acesso à fração "A" - C/V Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 5).

- 76. Deliberação n.º 3236/2022 – Proposta n.º 2347/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 – 2.º H, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 5).

- 77. Deliberação n.º 3237/2022 – Proposta n.º 2348/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 - CVP10, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 5).

- 78. Deliberação n.º 3238/2022 – Proposta n.º 2349/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 - CVP11, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 5).

- 79. Deliberação n.º 3239/2022 – Proposta n.º 2350/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 – 2.º G, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 5).

- 80. Deliberação n.º 3240/2022 – Proposta n.º 2351/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10 - CVP7, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 5).

**81. Deliberação n.º 3241/2022 – Proposta n.º 2352/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Antigo Olival, Lote 7 – 1.º D 22, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 5).

**82. Deliberação n.º 3242/2022 – Proposta n.º 2353/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Pêro Vaz de Caminha, n.º 5 – 3.º P, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 5).

**83. Deliberação n.º 3243/2022 – Proposta n.º 2354/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Faralhão, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 5).

**84. Deliberação n.º 3244/2022 – Proposta n.º 2355/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José de Groot Pombo, n.º 17 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 5).

**85. Deliberação n.º 3245/2022 – Proposta n.º 2356/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Estuário do Sado, n.º 10, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 5).

**86. Deliberação n.º 3246/2022 – Proposta n.º 2357/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 49, 49-A a 49-D e
Rua Dr. Mendonça e Costa, n.ºs 5, 5-A a 5-E – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 5).



**87. Deliberação n.º 3247/2022 – Proposta n.º 2358/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Afonso do Paço, n.º 16, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 5).

**88. Deliberação n.º 3248/2022 – Proposta n.º 2359/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Jaime Horácio Pacheco Junqueiro, n.º 3 – 2.º Esq.,
em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 5).

**89. Deliberação n.º 3249/2022 – Proposta n.º 2360/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.ºs 32, 34 e 36 – 3.º Fte., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 5).

**90. Deliberação n.º 3250/2022 – Proposta n.º 2361/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Alexandre Herculano, n.º 32 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 5).

**91. Deliberação n.º 3251/2022 – Proposta n.º 2362/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Alexandre Herculano, n.º 28, 28A, 30, 30A, 32, 32A e
34 - CVG 44, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 5).

**92. Deliberação n.º 3252/2022 – Proposta n.º 2363/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Alexandre Herculano, n.º 28, 28A, 30, 30A, 32, 32A e
34 - CVG 45, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 5).

93. Deliberação n.º 3253/2022 – Proposta n.º 2364/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua dos Alfaiates, n.º 31, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 5).

94. Deliberação n.º 3254/2022 – Proposta n.º 2365/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 – 4.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 5).

95. Deliberação n.º 3255/2022 – Proposta n.º 2366/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Michell Giacometti, n.ºs 4 e 6 – 4.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 5).

96. Deliberação n.º 3256/2022 – Proposta n.º 2367/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Armando Martins, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 5).

97. Deliberação n.º 3257/2022 – Proposta n.º 2368/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Misericórdia, n.º 16, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 5).

98. Deliberação n.º 3258/2022 – Proposta n.º 2369/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para ocupação de Bancas e Lojas do Mercado Municipal 2 de abril, Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição e Mercado Municipal do Livramento

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 117 e 118, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

99. Deliberação n.º 3259/2022 – Proposta n.º 2370/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Alteração ao prazo de Cedência do Direito de Superfície constituído sobre parcela de terreno, sita em Quinta da Amizade, Poço Mouro, à Associação Batista Shalom

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 119 a 121, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

100. Deliberação n.º 3260/2022 – Proposta n.º 2371/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 07/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas, individuais e consolidadas, para os anos de 2022 a 2024 – Adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 a 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

101. Deliberação n.º 3261/2022 Proposta n.º 2373/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 22/2016/DAF/DIIGEF/SECPP- Liberação de caução referente à prestação de serviços de limpeza em instalações municipais, pelo período de 24 meses

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 126 a 128, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

102. Deliberação n.º 3262/2022 – Proposta n.º 2374/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços para contratação de artistas, incluindo produção, aluguer de palco, régie, estruturas e alimentação – Feira de Santiago 2020 – Ajuste Direto n.º 279/2020/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 129 a 131, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

103. Deliberação n.º 3263/2022 – Proposta n.º 2375/2022 - DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2021/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros para os ramos de acidentes de trabalho, multirrisco, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico e responsabilidade civil, pelo período de 24 meses – Adenda ao contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 132 a 134, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

104. Deliberação n.º 3264/2022 – Proposta n.º 2376/2022 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração ao Orçamento da Receita, 8.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 6.ª alteração ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª alteração do Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135 a 139, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

105. Deliberação n.º 3265/2022 – Proposta n.º 2377/2022 – DAF/DICOR - Contratação do Empréstimo de médio e longo prazo – Investimentos Municipais 2023.

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 140 a 144.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que se propunha um empréstimo com uma maturidade de 20 anos, o que faria sentido, tendo em conta a vida útil esperada de alguns desses investimentos, que eram, naturalmente, de comprovada relevância.

No entanto, dos investimentos que o Sr. Presidente tinha elencado e constavam da proposta, havia um que, no entender deles, não fazia sentido integrar essa lista, não fazia sentido estar integrado no financiamento a 20 anos. Falava, naturalmente, da manutenção ou da reabilitação das passadeiras que existiam no Município, que o Município tinha. Dizia existiam porque já havia muito tempo que se tinham perdido, já havia muito tempo que eram, diria, praticamente invisíveis e que dificultavam a vida aos peões que queriam atravessar a estrada, particularmente quando já não existia luz natural.

Ora, essa manutenção fazia parte daquilo que era a gestão corrente do Município. As passadeiras deviam ser pintadas no momento em que era necessário que fossem pintadas. Não era, usualmente, uma intervenção que se fizesse de uma forma tão abrangente que significasse a pintura ou a repintura de todas as passadeiras que existiam no Município. Não era expectável, também, que essa reabilitação das passadeiras permitisse mantê-las visíveis e utilizáveis por toda a maturidade do financiamento, que eram os 20 anos.

Por isso mesmo, a inclusão desses 500 mil euros, esse meio milhão de euros, para reabilitar passadeiras, naquele empréstimo de longo prazo era – permitissem-lhe a expressão - um ilusionismo. Era um ilusionismo porque transformava despesa corrente de manutenção da via pública num financiamento de 20 anos. Transformava aquilo que era uma despesa corrente de manutenção das passadeiras num financiamento a ser pago durante 20 anos.

Se tivessem de fazer o mesmo de cada vez que era necessário proceder a esse tipo de intervenção, provavelmente chegariam ao final do mandato com a capacidade de endividamento do Município esgotada só para comprarem tinta. Portanto, parecia-lhes que, sendo uma intervenção que era necessário e que era relevante, não a deveriam ter enquadrada num financiamento de médio/longo prazo com uma maturidade tão dilatada.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Disse que, sobre essa matéria, queria dizer que achava que, de facto, a pintura de passadeiras fazia parte da manutenção corrente. Naquele momento, tinha-se identificado a necessidade de uma intervenção mais musculada, para resolver problemas que se tinham acumulado. Portanto, nesse sentido, essa intervenção musculada permitiria rapidamente fazer isso.

Não via qual era a incompatibilidade de fazer um empréstimo, que depois se ia pagando, para fazer essa intervenção, e depois, ao longo dos períodos subsequentes, na sequência dessa intervenção mais musculada, continuar o trabalho de manutenção corrente, através das contas correntes da Câmara. Portanto, não sabia qual era a dificuldade de compreensão dessa matéria.

Tinha sido ali levantada a questão e a necessidade de se fazer as pinturas, porque havia passadeiras que estavam desaparecidas, que era importante, etc., e estavam de acordo com isso. Portanto, era por estarem de acordo com isso, por haver essa urgência e ser necessário um investimento forte imediato que se ia recorrer a um empréstimo. Depois, na sequência desse processo, continuar-se-ia a fazer a manutenção.

Portanto, acreditava que era fácil perceber o que é que se pretendia com isso. Não se tratava de, ao longo de 20 anos, ir recorrendo a um empréstimo para ir fazendo pinturas de passadeiras, como tinha sido sugerido. Não se passava nada disso, não fazia sentido nenhum.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que agradecia, também, a intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que acabava por reconhecer que essa manutenção era um problema que se tinha vindo acumulando ou que a falta de manutenção era um problema que se tinha vindo acumulando e, portanto, houvesse quem na CDU reconhecesse que não se tratava de um problema que tivesse por base alguma redução de receita fiscal.

Não estava ali em causa nenhuma incompatibilidade, essa intervenção podia ser financiada dessa forma, mas, como o Sr. Vereador Carlos Rabaçal bem sabia, usualmente, os financiamentos dos investimentos que eram feitos eram financiados com uma maturidade que correspondia àquilo que era a vida útil do investimento. Ora, não era esse o caso das passadeiras.

Por isso tinham dito que não era o caso das passadeiras, porque elas iriam precisar, depois, de manutenção recorrente e esses 500 mil euros eram para fazer uma intervenção imediata, de gestão corrente, que não tinha sido feita ao longo dos anos, como o senhor Vereador pouco antes tinha reconhecido.

Era precisamente por isso que entendiam que, sendo uma intervenção no âmbito da gestão corrente, não deveria estar incluída num financiamento de médio/longo prazo com uma maturidade de 20 anos. Não era uma questão de incompatibilidade, era uma questão de opção de gestão.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era só para dizer que achava que a intervenção do Vereador Joel era contraditória, porque faziam um empréstimo para fazer um edifício por 20 anos, o edifício era feito em 3 anos e a manutenção era feita pela gestão corrente da Câmara, e o empréstimo era em 20 anos. Não percebia qual era a dúvida.

Aquilo era um processo normal de investimentos e os investimentos e os empréstimos eram para aquilo que precisavam e não para aquilo que era suposto, eventualmente, ser. Precisavam dele para fazer isso e era por isso que estavam a colocar a hipótese de recorrer a um empréstimo para fazer isso. Era para isso que existiam os empréstimos, para fazer aquilo que necessitavam e não aquilo que seria, eventualmente, suposto talvez fazer.

Sr. Presidente – Disse que a questão mais importante era que o senhor Vereador tinha querido dizer que a CDU, a gestão da CDU, havia alguns anos que não fazia a reposição das passadeiras. Tinha sido isso que ele tinha querido acentuar. Todos tinham percebido, mas já tinha reconhecido isso na Assembleia Municipal. Era um processo.

Reconheciam que não tinha sido feito e havia que o resolver o mais rápido possível. Por isso é que, nas contas correntes, estavam a fazer um investimento, que estava em fase final do procedimento - já deveria ter acontecido, mas os procedimentos eram o que eram -, exatamente dada a urgência das passadeiras em volta dos estabelecimentos de ensino. Para terem a garantia de que havia essa possibilidade de garantir que todas as passadeiras ficassem em condições só através de um empréstimo. Não havia outras condições para o fazer e, portanto, não o fazer é que seria uma grande irresponsabilidade. Isso é que era importante para eles, serem responsáveis quando tinha de ser, sempre.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

106. Deliberação n.º 3266/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 145, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

107. Deliberação n.º 3267/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DEB/DIGEPE – Protocolo de Cooperação para cursos de alfabetização nos Bairros da Bela Vista e zona envolvente

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 146 e 147, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

108. Deliberação n.º 3268/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DEB - Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 148 a 157, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

109. Deliberação n.º 3269/2022 - Proposta n.º 2372/2022 - DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 27/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação serviços para elaboração de projeto de execução arquitetura e especialidades para Unidade de Saúde Bairro do Liceu e Direção do Aces Arrábida, em Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 158 a 161.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista saudavam, obviamente, aquela proposta, que vinha na sequência daquilo que tem sido, em todo o país, uma aposta forte do Governo do Partido Socialista, em parcerias com as autarquias locais, no sentido de resolver problemas que se arrastavam no tempo.

O Centro de Saúde de Azeitão era disso um bom exemplo. Era uma participação a 100 por cento por fundos comunitários, mas, também, por parte de verba da Administração Central, com a participação da Câmara Municipal de Setúbal no que tinha a ver com os projetos de especialidade e outras intervenções.

No Centro de Saúde do Bairro do Liceu, uma infraestrutura exigida havia muito tempo pela população, estavam a dar mais um passo na resolução, num trabalho de esforço conjunto entre o Governo e autarquia, naquele caso a autarquia de Setúbal.

Portanto, tinham ali, tanto no Centro de Saúde de Azeitão como no Centro de Saúde do Bairro do Liceu e, também, no centro de saúde que não era para ser na Bela Vista mas que passaria a ser na Bela Vista, com os ganhos que daí que iriam advir em termos de dimensão e de população que iria, portanto, abranger, em termos de público-alvo. Essa era, efetivamente, uma opção certa no orçamento, feita pela Câmara Municipal de Setúbal, que acompanhavam.

Para fechar todo esse processo, em que a Câmara não teria, obviamente, intervenção direta, estavam à espera de que, a qualquer momento, arrancassem as obras de construção do novo edifício das urgências do Hospital de São Bernardo. A empreitada estava adjudicada e, portanto, acreditavam que, muito em breve, essa empreitada se iria iniciar. Portanto, estavam, no concelho de Setúbal, perante um investimento no Serviço Nacional de Saúde, um investimento que era importante para o concelho.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não podia deixar passar em claro aquela intervenção do Vereador Fernando José, dizendo, em primeiro lugar, que a eles não os preocupava a solidariedade sobre as boas iniciativas que valorizassem o território e aquela era uma matéria em que achava que eram poucos para aquilo que era a clara necessidade do território de Setúbal em matéria de saúde, mas não era menos importante [o rigor].

Pensava que não estava a ser um dia com rigor. Havia pouco tempo tinha havido a matéria de dizer se seria irregularidade ou ilegalidade. Felizmente, como, naquele momento, tinham [o registo] – passasse a analogia com o VAR -, depois poderiam confirmar as palavras que diziam.

Portanto, aconselhava vivamente, se calhar, a visitar, também, a reunião daquele dia, para ver, de facto, o que é que tinha sido dito. Não só, efetivamente, tinha utilizado a expressão como, depois, tinha dito que não tinha dito, mas, pronto, isso também era um pormenor.

Queria dizer o seguinte – as palavras não eram dele – e, não querendo cometer nenhuma inconfidência, queria citar um ex-ministro do Governo do Partido Socialista, Adalberto Fernandes, que, em reunião realizada com várias entidades, tinha dito que Setúbal era, claramente, um dos municípios absolutamente discriminado negativamente pela ausência de investimento do Governo Central em matéria de centros de saúde.

Estavam a falar de um período já longínquo e da possibilidade de naquele dia se concretizar. Por isso, dizia que não havia problema nenhum da parte deles. Quer com o Governo do Partido Socialista quer no passado, a Câmara Municipal de Setúbal não regateava esforços

nem meios em tudo aquilo que viesse a beneficiar a população. E, portanto, congratulavam-se com essa disponibilidade.

No entanto, não podiam era deixar de dizer aquilo que eram os factos evidentes. Dizer que era um financiamento a 100 por cento? Não era um financiamento a 100 por cento, como o senhor Vereador bem sabia, até porque um centro de saúde era muito mais do que a construção das suas instalações, era a cedência do terreno, eram todas as melhorias envolventes. Portanto, havia um conjunto muito alargado de circunstâncias.

A par disso, era bom recordar os custos da própria construção e as necessidades que a Câmara Municipal, ao longo de todos esses processos, tinha tido, para encontrar as melhores soluções para cumprir, de uma forma efetiva, aquilo que estava projetado.

Mas, mais do que isso, e os senhores Vereadores do PS tinham feito um esforço para querer ali acolher esse ónus de capital, com cartazes e com bandeiras. A verdade era que, sem prejuízo dessa vontade retórica, se existia naquele momento o projeto a avançar, como era público, como os próprios senhores Deputados do Partido Socialista e Vereadores tinham tido oportunidade de visitar, era, acima de tudo, pelo empenho da autarquia, daquele executivo, pela concretização dessas mesmas obras, quer no que dizia respeito ao Centro de Saúde de Azeitão, quer no que dizia respeito ao Centro de Saúde da Bela Vista, quer no que dizia respeito ao Centro de Saúde projetado para a Praceta Maria Lamas. Decorria desse empenho efetivo, porque não era daquele momento, não era só da disponibilidade, naquele momento, dos fundos a 100 por cento do PRR.

Era muito anterior a isso. Era muito anterior o esforço daquele executivo, a persistência daquele executivo e dos executivos anteriores, em querer que Setúbal estivesse apetrechada dos recursos que outros municípios, não com o investimento das autarquias locais, foram tendo. Portanto, ficavam satisfeitos com essa solidariedade política, mas aquilo resultava da intransigência daquela Câmara Municipal, como em outras matérias, de querer que, de facto, Setúbal não ficasse para trás nesse comboio.

Portanto, era nesse sentido que tinham trabalhado e tinha sido nesse sentido que tinham projetado e era dessa matéria que tinham feito, com a ARSLVT e com todas as entidades, esse trabalho, para tentar minimizar aquilo que era um diferencial que decorria de um processo de discriminação que, ao longo de décadas, Setúbal não tinha tido por parte dos diferentes governos que tinham dirigido o país.

Portanto, não podia deixar passar em claro. A solidariedade era boa, era simpática, mas a realidade dos factos era, exatamente, essa que tinha descrito, sendo que esperavam não ter nenhum percalço que, relativamente a essas matérias, lhes viesse causar qualquer transtorno, no que dizia respeito às construções. Pensava que isso estaria bem encaminhado, tal como tinha sido possível constatar na intervenção do Vereador Carlos Rabaçal.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, aquele processo que tinha a ver com os centros de saúde era um processo com grande empenhamento, de uma grande determinação da Câmara Municipal de Setúbal para uma contínua pressão sobre os sucessivos governos, porque aquilo arrastava-se havia muitos anos.

Finalmente tinham a possibilidade de vir a concretizar esses projetos, de passarmos de três centros de saúde que não satisfaziam minimamente a população para três [com condições], em que um estava em fase avançada de construção e, dos outros dois, a Câmara Municipal já tinha o projeto de arquitetura e de especialidades de um em fase final, portanto, com a possibilidade de candidatar brevemente a obra, e aquele em que ia ser aberto o procedimento, com vista, também, à contratação de empresas da especialidade para elaborar esses projetos.

Esperavam que, de facto, não houvesse perturbações de maior e que a Câmara Municipal não estivesse a fazer esses investimentos e, depois, os financiamentos não viessem. Mas acreditavam e, portanto, acreditar, como se costumava dizer, “[era] meio caminho andado”. Era por isso que estavam a fazer aquele investimento.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**110. Deliberação n.º 3270/2022 – Proposta n.º 2378/2022 -
DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º
09/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de aluguer
operacional de 30 viaturas ligeiras de passageiros e 1 viatura ligeira de
mercadorias, pelo período de 36 meses - Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 162 a 165.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, da documentação que lhes tinha sido enviada consta a proposta da Leaseplan, mas não lhes tinha sido disponibilizada, certamente por lapso no carregamento da informação na plataforma, não lhes tinha sido disponibilizada a proposta da Locarent. Entendiam que essa era uma informação relevante, não só porque a proposta da Locarent tinha sido excluída dos lotes um e dois, mas, também, por ter garantido a adjudicação do Lote 5 e, portanto, na ausência da proposta da Locarent, o que sugeriam era a retirada da proposta, para que pudesse ser apresentada na reunião seguinte já com toda a documentação de suporte.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não fazia ideia porque é que não tinha sido disponibilizada a proposta, os documentos tinham ido todos. Não sabia se o Dr. Paulo Hortênsio teria alguma ideia de porque é que não tinha entrado.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que poderia ter sido lapso a carregar a informação na plataforma. Faltavam-lhes dois documentos, a proposta da Locarent e o respetivo Anexo A. Eram documentos que tinham para a proposta da Leaseplan, não tinham para a proposta da Locarent.

Estava a verificar essa informação naquele momento, naquilo que era a plataforma onde a informação e as propostas eram disponibilizadas, na Intranet do Município e, portanto, não constava.

Tinham recebido um e-mail do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais com a indicação de que toda a informação estava carregada numa plataforma online. Nessa plataforma, identificavam todos os documentos menos dois. Era nesse sentido que estavam a sugerir que a proposta pudesse ser retirada e reapresentada na reunião seguinte da Câmara, já com toda a documentação de suporte, para que pudesse ser, efetivamente, apreciada na íntegra e votada.

Sr. Presidente – Disse que, se os senhores Vereadores fizessem questão disso, naturalmente que teriam de retirar a proposta.

Como certamente o senhor Vereador saberia, eram contratos a 36 meses e os anteriores também eram a 36 meses. Se não cumprissem isso, naturalmente que teriam de prorrogar os contratos, porque eram carros para os serviços. Portanto, era para evitar a prorrogação desses contratos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a proposta da Locarent se referia, apenas, a uma viatura.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a proposta da Locarent, de acordo com aquilo que era o relatório do concurso, tinha sido uma proposta apresentada para 3 lotes. O lote 1 e o lote 2 não teriam ficado enquadrados por não terem cumprido com o caderno de encargos. Acreditavam no que constava no relatório, mas não tinham a proposta para confirmar.

No lote 5, era uma proposta que seria mais vantajosa do que a proposta apresentada por uma empresa concorrente, que era a Leaseplan. Acreditavam na informação, naturalmente, mas

não tinham a proposta para confirmar. As propostas deviam integrar aquilo que era a documentação anexa à proposta que lhes tinha sido apresentada.
Tinha sido nesse sentido que a bancada do Partido Socialista tinha feito a intervenção.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que percebia isso e teriam de ir ver. No entanto, também achava que era relevante no ponto 3 dizer-se que, na audiência prévia, os concorrentes não se tinham pronunciado, ou seja, não tinha havido contestação da Locarent, que não tinha ficado com os outros lotes. Não tinha havido qualquer contestação à aceitação da decisão. Portanto, havendo uma aceitação da decisão por parte dos concorrentes, acreditava que poderiam avançar.

Sr. Presidente – Disse que a questão era que os senhores Vereadores consideravam que deveria ser retirada a proposta. Portanto, era retirada a proposta, porque os senhores Vereadores do Partido Socialista, ao não receberem a informação, também não tinham tido o cuidado de contactar os serviços, no sentido de a informação lhes ser dada atempadamente, para resolver esse problema.

111. Deliberação n.º 3271/2022 – Proposta n.º 89/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio à 38.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praiense – 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 166, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

112. Deliberação n.º 3272/2022 – Proposta n.º 90/2022 – DCDJ/DIJUV – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 167 a 172, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

113. Deliberação n.º 3273/2022 – Proposta n.º 91/2022 – DCDJ/DIDES – Protocolo de parceira trianual para a realização Setúbal Custom Weekend – 2023, 2024 e 2025

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 173 e 174, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

114. Deliberação n.º 3274/2022 – Proposta n.º 663/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 735/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 175 e 176.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, relativamente às propostas que se seguiam, depois de uma análise feita às mesmas, quanto às contidas nos pontos 114 a 148, sugeria o mesmo que tinha sugerido pouco antes, uma votação conjunta, uma vez que a grande maioria delas tinha carácter procedimental e as outras eram propostas que, presumia ele, não levantavam problemas a nenhum dos senhores Vereadores. Por isso, ficava essa sugestão.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não tinha nada a opor à proposta apresentada, as propostas podiam ser votadas em bloco.

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores Vereadores do Partido Socialista qual era a posição deles.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que acompanhavam a proposta.

Sr. Presidente – Disse que, nesse caso, punha à votação as propostas 3274 a 3308.

Submetidas à votação foram as propostas 3274 a 3308 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

115. Deliberação n.º 3275/2022 – Proposta n.º 664/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 747/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 177 e 178 (ver ponto 114).

116. Deliberação n.º 3276/2022 – Proposta n.º 665/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção - Processo n.º 357/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 179 (ver ponto 114).

117. Deliberação n.º 3277/2022 – Proposta n.º 666/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção - Processo n.º 327/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180 (ver ponto 114).

**118. Deliberação n.º 3278/2022 – Proposta n.º 667/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção de edificação - Processo n.º 230/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 181 (ver ponto 114).

**119. Deliberação n.º 3279/2022 – Proposta n.º 668/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção de encerramento de varanda -
Processo n.º 156/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 182 (ver ponto 114).

**120. Deliberação n.º 3280/2022 – Proposta n.º 669/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção e emissão do alvará de construção -
Processo n.º 508/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 183 (ver ponto 114).

**121. Deliberação n.º 3281/2022 – Proposta n.º 670/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença para obras de
edificação - Processo n.º 332/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 184 (ver ponto 114).

**122. Deliberação n.º 3282/2022 – Proposta n.º 671/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para reconstrução de uma moradia
unifamiliar - Processo n.º 82/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 185 (ver ponto 114).

**123. Deliberação n.º 3283/2022 – Proposta n.º 672/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação - Processo n.º 345/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 186 (ver ponto 114).

**124. Deliberação n.º 3284/2022 – Proposta n.º 673/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de licenciamento de arquitetura para construção de
moradia - Processo n.º 507/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 187 (ver ponto 114).

**125. Deliberação n.º 3285/2022 – Proposta n.º 674/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de ampliação de
moradia unifamiliar, e anexo para arrumos e construção/alteração de
cobertura - Processo n.º 268/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 188 (ver ponto 114).

**126. Deliberação n.º 3286/2022 – Proposta n.º 675/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura para legalização e alterações de
edificação - Processo n.º 365/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 189 (ver ponto 114).

**127. Deliberação n.º 3287/2022 – Proposta n.º 676/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de fração autónoma -
Processo n.º 554/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 190 (ver ponto 114).

**128. Deliberação n.º 3288/2022 – Proposta n.º 677/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de fração autónoma -
Processo n.º 555/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 191 (ver ponto 114).

**129. Deliberação n.º 3289/2022 – Proposta n.º 678/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de piscina - Processo
n.º 199/10**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 192 (ver ponto 114).

130. Deliberação n.º 3290/2022 – Proposta n.º 679/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 362/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 193 (ver ponto 114).

131. Deliberação n.º 3291/2022 – Proposta n.º 680/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 325/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 194 (ver ponto 114).

132. Deliberação n.º 3292/2022 – Proposta n.º 681/2022 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações das especificações do alvará de loteamento n.º 5/00 - Processo n.º 890/97

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 195 (ver ponto 114).

133. Deliberação n.º 3293/2022 – Proposta n.º 682/2022 – DURB/DIGU – Caducidade do procedimento - Processo n.º 915/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 196 (ver ponto 114).

134. Deliberação n.º 3294/2022 – Proposta n.º 683/2022 – DURB/DIGU – Homologação de auto de vistoria para receção provisória e redução da caução - Processo n.º 1067/05

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 197 e 198 (ver ponto 114).

135. Deliberação n.º 3295/2022 – Proposta n.º 684/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local - Processo n.º 36/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 199 e 200 (ver ponto 114).

**136. Deliberação n.º 3296/2022 – Proposta n.º 685/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura – Alterações e ampliação - Processo
n.º 123/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 201 (ver ponto 114).

**137. Deliberação n.º 3297/2022 – Proposta n.º 686/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação do projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º
85/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 202 (ver ponto 114).

**138. Deliberação n.º 3298/2022 – Proposta n.º 687/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura - Obras de alterações e concessão de
licença de construção - Processo n.º 303/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 203 (ver ponto 114).

**139. Deliberação n.º 3299/2022 – Proposta n.º 688/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização e concessão do alvará
de construção - Processo n.º 84/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 204 (ver ponto 114).

**140. Deliberação n.º 3300/2022 – Proposta n.º 689/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício
habitacional - Processo n.º 160/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205 (ver ponto 114).

**141. Deliberação n.º 3301/2022 – Proposta n.º 690/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional -
Processo n.º 189/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 206 (ver ponto 114).

**142. Deliberação n.º 3302/2022 – Proposta n.º 691/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional -
Processo n.º 311/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 207 (ver ponto 114).

**143. Deliberação n.º 3303/2022 – Proposta n.º 692/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração da fachada de um
edifício destinado a comércio e habitação - Processo n.º 240/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 208 (ver ponto 114).

**144. Deliberação n.º 3304/2022 – Proposta n.º 693/2022 – DURB/GAPRU – Pedido
de informação prévia sobre viabilidade de alteração de fachada em edifício
de habitação coletiva - Processo n.º 34/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209 (ver ponto 114).

**145. Deliberação n.º 3305/2022 – Proposta n.º 694/2022 – DURB/GAPRU –
Aditamento à concessão dos licenciamentos no âmbito dos PO 135/20, PO
136/20 e PO 137/20, e aprovação de minuta para contrato de obras de
urbanização e dos projetos de infraestruturas - Processo n.º 137/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 210 e 211 (ver ponto 114).

**146. Deliberação n.º 3306/2022 – Proposta n.º 695/2022 – DURB/GARIU –
Ocupação de via pública com 2 floreiras - Processo n.º 95/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 212 a 214 (ver ponto 114).

**147. Deliberação n.º 3307/2022 – Proposta n.º 696/2022 – DURB/GARIU –
Ocupação de via pública com tenda com 18m² para ação de rastreio
gratuito à população para medição de tensão arterial e de glicémia -
Processo n.º 98/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 215 a 218 (ver ponto 114).

148. Deliberação n.º 3308/2022 – Proposta n.º 697/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com Unidade Móvel – Tuk-Tuk – para venda de água de coco - Processo n.º 105/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 219 a 222 (ver ponto 114).

149. Deliberação n.º 3309/2022 – Proposta n.º 4/2022 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2022 - Aplicação da taxa do IMI Familiar

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 223.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era apenas para indicar que o Partido Socialista iria acompanhar aquela proposta, tal como tinha feito no ano anterior. Parecia-lhes, efetivamente, pertinente, particularmente, tendo em conta a atual conjuntura económica, poder dar um benefício fiscal às famílias, com particular reflexo naquelas que tinham um agregado familiar de maior dimensão, que tinham mais dependentes. Queria dizer, também, que, em função dessa mesma conjuntura económica, o Partido Socialista estava a trabalhar numa proposta que iria apresentar brevemente, com um pacote de medidas de apoio às famílias e empresas do concelho.

Sr. Presidente – Disse que aproveitava, também, para dizer que, como era sabido, não acompanhavam normalmente aquelas propostas, porque consideravam que esse tipo de apoios devia ser resolvido em outros patamares da administração. Por isso, pensavam que não devia caber às autarquias essa responsabilidade. Mas sabiam que, efetivamente, quem podia e quem devia tomar essas medidas não o fazia, no entendimento como eles consideravam e, por isso, também nesse quadro de grandes dificuldades sociais, ir-se-iam abster na votação.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos favoráveis, 4 do PS e 2 do PPD/PSD, e 5 abstenções, da CDU.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Luís Simões – Disse que era delegado sindical e representava os bombeiros sapadores. Tinha preparado para aquela reunião falar da reunião e de algumas alegações que o Sr. Presidente tinha feito na reunião do dia 7 de setembro. No entanto, a intervenção daquele dia tinha-lhe motivado, novamente, algumas questões e algumas coisas que tinham de ser faladas.

O Sr. Presidente já tinha referido isso várias vezes e tinha até algum receio pela forma como tinha de dizer isso. Já tinha referido isso mais do que uma vez e incomodava-os muito que fosse muito conhecedor das matérias, no que se referia a bombeiros. Naquele dia, se não tinha dito uma mentira, estava muito mal informado.

Tinha falado de um efetivo e, em primeiro lugar, era desconhecedor, porque o efetivo de que falavam, do regulamento interno, não falava de um efetivo municipal. Quando falavam em 27 falavam da Companhia de Bombeiros Sapadores e o regulamento interno era da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal. Não falavam de nenhum efetivo municipal.

Relativamente aos números que o Sr. Presidente tinha trazido como trabalho de casa, lançava-lhe o desafio para que ligasse naquele momento para a Companhia de Bombeiros

Sapadores de Setúbal e para os Bombeiros Voluntários, para saber quantos estavam. Esses números que lhe tinham sido dados estavam a contabilizar o STEF, que era pessoal de formação, de que, excecionalmente, à quarta-feira, estavam 6 e não 3, com outro pessoal que fazia o serviço de apoio ao comandante. Por isso, o que tinha afirmado era uma mentira.

Relativamente às questões que trazia, que tinham sido colocadas pela Sra. Vereadora Patrícia Paz, relativamente a isso, do efetivo mínimo, que já incomodava muito o Sr. Presidente, que teimava em não dizer qual era o número mínimo com que a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal tinha de funcionar e trazia números assim.

A senhora vereadora tinha questionado relativamente aos 3 estagiários, a que o Sr. Presidente também teimava em não dar resposta. Já em plenários tinham colocado essa questão. Aliás, mais um mês ou dois, se calhar, já não valia a pena, porque dizia que cumpria a lei. Na lei estava estabelecida qual era a função do estagiário e na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal o estagiário estava a ocupar o lugar de um operacional e o Sr. Presidente teimava em não dar resposta a isso.

Tinha sido, efetivamente, ali feito um pedido de um documento que fundamentasse, com um suporte técnico, que garantisse que a segurança e o socorro não estavam comprometidos. Tinha sido a senhora vereador do PS que tinha feito esse pedido e o Sr. Presidente, na sua longa exposição do dia 7, mais uma vez não tinha dado qualquer resposta e até à data não tinha apresentado, salvo erro, qualquer documento. Pelo menos, não tinham conhecimento disso, porque até acreditavam que essa fundamentação e esse suporte técnico existissem, mas tinha sido feito com uma calculadora.

O Sr. Presidente tinha referido, na reunião anterior, relativamente ao efetivo mínimo, que tinha avaliado a situação com pareceres de pessoas competentes e que cabia à Câmara Municipal decidir sobre tudo isso. A Câmara Municipal tinha decidido que o destacamento de Bombeiros Sapadores de Setúbal em Azeitão viesse para Setúbal. Tinha referido que queria aproveitar os recursos que tinha em Setúbal para efetuar essas mesmas funções de proteção e socorro para o destacamento de Azeitão.

Contudo, tinham mais uma vez que questionar, porque tinha sido questionado constantemente e o Sr. Presidente já na reunião tinha falado nesse mesmo protocolo, em que tinham sido substituídos em Azeitão pelos bombeiros voluntários, mas garantiam à população em Azeitão um efetivo com um carro de combate a incêndios, que fazia, também, todo o tipo de serviços de primeira intervenção, e uma ambulância. Já tinham denunciado ali e noutros lugares que a ambulância em Azeitão havia anos que não estava lá sediada e o Sr. Presidente continuava a não dar qualquer resposta a essa questão.

Uma vez que já se tinha falado ali do acidente e mais à frente iriam tocar nesse ponto sensível, gostaria de esclarecer, já que o Sr. Presidente teimava em pôr a população [em causa], ao referir que não deviam pôr medo na população, que o Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores iria precisamente fazer sempre o contrário, para que a população estivesse consciente do socorro que tinha. Naquele caso, referia-se, especificamente, a Azeitão.

O efetivo de Azeitão, que, segundo o protocolo, devia conter os tais 5 homens e 2 da ambulância que já tinha referido que não existia, esses 5 homens também eram virtuais. O Sr. Presidente devia dizer isso à população, porque estavam em pleno período dos fogos florestais e a Autoridade Nacional de Proteção Civil tinha em andamento o DECIF, que era o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, e os bombeiros voluntários davam, para esse DECIF, 5 homens, que eram os que estavam em Azeitão.

O que devia estar a acontecer era que em Azeitão deviam estar duas guarnições, aquela que era financiada com base no protocolo assinado com a Câmara Municipal de Setúbal, mais 5, o que não estava a acontecer, estavam apenas 5.

As alegações do Sr. Presidente para os senhores vereadores e para o público em geral eram muito fáceis de dizer, mas com eles ali era mais complicado. O Sr. Presidente sabia o que é que tinha acontecido no dia 17 de setembro? No dia 17 de setembro, às 16h e 30m, os 5 bombeiros voluntários que deviam estar em Azeitão tinham ido para um incêndio na Moita e entre as 16h 30m e as 19h 45m - aliás, às 19h 45m tinha sido quando deram disponibilidade -

, os bombeiros voluntários que deviam estar a assegurar a população de Azeitão estavam na Moita e a população de Azeitão tinha estado sujeita à necessidade de socorro que fosse de Setúbal, com o constrangimento do tempo que demorariam a chegar lá.

O Sr. Presidente tinha, então, referido ali, tinha feito questão de falar sobre o acidente que eles tinham denunciado. Era verdade, eles tinham denunciado e denunciariam todas as situações que pusessem efetivamente em risco e comprometessem o bem-estar e a saúde da população. Tinham estado ali no dia 14 e tinham feito essa denúncia. Uma vítima tinha estado presa num carro duas horas. Podia acontecer não correrem muito bem as coisas, mas até tinha ficado chocado quando o Sr. Presidente fez um juízo de valor relativamente ao que o sindicato tinha denunciado, quando, no papel de vereador de proteção civil, se calhar, entre ambas as partes, deveria ter visto o vídeo do que é que, efetivamente, tinha acontecido e o que é que havia a corrigir.

Relativamente ao que havia a corrigir, podia fazer ali a leitura do artigo 5.º do Decreto-Lei 248/2012, do ponto 3. Infelizmente, o Sr. Presidente dizia que cumpria a lei e iam, então, ver o que dizia esse artigo: *“Havendo no mesmo município um corpo de bombeiros profissionais ou misto detido pelo município e um ou mais corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos por associações humanitárias, a responsabilidade de atuação cabe ao corpo de bombeiros profissionais ou, quando este não exista, ao corpo de bombeiros misto detido pelo município, sem prejuízo de eventual primeira intervenção de algum de outros em benefício da rapidez e prontidão do socorro”*.

Se o Sr. Presidente queria cumprir a lei não podia permitir que os bombeiros sapadores não estivessem a ir a todas as ocorrências. O que tinha ocorrido nesse acidente, resumidamente, tinha sido que os bombeiros voluntários tinham tido uma intervenção na Serra da Arrábida e, passada 1 hora e 4 minutos da sua chegada ao local, tinham pedido ajuda aos bombeiros sapadores, porque não tinham conseguido socorrer aquela pessoa, não tinham conseguido tirá-lo e fazê-la chegar ao hospital.

O Sr. Presidente tinha feito um discurso que quase punha os bombeiros voluntários contra os sapadores e vice-versa. Pessoalmente, até fazia questão de frisar que tinha sido bombeiro voluntário durante 9 anos. Conhecia bem o que era o mundo dos bombeiros voluntários e também conhecia muito bem qual era o aproveitamento que era feito daquelas pessoas que estavam lá para dar o seu corpo ao manifesto.

Fazendo mais uma alusão ao que o Sr. Presidente tinha dito na reunião do dia 7 (*“felizmente, ao longo destes anos, não tem havido problemas de maior”*), gostaria de lhe perguntar, ousadamente, se aquela pessoa que tinha estado 2 horas dentro do carro, ou que tinha levado 2 horas a chegar ao hospital, fosse seu filho ou familiar próximo, se mantinha a sua posição.

O Sr. Presidente também tinha dito, no dia 7, *“que os bombeiros são todos formados na Escola Nacional de Bombeiros, todos, em todo o país”*. Era mais uma mentira ou era mais um desconhecimento dele. Fazia questão de fazer alusão a que na lei podia consultá-la. A carga horária da formação de um bombeiro voluntário eram 250 horas e de um bombeiro sapador eram quase 2 mil, quando concluía o estágio. Voltava a referir: 250 para 2 mil horas.

O Sr. Presidente também tinha frisado que aquelas intervenções deles se baseavam no facto de estarem a ser prejudicados, relativamente à situação de terem deixado de fazer horas extraordinárias. Também não tinha sido muito elegante da parte do Sr. Presidente. Nunca ali tinham falado de horas extraordinárias. Se havia alguma falha relativamente ao cumprimento do efetivo mínimo que estava regulamentado pela Câmara Municipal de Setúbal era porque, ao contrário do que tinha feito Gaia e do que iria fazer o Porto, que estavam a apostar num serviço público de qualidade, a Câmara Municipal de Setúbal tinha estagnado a carreira dos bombeiros sapadores, entregando a uma associação humanitária parte daquilo que era o seu trabalho.

O Sr. Presidente tinha dito que respeitava toda a gente, mas fazer uma luta só para ter mais horas extraordinárias não lhe parecia uma luta que alguma vez tivesse razão de ser. Isso eram palavras do Sr. Presidente e tinham incomodado muito os bombeiros. Isso que tinha dito

era lamentável e leva-os a questionar muitas coisas, até porque quem dizia o que queria ouvia o que não queria.

Teria razão de ser a Câmara Municipal de Setúbal ser, a nível nacional, a câmara detentora de bombeiros sapadores que mais verba atribuía a uma associação humanitária, para que fizesse o trabalho que, naquele caso, cabia aos bombeiros da autarquia? Não estavam nem eram contra os bombeiros voluntários, pois a atribuição de apoios a uma associação humanitária, dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, naquele caso, eram uma mais-valia para dar apoio aos bombeiros Sapadores, nunca para os substituir, como tinha sido durante séculos.

Uma vez que o Sr. Presidente já tanto tinha falado em verdade e para que tivessem também eles a verdade em cima da mesa, falavam de quase meio milhão de apoio aos bombeiros voluntários, nesse protocolo de 2011 que tinha sido referido. Também tinham muitas dúvidas e gostavam de saber quem é que verificava se esse protocolo era cumprido, porque já tinham denunciado a situação da falta da ambulância. Tinham algumas dúvidas, quando esse protocolo em nada tinha evoluído do que tinha sido havia 11 anos protocolado entre a Câmara e os Bombeiros voluntários. Porque é que uma verba que era de 100 e poucos mil euros, salvo erro, estava, naquele momento, em quase meio milhão de euros?

Era obrigado a colocar essa questão, porque o Sr. Presidente também tinha dito que essa medida tinha poupado à Câmara Municipal dezenas de milhares de horas de trabalho extraordinário. Gostaria, novamente, que o Sr. Presidente pegasse na máquina de calcular e que fizessem contas. Voltava a questionar: Quem é que fazia a fiscalização desse trabalho?

Não sabiam se era do conhecimento do Sr. Presidente, mas a câmara subsidiava trabalho precário. Isso era grave, mas era verdade, porque havia bombeiros voluntários a fazer mais de 48 horas seguidas de trabalho. Só que tinham a particularidade, como eram bombeiros voluntários, de, excedendo aquela hora, ser muito fácil dizer que tinham deixado de estar na hora laboral e estavam na hora de voluntários. A isso chamava-se exploração.

Gostariam de saber quem é que controlava e porque é que havia essa distância de valores em apoio aos bombeiros voluntários, já que estavam a falar de verdade, porque, inclusivamente, em conversa de corredor e em conversa de camarata, muitas vezes questionavam se isso teria alguma coisa a ver com o facto de o Presidente da Associação Humanitária ser um militante do Partido Comunista - já não era, mas tinha sido durante décadas, durante muito tempo -, o Sr. José Luís Bucho, atualmente vereador na Câmara Municipal de Almada, que, inclusivamente, detinha, em simultâneo, a responsabilidade da proteção civil. Eram muitas as questões que largavam e não acreditavam que, efetivamente, O Sr. Presidente fosse responder a todas.

O Sr. Presidente também tinha falado de uma coisa que também tinham que voltar a frisar. Falava constantemente, apesar de não o sentirem de outra forma a não ser nas suas palavras, que se orgulhava muito dos nossos sapadores. Gostariam também que refletisse isso.

Não sabia qual seria o seu sentimento relativamente a isto, mas tinha falado de um pedido de desculpa em 2011 de um sindicato. Gostaria de frisar que o Sindicato de Bombeiros Sapadores, aquele que representava, tinha nascido, precisamente, havia 3 anos, feitos 3 dias antes. Também, de alguma forma, queriam agradecer à Câmara Municipal de Setúbal, que tinha sido o berço desse sindicato, porque eram tantas as irregularidades, tantos os conflitos, tanta a pressão feita sobre os bombeiros, que Setúbal tinha sido berço da criação do sindicato, que atualmente representava mais de mil bombeiros sapadores em Portugal.

Já se tinha alongado muito, mas iria ficar certamente por responder: Qual é que era, então, o efetivo mínimo que o Sr. Vereador da Proteção Civil, em entendimento com o Sr. Comandante, definia como sendo o ideal para os bombeiros sapadores? Não estava a falar do município, estava a falar dos bombeiros sapadores. Porquê a ambulância em Azeitão teimar em não existir e teimar em não haver respostas para isso? Iam cumprir, então, a lei, relativamente aos estagiários ou se se ia dar uma resposta a isso? Relativamente à intervenção dos bombeiros sapadores, como dizia a lei, no artigo que ali tinha referido, iriam

voltar atrás e iriam fazer, então, cumprir a lei e fazer com que os bombeiros sapadores estivessem em todas as intervenções, como estava regulamentado?

Sabia que o Sr. Presidente não pretendia falar com eles. Infelizmente, aquela, na democracia que tinham, era a forma de chegar até ele e de se fazerem ouvir. Iriam voltar mais vezes, porque em causa estavam o socorro e a segurança das populações.

As manifestações deles, até à data, tinham sido simples, tinham sido mais simbólicas, como tinha sido no dia 15, em que tinham feito questão de estar no Dia da Cidade e de se manifestarem num protesto silencioso, só para que o Sr. Presidente percebesse que continuavam à procura de diálogo, mas continuavam insatisfeitos. Esperavam que as suas formas de luta não tivessem de vir a tomar outras proporções e que trouxessem algum prejuízo à população, porque, aí, acreditava que o Sr. Presidente teria alguma responsabilidade sobre isso.

Sr. Presidente – Disse que agradecia ao Sr. Luís Simões e, só para que ficasse claro aquilo que dizia, para que não ficassem dúvidas nenhuma, tinha ali um documento que era o efetivo Dispositivo Municipal de Socorro. Era um documento relativo a quem estava naquele dia de serviço e quem estava em reserva. Estava a falar de documentos que tinha.

Tinham nos Bombeiros Sapadores, 13 (mais 5), no quartel dos Bombeiros Voluntários, em Setúbal, 7, no destacamento em Azeitão, 5, para além dos outros representantes e dirigentes que estavam, também, presentes.

Aquele era o documento que tinha. Nunca tinha dito que tinha chegado e que tudo o que existia estava correto e era o melhor dos mundos. Nem relativamente aos bombeiros nem relativamente ao que quer que fosse. Nunca tinha dito isso. Infelizmente, tinha sentido essa experiência por si próprio e, naturalmente, com quem assumia responsabilidades consigo, de saberem avaliar as situações e as realidades agora. Ia fazendo essa avaliação e, portanto, nada dizia. Nunca tinha feito isso. Não era essa a sua forma de estar, de que naquele dia era assim e amanhã ou dali por 10 anos ou 20 anos, para quem cá estivesse, continuava a ser assim. Não era essa a sua postura.

No entanto, enquanto acreditasse nas pessoas que faziam isso, que eram pessoas responsáveis, pessoas com formação, com conhecimento, com experiência, enquanto essas pessoas tivessem a confiança da Câmara Municipal, podiam dizer e tinham o direito de dizer e tinham oportunidade de dizer, mas isso era preciso que ficasse bem claro. Depois, relativamente ao resto que tinha dito, que era o enquadramento do Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, Dispositivo Municipal de Socorro e Estatuto do Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local, isso eram documentos que os senhores [bombeiros] conheciam melhor do que ele e estava estabelecido qual era o quadro da permanência para a proteção e socorro no município de Setúbal. Estava ali escrito. Eram documentos, não invento nada disso. Estavam ali, estavam identificados e, portanto, eram esses os documentos que tinha. Por isso, relativamente àquilo que tinha afirmado, mantinha, não podia deixar de o afirmar.

Restava-lhe terminar, dizendo que lamentava profundamente que a população de Setúbal pudesse vir a ser enganada por uma posição que vinha sendo assumida entre os bombeiros sapadores e os bombeiros voluntários, relativamente à proteção e socorro. Lamentava profundamente, era só isso que tinha a dizer.

Sr. Cláudio Almeida – Disse que estava ali, infelizmente, na qualidade de dirigente do Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores. Era obrigado a vir àquela nobre casa expor problemas que persistiam no socorro aos setubalenses e aos azeitonenses.

O documento de que o Sr. Presidente tinha falado era um documento que era das 8 da manhã às 20 horas daquele dia. Desafiava o Sr. Presidente a pedir o mesmo documento das 8 da manhã às 20 horas de dois dias antes ou outros mais, o dia seguinte ou outro dia qualquer.

Queria, antes de mais, agradecer a intervenção das bancadas do PS e do PSD em relação àquela matéria e lamentar que a posição do Sr. Presidente continuasse se a de não conversar com eles, como tinha feito a oposição.

Queria, uma vez mais, dizer ao Sr. Presidente que lamentava informá-lo de que o Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores continuaria a tornar públicos todos os factos que pudessem colocar ou que colocassem em risco a população. Não era intenção deles ofender os bombeiros voluntários, nem, tão-pouco, a corporação, mas estavam a constatar factos reais, ocorrências reais, episódios que, infelizmente, tinham ocorrido no nosso município.

Para que não se alongar no tempo e para que a sua pergunta fosse direta e concisa, esperava que a resposta do Sr. Presidente também fosse. Estava estipulado no Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, nada tinha a ver com o dispositivo municipal. O regulamento que estava em vigor, aprovado naquela casa, estipulava um efetivo de 27 elementos nos Bombeiros Sapadores. O Sr. Presidente já tinha afirmado e já tinha tornado público que continuava a não querer cumprir aquilo que estava em vigor, que eram os 27 elementos na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

De uma forma simples e concreta, em que estudos e ou pareceres se tinha baseado para tomar essa decisão? Achava que a população merecia essa resposta e até mesmo eles, bombeiros, para saberem se essa proposta, se essa ideia tinha saído apenas de uma gaveta ou se tinha sido com uma máquina de calcular. Qual era o efetivo mínimo de bombeiros sapadores por turno? Eles eram bombeiros e não sabiam qual é que era esse efetivo e gostariam de saber.

Sr. Presidente – Não tinha tomado nenhuma decisão, não tinha aprovado nada, não tinha vindo à reunião da câmara nenhuma decisão dessas. Eram decisões que estavam tomadas como o município muito bem sabia. Era o que também tinha a dizer sobre esse assunto.

Sr. Carlos Neves – Disse que tinha vindo em 4 de maio a uma reunião, para apresentar um problema das inundações da Rua da Tradição. Tinha-lhe sido dito que a Câmara iria marcar uma reunião com os moradores dessa rua o mais breve possível. Só que, desde 4 de maio até àquela data, essa reunião ainda não tinha sido marcada. Vinha, novamente, insistir e deixar 5 folhas já com algumas fotografias das chuvas.

Naquela noite não tinha conseguido dormir, porque estava preocupado com a entrada da água na sua casa e, portanto, até estava assim meio combalido, se assim se podia dizer, por ter tido de passar a noite em claro.

Não se ia alongar muito, só queria entregar aquelas 5 folhas e queria que lhe rubricassem a entrega das mesmas. Se lhe fosse permitido, queria entregar um conjunto de fotografias a cada grupo partidário.

Sr. Presidente – Disse ao município que podia entregar as folhas à senhora funcionária que ela faria a distribuição.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha sido ele que tinha ficado de ir lá reunir, no seguimento da reunião de maio, a última em que o município tinha estado presente.

Tinham elaborado o projeto para intervir na rua. O projeto estava pronto e iriam abrir o procedimento concursal no mês seguinte, em outubro.

Tinha ficado de reunir com o município, para apresentar a solução. Tinham estado a trabalhar no projeto, já tinham o projeto pronto e iriam lançar em outubro o concurso para essa obra.

Iriam mostrar o projeto à população antes de a obra avançar, mas só naquele momento é que tinham o projeto. Antes, o que podiam lá fazer era ver o que toda a gente já sabia.

Portanto, naquele momento tinham o projeto pronto e o concurso iria avançar em outubro. A obra iria iniciar-se no início do próximo ano.

Sr. Carlos Neves – Perguntou quando é que a população teria acesso ao projeto.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que iria conversar com a junta de freguesia e marcariam uma conversa, também, com os munícipes.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que confessava que estava impressionado com a presença de representantes do Sindicato dos Bombeiros Sapadores numa reunião da Câmara, o que já não acontecia pela primeira vez. Era, pelo menos, a segunda ou terceira vez que isso acontecia, o que queria dizer que, para isso acontecer, alguma coisa estava profundamente errada.

A sensação com que se ficava, numa primeira abordagem, era que não havia uma corrente de diálogo do Sindicato dos Bombeiros Sapadores com ninguém da Câmara Municipal, designadamente com o Sr. Presidente, que tinha o pelouro da Proteção Civil e dos Bombeiros.

Acrescentava, ainda, que estariam particularmente atentos a esse problema, porque era um problema. Nunca sabíamos o que nos poderia acontecer ao sair a porta. Todos precisávamos dos bombeiros, todos nós precisávamos do trabalho deles. Os bombeiros sapadores tinham uma formação especial, tinham uma ligação especial à Câmara, e, por isso, o que tinha acontecido naquele dia era bom que não acontecesse mais vez nenhuma.

Queria dizer ao S. Presidente, mais uma vez, que estariam particularmente atentos a essa questão.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Vereador e disse que não iria ali entrar em diálogo com ele, mas, numa próxima reunião, daria resposta às questões que tinha colocado.

Sra. Madalena Matos – Disse que ia dali *“com uma tristeza que [o Sr. Presidente] nem queria saber”*. Estava tudo na mesma. O Sr. Presidente já sabia porque é que ia ali ou calculava. Naquele dia, mais uma vez, tinha ido para a paragem de autocarro às 9h e 30m, tinha subido a um 3.º andar sem elevador, tinha entrado em casa às 11h e 50m, para fazer o almoço para os putos, que chegavam a casa às 12h e 40m. Como tinha pensado em vir à reunião e sabia que o Sr. Presidente já tinha dito que não tinha nada a ver com os transportes e tinha *“saído”* uma polémica tão linda, tão maravilhosa para o Distrito de Setúbal com esses autocarros, que baixavam a rampa (mentira, não baixavam, porque ia com o carro das compras e tinha de o levar ao lombo, além de que os choferes...).

Não tinha partido, não era nada de partidos nenhuns. Tinha as suas cores, que não era preciso falar muito para perceberem quais eram. Não era trabalhadora dessa firma. (Como é que se chamava? Aquela que era a Rodoviária e tinha passado ser outra?). Ia dar um exemplo, o motorista que a levava às 6h e 45m, que tinha mudado o horário para as 6h e 35m, que a malta que vinha do Viso e das Manteigadas, que chegava ali e não tinha transporte, até para trabalhar na jardinagem da Câmara, porque, depois, como não chegavam a horas, tinham de ir à Câmara, para o arquiteto e para o engenheiro e para o não-sei-quem assinar, porque no transporte ninguém justificava.

Não tinham autocarros. Para fazer um autocarro, apanhava o 4, que era o 023, 03 e o 51, pagava 3 vezes o bilhete. Também já tinha falado nisso com o Sr. Presidente no outro dia e com *“aquele senhor que ali está”*, que não tinha deixado falar, porque continuava sempre a falar.

Era assim, no autocarro 51 pagavam-se 2 euros e 60 cêntimos. Tinha amigas que iam para a praia em Sesimbra que pagava 2 euros e 60 cêntimos. As pessoas que iam ao Vale do Cobro... Que a desculpassem por dizer, mas nós, os setubalenses, éramos muito molinhos. Quando fechou o SADU estavam 13 pessoas à porta. Os trabalhadores daquela empresa tinham feito um movimento a que chamava um *“levantamento de tacho”*, que era o que faziam na tropa. Eles não tinham marcado greve nenhuma. Estavam lá os patrões e não tinha aparecido um único da população.

O que lhe tinha constado tinha sido que tinha havido alguém que era Presidente da Câmara que tinha dito que as camionetas para a Figueirinha não podiam falhar. Para o Creiro, que era a praia, passavam às 5 e às 6. Até se davam ao luxo de estarem 2 fora de serviço em frente

ao Governo Civil, para haver camionetas para a praia. Então, e os outros? Iam como? Achava que não era aos motoristas [que se devia isso], como, por exemplo, esse com que se dava mais, porque era onde entrava. Naquele dia, o senhor vinha para baixo e o autocarro das 3 não tinha passado e o das 3 e meia não tinha passado. Só lhe faltava tirar as matrículas, mas andava, andava e chegava lá. O das 3 e meia não tinha passado e o senhor que fazia o autocarro do 4 saía do Pingo Doce para ir lá acima para o liceu.

Também sabiam, se é que usavam os transportes públicos. Por acaso, ainda não tinha visto nenhuma daquelas pessoas. Não, nunca tinha visto, mas podia ver. No outro dia tinham estado ali na rua, a falar, e podia *“ter ido”* numa paragem de autocarro.

Ainda lhe dizia mais, uma senhora que lá ia dizia que outra mulher lhe tinha dado um grande chapadão na cara. Achava isso muito mal, porque uma das motoristas tinha dito *“você junta meia-dúzia de pessoas com uma bengalinha e vai lá à Câmara dar porrada ao Presidente”*. Não dava porrada ao Presidente, porque as palavras eram, às vezes, piores do que a porrada.

O Sr. Presidente dizia que não tinha nada com isso, que não eram contratos feitos por ele ou pela Câmara. Só tinha a 5.ª e a 6.ª classe num curso de jardinagem, a [bem] dizer tinha a 4.ª classe. Por isso, que a desculpassem se dissesse alguma asneira.

O Sr. Presidente ia a essas reuniões da população. Naquele dia, não devia estar ali sozinha, devia estar a malta toda que estava danada, porque as patroas, como elas chegavam tarde para as limpezas, ficavam danadas, e o senhor da jardinagem, que trabalhava na Câmara, era arquiteto ou engenheiro ou lá o que era. Só conhecia o senhor da paragem.

O autocarro das 7h e 10m nunca mais tinha sido feito. Como é que achava que *“a gente”* resolvia isso? Aliás, já tinha dito ao Sr. Presidente que, se fosse *“uma gaja boa”*, punha-se na estrada para reclamar, mas não era. Com aqueles *“pneus”* todos ainda a matavam. Era uma afronta.

O Sr. Presidente já tinha dito que ia a umas reuniões com as pessoas e não-sei-quê, mas falasse com a empresa, porque aquilo era um abuso. Esse senhor que lhe estava a dizer – perdia-se nas conversas e tinham de lhe puxar as orelhas -, era assim: O senhor entrava para fazer o autocarro lá de cima, das Amoreiras ou não-sei-de-onde, às 6h e 20m ou das 6h e 10m. Ora, não entrava às 6h, devia entrar às 5h e tal da manhã. Por isso é que tinha dito que não era motorista. O senhor vinha para baixo e levava-a para cima. Naquele dia só tinha ido para cima às 4h da tarde e tinha-a trazido para baixo. Sabia o que é que ele lhe tinha dito? *“Eu, agora, chego ali e vou fazer o carro [ele tinha-lhe dito, mas não tinha fixado] doutra carreira”*.

No outro dia, quando tinham falado – não interessava com quem tinha falado, porque o Sr. Presidente estava a percebê-la -, alguém tinha dito que eles sabiam muito bem os itinerários. Não, não sabiam, porque a seguir ao dia 2 de junho - até pensava que no dia 1 de junho, que tinha sido o primeiro dia, pensava que era oferta do bilhete, que, às vezes, os cafés abrem e a gente bebia um cafezinho, quando havia dinheiro para isso - às vezes não tinha – davam um rebuçadinho, para a inauguração. Tinha pensado: *“Eh, pá, isto é oferta!”* e o senhor tinha dito: *“Não, não há sistema”*.

Ainda ia dizer mais, eles tinham câmaras de filmar, naturalmente a pensar que a malta da rodoviária dava borlas às pessoas. No outro dia tinha estado a falar com um senhor - tinha sido muitos anos sindicalista e também lhe interessava – e ele tinha-lhe dito: *“Olhe, assim disfarçadamente, vá lá para trás que eles não gostam que a gente fale com as pessoas”*. Então, mas eles eram quem? Não se podia falar? Tinha ficado danada.

Quando eles tinham lá uma câmara de filmar e tinham nas paragens umas coisas que se punha o telefone lá ao pé, tinha dito: *“Olhe, veja lá se vocês me oferecem um telefone daqueles modernos, que eu tenho um de teclas que está a cair aos bocados”*.

Não tinha vindo para falar nisso, tinha vindo para falar assim: Tinha de resolver o problema dos transportes, porque era assim: A Figueirinha era muito bonita e ainda lhe ia dizer mais, porque havia uma coisa que lhe fazia muita confusão à cabeça. A estação ali tinha começado com o quê? Tinha começado com as camionetinhas para os turistas, para chegarem ali e para os trabalhadores, também, para irem para os trabalhos, porque desciam ou iam num

autocarro e apanhavam as camionetas para Lisboa. Depois, tinha começado para a Figueirinha, para as praias.

Naquele momento, tinha ali uma bruta de uma estação que era uma ventania desgraçada, que ainda ocupava a frente do Colégio Santana. Os seus filhos tinham andado lá e tinham de parar ali o autocarro para as excursões. Estava lá um sítio para os autocarros entrarem, mas ficava o autocarro de Évora e o autocarro de Sines no lado de lá, porque não havia lugar na estação.

Por isso, se o Sr. Presidente ia ter reunião com as pessoas, com a população, devia aparecer muita gente. Deviam vir ali com ela 40 ou 50 pessoas, que eram aquelas com quem falava e elas também falavam.

No preço dos bilhetes, era assim: Pagava 85 cêntimos por aqueles cartões do Viva, que eram aqueles que carregavam quando havia dinheiro para isso. Pagava 85 cêntimos por um bilhete no 03 ou no 23 e pagava 1 euro e 52 ou 56 cêntimos no 51. Naquele dia que tinha dito, ao meio-dia e 20 tinha ido para a paragem do autocarro. Às 25 para a uma tinha passado um 53. Às 13:00H e 5 minutos ou 13 e 10 tinha passado outra vez o 53. Tinham passado dois 53 por ela.

Estava ali sentada porque a sua amiga estava mal e estava ali no banco do jardim com ela e própria: “Onde é que anda o 23, hoje?” Todos os autocarros que ali tinham passado até ter o autocarro 23. Tinha procurado aos senhores, mas a última até tinha procurado à senhora se o 23 estava de férias.

Tinha tido de ir comprar uma posta de peixe, para fazer às 3 pancadas o peixe cozido com delícias e não-sei-quê, para os putos comerem, porque não era em 20 minutos que fazia o comer.

O Sr. Presidente que a pusesse na rua e visse se tratava disso, porque não estava bem. Lamentava muito a situação dos bombeiros, porque havia aí qualquer coisa que também não batia certo.

Sr. Presidente – Agradeceu à munícipe por ter vindo à Câmara Municipal falar de um problema que todos reconheciam que existia e que era muito grave.

Sra. Madalena Matos – Disse que não se justificava. No outro dia, das 2 ou 3 pessoas com quem tinha falado, um senhor tinha-lhe dito que eles não sabiam os itinerários. Outra coisa que queria dizer era que a rotunda dos Combatentes era um gastar de energia que era uma coisa parva. Porque é que o autocarro do 4, que era o 023 ou o 03 ou o 51, precisava de ir para lá e para cá à estação? Tinha o 9, o 10, o 12 e o 8 ou uma coisa assim, que passava à estação. Sabia que havia o comboio e as pessoas iam para o comboio, mas em 5 dias que tinha ido à sua filha 3 dias tinha vindo para baixo de táxi e 2 dias tinha ido para cima de táxi. Era menos esse dinheiro que poupava para o comer.

O Sr. Presidente que fizesse as contas. Quando era chamado eram 6 euros e 20 cêntimos, quando não era chamado eram 4 euros e 90 cêntimos. O que era certo era que passava um autocarro do 51. Fizesse as contas, a picar 1 euros e 52 e 2 euros e 60 cêntimos.

Outra coisa, o SADU tinha mudado para o Vale do Cobro e a cidade de Setúbal, a nossa presidente - e o Sr. Presidente também já o tinha dito – tinha dito que os setubalenses gostavam muito de muito andar a pé, mas ela, se fosse com bengala, não gostava nada. Não gostavam de andar a pé, muitos deles não tinham era dinheiro para o bilhete.

No dia em que tinham parado os autocarros tinham tido essa conversa, no dia daquilo da energia, em que se paravam os autocarros e não-sei-quê. Tinha saído até no jornal, que os setubalenses gostavam muito de andar a pé. Já estava a cansá-los, mas era assim. O Sr. Presidente que visse se resolvia isso, porque era inadmissível.

Sr. Presidente – Agradeceu à munícipe por ter vindo falar sobre esse assunto.

Sara. Madalena Matos – Disse que, se pagavam 20 euros e era 30 euros e 80 cêntimos, quem é que punha o resto do dinheiro. O Sr. Presidente não lhe sabia explicar?

Sr. Presidente – Disse que não.

Sra. Madalena Matos – Disse que devia, porque, quando os jovens queriam rendas, queriam casas, subsidiavam não era os jovens era os senhorios, por causa das rendas. Um casal que alugava uma casa, que ia pagar 700 euros, havia quem subsidiasse. Não sabia dizer o nome, mas era. Davam, por exemplo, 700 euros e eles só pagavam 100 ou 200 o lá o que era. Isso nem era para os jovens, nem era para eles, dos passes. Alguém tinha de pagar o restante. Era para os senhorios e isso devia ser para a empresa.

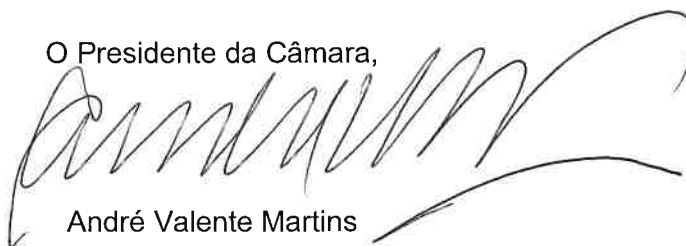
Sr. Presidente – Agradeceu à munícipe.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e vinte e nove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 1 de março de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 85 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio